

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE FILOSOFIA

Carlos Eduardo Nicodemos

RISORGIMENTO, AMERICANISMO E FASCISMO:

**O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO PASSIVA* COMO CATEGORIA
INTERPRETATIVA DA MODERNIZAÇÃO NO MUNDO DA PRODUÇÃO
CAPITALISTA**

UBERLÂNDIA

2021

CARLOS EDUARDO NICODEMOS

RISORGIMENTO, AMERICANISMO E FASCISMO:

**O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO PASSIVA* COMO CATEGORIA
INTERPRETATIVA DA MODERNIZAÇÃO NO MUNDO DA PRODUÇÃO
CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ética e Política.

Orientadora: Profª. Dra. Ana Maria Said.

UBERLÂNDIA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

N633r
2021 Nicodemos, Carlos Eduardo, 1989-
Risorgimento, americanismo e fascismo [recurso eletrônico] : o
conceito de *revolução passiva* como categoria interpretativa da
modernização no mundo da produção capitalista / Carlos Eduardo
Nicodemos. - 2021.

Orientadora: Ana Maria Said.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6032>
Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Said, Ana Maria, (Orient.). II. Universidade Federal
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Carlos Eduardo Nicodemos

RISORGIMENTO ITALIANO, AMERICANISMO E FASCISMO:

O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO PASSIVA* COMO CATEGORIA INTERPRETATIVA DA
MODERNIZAÇÃO NO MUNDO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ética e Política.

Orientadora: Profª. Dra. Ana Maria Said.

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2021

Banca Examinadora:

Professora. Dra. Ana Maria Said – IFILO / UFU

Professora. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR / UTP – PR

Professor Dr. Gianni Fresu – IFILO/UFU



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica,
Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br -
posfil@fafcs.ufu.br



| | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em: | Filosofia | | | | |
| Defesa de: | Dissertação de Mestrado Acadêmico, 002 SEI, PPGFIL. | | | | |
| Data: | Vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte um | Hora de início: | 12:30 | Hora de encerramento: | 14:30 |
| Matrícula do Discente: | 11912FIL001 | | | | |
| Nome do Discente: | Carlos Eduardo Nicodemos | | | | |
| Título do Trabalho: | Risorgimento, americanismo e fascismo: o conceito de revolução passiva como categoria interpretativa da modernização no mundo da produção capitalista. | | | | |
| Área de concentração: | Filosofia | | | | |
| Linha de pesquisa: | Ética e Filosofia Política | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Marx e Gramsci | | | | |

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Reuniu-se na sala web conferência Meet Google do PPGFIL da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Anita Helena Schlesener/UTP; Giovanni Fresu/UFU e Ana Maria Said/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Ana Maria Said, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Fresu, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/02/2021, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Said, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/03/2021, às 15:01, conforme horário oficial de

Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Helena Schlesener, Usuário Externo**, em 02/03/2021, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8](#)

[de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2582600** e o código CRC **7B37FA58**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho dissertativo finaliza um ciclo de formação que se iniciou em março de 2010, no Departamento (hoje Instituto) de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde fui apresentado ao mundo filosófico.

Por isso, agradeço a todos aqueles que nestes últimos anos contribuíram para minha formação, dentro e fora dos muros da Universidade Federal de Uberlândia. Todas as discussões calorosas positivamente, as viagens, as festas, aos amigos e professores. Em particular, o meu reconhecimento aos docentes que se dedicam a compartilhar os seus estudos de modo singular, sendo eles: Sertório, Rafael, Olavo, Marcos Seneda, Jakob (*in memoriam*), Jairo, Humberto Guido, Gianni Fresu, Ana Maria Said, Socorro e Carlos Gonzales.

Dedico a minha gratidão, em especial, à minha professora e orientadora, Ana Maria Said. Orientou-me como uma orientadora deve orientar. Nunca buscou ser superior a mim em conhecimento filosófico (mesmo sendo), mas procurou me conduzir academicamente para o melhor caminho. Obrigado pela seriedade intelectual, pelo rigor ao expor os conceitos filosóficos, pela disciplina, pela atenção e paciência.

Agradeço ao professor Gianni Fresu, por toda contribuição intelectual. Pela disciplina ao ministrar as suas aulas, bem como pelo rigor conceitual. Agradeço por aceitar participar gentilmente da minha banca de qualificação, como estender sua participação na leitura final do meu trabalho. Tenho certeza que a sua colaboração enriquecerá ainda mais os meus estudos.

Agradeço também à professora Anita Helena Schlesener, por aceitar educadamente participar da minha banca de defesa de dissertação de mestrado. Diante do tamanho conhecimento conceitual do autor, tenho clareza que sairei um pouco mais esclarecido conceitualmente da obra gramsciana.

Não poderia deixar de mencionar os que fizeram da minha vida acadêmica um lugar de leveza. Agradeço aos incríveis amigos e amigas que nesta universidade encontrei: Alysson, Arthur (Binha), Luisa, Gabriel, Fernandinha, Fernando, Dudu, Vitão, Mari, Jacque, Isa, Cristiano, Henrique, Dayana, Enzo, Emílio e Cabelim.

Meus agradecimentos mais afetuosos aos meus queridos pais: Eduardo Antônio Nicodemos e Eleusa Maria Nicodemos. Sem dúvida, as duas pessoas mais importantes da minha vida (a Jú também). Aos meus pais, dedico este trabalho finalizado, por fazer eu nunca desistir dos meus estudos. Em nenhum momento me cobraram algo em troca, apenas falavam

desde quando eu era criança: “meu filho, estuda!”. Agradeço também a minha irmã, Juliana Cristina Nicodemos. Pessoa incrível que segue ao meu lado para tudo, sempre me ajudando e incentivando. Vocês são o meu chão.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos para a realização desta pesquisa.

*A injustiça não se resolve.
À sombra do mundo errado
murmuraste um protesto tímido.
Mas virão outros*

RESUMO

A presente dissertação é um estudo do *Risorgimento*, *americanismo* e fascismo à luz dos conceitos do filósofo italiano, Antonio Gramsci (1891 – 1937). Nesta pesquisa investigou-se como esses eventos interconectam com todo arcabouço intelectual desenvolvido pelo filósofo, principalmente, com os conceitos de *hegemonia* e *revolução passiva*. Para esse fim, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, bem como livros de pesquisadores e artigos. Nesses limites, fixamo-nos na pesquisa, obras escritas antes e depois do período em que o autor esteve preso (1926 – 1937), sendo as principais fontes: os *Escritos políticos* e os *Cadernos do cárcere*. Gramsci caracteriza o *Risorgimento*, o *americanismo* e o fascismo, no conceito interpretativo conhecido por *revolução passiva*. Mesmo que distintos, os fenômenos se interconectam a partir do critério histórico-político de análise. Igualmente, o conceito de *revolução passiva* interconecta-se com o de *hegemonia*, *guerra de posição*, *transformismo* e *subalternidade*. Assim, é correto afirmar que o *Risorgimento* foi a resposta dada pelas classes dirigentes tradicionais italianas, sob a *hegemonia* dos Moderados, na busca por unificar a Itália, sem grandes abalos na estrutura de classes, herdeiras de resíduos feudais. Os Moderados, sob a influência de Cavour (1810 – 1861), conduziram a unificação da península, bem como a aplicação das relações burguesas na estrutura econômica italiana, sem passar por uma revolução ativa, como a desencadeada na França, sob a tutela radical dos jacobinos. Por outro lado, em conjunturas diferentes, o *americanismo* e o fascismo são respostas ao processo revolucionário iniciado com a Revolução Bolchevique (1917), como, também, pela “crise orgânica” aberta pela I Guerra Mundial. Neste contexto, a *hegemonia* das classes dominantes estava fragmentada, sendo que as duas forças sociais, a burguesia e o proletariado, disputavam a direção econômico-cultural no mundo ocidental. Mas, a corrida pela *hegemonia* se dava de modo desigual, onde as classes dominantes possuíam inescrutáveis mecanismos para a manutenção da sua dominação; por outro lado, as classes dominadas deveriam se unificar para poderem conquistar a *hegemonia* produtiva, enterrando, assim, o modo de produção capitalista em conjunto com as suas relações de classes. Portanto, nessas condições, as classes dominantes utilizaram as *revoluções passivas* para reforçarem a sua direção fragilizada, retomando o *consenso*, e desarticulando as classes subalternas em processo de sublevação social. Assim, este estudo apresenta os conceitos centrais da análise de Gramsci, pretendendo compreender as reais causas que levaram ao *Risorgimento*, como, décadas depois, aos outros dois eventos burgueses — *americanismo* e o fascismo —, que mudou a face das lutas de classes ocidentais para sempre.

Palavras-chave: *Risorgimento*, *americanismo*, fascismo, *revolução passiva*, *hegemonia*, partido político, luta de classes, subalternos, crise orgânica.

ABSTRACT

This dissertation is a study of Risorgimento, Americanism and fascism in the light of the concepts of the Italian philosopher Antonio Gramsci (1891 – 1937). In this research it was investigated how these events interconnect with all intellectual frameworks developed by the philosopher, mainly, with the concepts of hegemony and passive revolution. For this purpose, the methodology used was bibliographic and documentary research, as well as books by researchers and articles. Within these limits, we focus on research, works written before and after the period in which the author was imprisoned (1926 – 1937), being the main sources: “Political Writings” and Prison Notebooks. Gramsci characterizes Risorgimento, Americanism and fascism, in the interpretive concept known as passive revolution. Although distinct, the phenomena are interconnected based on the historical-political criterion of analyses. Likewise, the concept of passive revolution is interconnected with hegemony, war of position, transformation and subordination. Thus, it is correct to say that the Risorgimento was the answer given by the traditional Italian ruling classes, under the hegemony of the Moderates, in the quest to unify Italy, without major shakes in the class structure, heirs of feudal residues. The Moderates, under the influence of Cavour (1810 – 1861), led the unification of the peninsula, as well as the application of bourgeois relations in the Italian economic structure, without going through an active revolution, such as the one unleashed in France, under the radical tutelage of the Jacobins. On the other hand, in different circumstances, Americanism and fascism are responses to the revolutionary process started with the Bolshevik Revolution (1917), as well as to the “organic crises” opened by World War I. In this context, the hegemony of the ruling classes was fragmented, with the two social forces, the bourgeoisie and the proletariat, disputing the economic-cultural in the Western World. However, the race for hegemony was uneven, where the ruling classes had inexhaustible mechanisms for maintaining their domination; on the other hand, the dominated classes should unify themselves in order to conquer productive hegemony, thus burying the capitalist mode of production together with their class relations. Therefore, in these conditions, the ruling classes used passive revolutions to reinforce the weakened leadership, resuming consensus, and dismantling the subordinate classes in the process of social upheaval. Thus, this study presents the central concept of Gramsci’s analysis, intending to understand the real causes that led to Risorgimento, as, decades later, to the other two bourgeois events – Americanism and fascism –, which changed the face of the struggles of Western classes to ever.

Keywords: *Risorgimento, Americanism, fascism, passive revolution, hegemony, political party, class struggles, subordinates, organic crises.*

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1 <i>REVOLUÇÃO PASSIVA</i> COMO CATEGORIA MODERNIZADORA DA PRODUÇÃO SOB A <i>HEGEMONIA</i> DAS CLASSES DIRIGENTES TRADICIONAIS NA ERA DO <i>RISORGIMENTO</i> | 18 |
| 1.1 De Marx a Gramsci: a equivalência entre <i>estrutura</i> e <i>superestrutura</i> | 18 |
| 1.2 <i>Passado e presente</i> : uma Itália cosmopolita..... | 22 |
| 1.3 A Igreja: força oposta às unitárias na era do <i>Risorgimento</i> | 24 |
| 1.4 O <i>Risorgimento</i> : obra de uma “minoria”..... | 26 |
| 1.5 O <i>Risorgimento</i> e as duas forças em confronto: os Moderados e o Partido de Ação. As condições do desenvolvimento econômico da Itália..... | 29 |
| 1.6 O <i>Risorgimento</i> e o Estado do Piemonte..... | 56 |
| 2 <i>AMERICANISMO</i> E FORDISMO: A UNIDADE DO MUNDO NA ERA DE SUA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA. O CONCEITO DE <i>REVOLUÇÃO PASSIVA</i> COMO CATEGORIA INTERPRETATIVA..... | 63 |
| 2.1 Da Primeira Revolução Industrial para a complexa organização do trabalho no século XX..... | 63 |
| 2.2 O <i>americanismo</i> como <i>revolução passiva</i> : os novos métodos de trabalhos exigidos pela nova roupagem capitalista. Uma análise a partir do <i>Americanismo e fordismo</i> de Antonio Gramsci..... | 69 |
| 2.3 O <i>corporativismo</i> como fundamento político e social do fascismo italiano..... | 82 |

| | |
|--|-----|
| 3 O FASCISMO COMO RESPOSTA AOS PROBLEMAS DO SÉCULO XX: A REAÇÃO DAS CLASSES DOMINANTES ATRAVÉS DE UMA <i>REVOLUÇÃO PASSIVA</i> E A ESTERILIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES POPULARES..... | 91 |
| 3.1. O espelho do fascismo: “ <i>o dilúvio selvagem das paixões, do ódio, dos desejos</i> ” | 91 |
| 3.2. Gramsci e os <i>escritos precedentes</i> : notas sobre o fascismo..... | 103 |
| 3.3. Gramsci e o fascismo: uma análise conceitual a partir dos <i>Cadernos do cárcere</i> | 111 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 132 |
| REFERÊNCIAS..... | 137 |

INTRODUÇÃO

No centro das lutas de classes na Itália, viveu Antonio Gramsci (1891 – 1937). Filósofo de corpo frágil, mas de cérebro forte. Seu pensamento ultrapassou as barreiras geográficas do continente europeu pouco tempo após a sua morte (1937), ganhando outras partes do mundo. Nesse processo de ampliação do conhecimento dos escritos gramscianos, o Brasil teve contato com a obra deixada pelo revolucionário sardo, ainda nos primeiros anos da década de 60.

Ao lermos os escritos de Gramsci, percebemos que o pensador italiano não se abateu. Dialogou com os grandes revolucionários da época, como também esteve imerso — na medida do possível —, nas articulações com alguns intelectuais ligados à Revolução Bolchevique (1917). Neste contexto, o filósofo marxista, organizou e dirigiu a própria tentativa revolucionária na península mediterrânea. Direcionou e educou os proletários através de artigos de jornais e manuscritos políticos, destinados a alinhar o combate (*práxis*) ao conjunto da teoria (*filosofia*) revolucionária. Gramsci, portanto, utilizou a máquina propagandista da burguesia contra ela própria, pois, tinha claro, que não se consolida o exercício de poder, sem antes forjar nas massas populares a “opinião pública” necessária, solidificando no *consenso* uma dada “vontade coletiva”. Evidentemente, a “vontade coletiva” que o filósofo materialista buscou construir foi a de outra possibilidade histórica, ou seja, outra formação sócio-econômica (revolucionária).

Gramsci pensou a sociedade italiana como o resultado do processo histórico a partir das relações materiais que estruturam a vida humana. Neste cenário, uma parte da sociedade empreende avançar historicamente, buscando caminhos progressistas para as classes subalternizadas. Por outro lado, as classes dominantes resistem. Por isso, a nova possibilidade histórica, nascida das relações do velho mundo não pode, efetivamente, existir, sendo sufocada pelos aparelhos organizativos das classes dirigentes tradicionais. Essa resistência pode ocorrer através do *consenso* ou da *coerção*, de uma determinada *hegemonia*. O *consenso* exerce a função de desarticular, persuadir ideologicamente ou esterilizar a organização das massas populares através de uma *revolução passiva*, solidificando na *sociedade civil*, a *hegemonia* das classes dominantes, mantendo o “bloco histórico” estável e homogêneo.

O resultado dessas articulações burguesas são evidentes, pois, mesmo após graves abalos na *hegemonia* das classes dominantes, elas ainda se mantêm dominantes e dirigentes. Por isso, através da categoria interpretativa conhecida como *revolução passiva*, resgatada por Gramsci do pensamento de Vincenzo Cuoco (1770 – 1823), percebemos como, em momentos

de “crises orgânicas”, as classes dominantes tradicionais utilizam mecanismos destinados a passivização das classes dominadas, visando manterem-se no poder. Assim, toda vez que o mundo burguês, em conjunto com suas relações, se encontra fragmentado por uma “crise de autoridade”, as classes dominantes se lançam na conservação de seu mundo, seja por meio da *coerção* ou do *consenso*. Para compreendermos tal ofensiva, estudaremos três eventos históricos portadores de *revoluções passivas* analisados por Gramsci, a saber: o *Risorgimento*, o *americanismo* e o fascismo.

O desenvolvimento desta pesquisa tem como justificativa a relevância da obra filosófica gramsciana para o entendimento das relações de poder das classes dominantes como categorias interpretativas na luta de classes. Bem como para assimilarmos as estratégias utilizadas pelas classes tradicionais frente às constantes crises que abalam a sua direção no capitalismo avançado. Por isso, a necessidade de compreendermos todo o arcabouço intelectual do pensador sardo, pois, como analisaremos, a filosofia de Gramsci nos direciona para novas estratégias na luta revolucionária, relevantes para a construção de um mundo mais justo e igualitários para todos os seres humanos.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as três formas de *revoluções passivas*, próprias dos séculos XIX e XX, a saber: 1) o processo de unificação da Itália; 2) o *Americanismo*; 3) o fascismo italiano. Por isso, esses três aspectos de “revoluções restaurações” interconectam com todo arcabouço conceitual do pensador marxista. O estudo da primeira parte do trabalho é demasiado, o que resulta na inviabilidade de abarcar todos os desdobramentos teóricos desenvolvidos pelo pensador sardo. Por isso, buscarei investigar as premissas que levaram Gramsci a refletir sobre o processo de unificação da Itália (*Risorgimento*), para depois, compreender os desdobramentos do movimento que unificou o país. Dessa maneira, finalizo o estudo do movimento do *Risorgimento* afirmando a sua roupagem “passiva”, isto é, a de manter as relações de classes incólumes, assim como separação entre a relação Norte (Setentrional) e Sul (Meridional). Para pesquisar o movimento do *Risorgimento*, utilizarei dos conceitos desenvolvidos por Gramsci, a exemplo: 1) Estado; 2) classes dirigentes tradicionais; 3) subalternidade; 4) transformismos; 5) hegemonia; 6) partidos políticos; 7) Moderados; 8) Partido de Ação; 9) reforma agrária; 10) reforma intelectual e moral; 11) questão meridional; 12) *revolução passiva*.

A segunda parte desta pesquisa responde a outra característica de *revolução passiva*, como aquela apresentada por Gramsci no *Caderno 22* (1934). Em *Americanismo e fordismo* (1934), o filósofo analisa as modificações pelo alto das forças produtivas do capitalismo, bem como a transferência da hegemonia produtiva da Europa para os Estados Unidos da América.

A partir de notas escritas no cárcere, o filósofo, sob a ótica marxista, investiga a racionalização da produção criada pelo taylorismo e, posteriormente, adotada pelas indústrias de Henry Ford. Os escritos, portanto, revelam a supremacia desse modelo de produção frente a composição demográfica europeia, ainda resistentes e conservando *estruturas* semi-feudais. Por isso, Gramsci aponta que a implementação do *americanismo* na Europa ocorreu sob formas de extrema coerção, mas conservando as classes tradicionais fora do campo produtivo exigido pelo novo modelo de produção. Para tal análise, utilizarei conceitos centrais no pensamento de Gramsci, como: 1) composição demográfica; 2) novo tipo de trabalhador; 3) crise orgânica; 4) classes parasitárias; 5) *consenso*; 6) corporativismo; 7) *revolução passiva*.

A terceira parte deste estudo dissertativo visa investigar o fascismo como *revolução passiva*. Gramsci analisa o fascismo partido de causas precisas. O autor afirma que as principais causas que conduziram o arbítrio fascista ao poder por mais de vinte anos, podem ser apurados: a) a crise do liberalismo e a decomposição dos velhos equilíbrios dominantes; b) a consolidação da política de massas e as classes populares; c) a passagem da *guerra de movimento* para a *guerra de posição*; d) a questão *meridional*; e) e a “crise orgânica”. Veremos que o autocrático adaptou-se do elemento político moderno de uma “guerra de posição” no enfrentamento ligado ao campo econômico, assim como atuou na forma de uma *revolução passiva* no terreno ideológico. Por isso, nos limites circunscritos desta pesquisa, cabe-nos compreender a relação conceitual desenvolvidas por Gramsci, sendo elas: 1) Estado; 2) Estado integral; 3) crise orgânica; 4) classes parasitárias; 5) *americanismo*; 6) guerra de movimento; 7) guerra de posição; 8) moderno príncipe; 9) *cesarismo*; 10) *hegemonia*; 11) *reforma intelectual e moral*; 12) *revolução passiva*.

Na tentativa de responder a essas questões, a metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e documental. Em vista disso, selecionamos alguns artigos de pesquisadores do pensamento de Gramsci, como as próprias *Cartas do cárcere*, que o pensador enviava para seus familiares nos anos em que esteve preso nos cárceres de Mussolini. Some a isso, seus escritos contidos nos *Cadernos do cárcere*. Buscamos nos servir também dos escritos precedentes do autor, conhecidos como *Escritos políticos*, bem como das Teses de Lyon. Trata-se de um texto que contém as teses escritas por Gramsci com a colaboração de Palmiro Togliatti. Elas foram apresentadas por ocasião do III Congresso Nacional do Partido Comunista Italiano (PCI), em 23-26 de janeiro de 1926, na cidade de Lyon. Como método de análise, partiremos do *Materialismo histórico dialético*, bem como da *filosofia da práxis*; que é utilizada pelo filósofo sardo em seus escritos.

Deste modo, dividiremos nossa dissertação acerca das análises sobre o *Risorgimento*, *Americanismo* e fascismo em três partes centrais, subdivididas em tópicos. No primeiro capítulo, tentamos compreender o conceito gramsciano de *revolução passiva*, como conceito central para direcionar as análises presentes nos tópicos: 1) De Marx a Gramsci: a equivalência entre *estrutura* e *superestrutura*; 2) *Passado e presente*: uma Itália cosmopolita; 3) A Igreja: força oposta às unitárias na era do *Risorgimento*; 4) O *Risorgimento*: obra de uma “minoria”; 5) O *Risorgimento* e as duas forças em confronto: os Moderados e o Partido de Ação. As condições do desenvolvimento econômico da Itália; 6) O *Risorgimento* e o Estado do Piemonte. Por isso, começamos pela compreensão do processo de unificação italiana, o *Risorgimento*. Já no segundo capítulo, compreendemos o conceito interpretativo de *revolução passiva* destinada a investigar o *Americanismo*, a partir dos pontos: 1) Da Primeira Revolução Industrial para a complexa organização do trabalho no século XX; 2) O *americanismo* como *revolução passiva*: os novos métodos de trabalhos exigidos pela nova roupagem capitalista. Uma análise a partir do *Americanismo e fordismo* de Antonio Gramsci; 3) O *corporativismo* como fundamento político e social do fascismo italiano. Por fim, no terceiro capítulo, buscamos investigar o fascismo como *revolução passiva*, tendo como base: 1) O espelho do fascismo: “o dilúvio selvagem das paixões, do ódio, dos desejos”; 2) Gramsci e os *escritos precedentes*: notas sobre o fascismo; 3) Gramsci e o fascismo: uma análise conceitual a partir dos *Cadernos do cárcere*.

1 REVOLUÇÃO PASSIVA COMO CATEGORIA MODERNIZADORA DA PRODUÇÃO SOB A HEGEMONIA DAS CLASSES DIRIGENTES TRADICIONAIS NA ERA DO RISORGIMENTO.

1.1 De Marx a Gramsci: a equivalência entre *estrutura* e *superestrutura*.

As grandes mudanças no mundo da produção não acontecem fortuitamente, sendo praticamente imperceptível para aqueles que estão nelas inseridas, *são herdadas e transmitidas pelo passado*¹. Ao examiná-las, percebe-se que a compreensão dessas mudanças exige métodos específicos de classes. Cada método, no que lhe concerne, seja ele econômico ou filosófico, corresponde a uma etapa de desenvolvimento de uma *determinada* estrutura de produção. Assim como os aspectos formais e conceituais da consciência (*superestrutura*) são iniciados e impressos ao mesmo tempo, em que os indivíduos produzem a sua vida material (*estrutura*). Deste modo, compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista, todavia, envolve apreender todas as condições históricas anteriores — modos de produção superados —, que o conduziu com a última formação social de trabalho. Além disso, por exemplo, a sua perpetuação advém das classes tradicionais organizadas em torno da *hegemonia*², por ela desenvolvida e solidificada na sociedade civil, através de uma constante *reforma intelectual e moral*.

Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci (1891 – 1937) nos apresenta o conceito de *revolução passiva*. Fato importante, entretanto, sob a categoria, é que Gramsci resgata a máxima diretamente da fórmula desenvolvida pelo pensador italiano Vincenzo Cuoco³, adaptando-a para as condições de seu tempo. A *revolução passiva*, portanto, resulta da capacidade das classes tradicionais — perante a expansão das contradições políticas e sociais do sistema capitalista — de assimilar e governar, desestabilizando a antítese fundamental que se formou, evitando que as massas subalternas se tornem protagonistas da crise, direcionando,

¹ MARX, Karl. *A Revolução antes da Revolução*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Karl Marx afirma que “[...] os homens fazem a sua história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatas encontradas e transmitidas pelo passado”. (P. 207).

² C.f. Vacca, 2012, p. 212-213. O conceito de *hegemonia* aparece pela primeira vez no parágrafo 44, do *Caderno 1* (fevereiro de 1930). Esta não é mais a “hegemonia do proletariado”, de 1923 – 1926. Esta é a noção ampla de “hegemonia política”, sendo elaborada para destacar a necessidade de conquistá-la antes da ida ao governo, na sociedade civil, e não através do poder estatal, senão assumiria necessariamente um caráter autoritário.

³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. V. 5. “Vincenzo Cuoco (1770 – 1823) participa da revolução napolitana de 1799, depois da qual sofre o cárcere e o exílio. Em sua obra principal, *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana* (1801), aparece o conceito de ‘revolução passiva’ para indicar que a revolução napolitana, suscitada pelo impacto de acontecimentos externos, como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, se restringiu a um grupo relativamente exiguo de intelectuais e não soube se ligar às concretas necessidades do povo”. (p.371).

em seu conjunto, outra possibilidade histórica. Esta adequação possui capacidades interpretativas novas, pois, como afirma Gramsci no *Caderno 4* (1930 – 1932):

O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (GRAMSCI, 2014, p. 209-210).

Vale lembrar que para Gramsci o conceito de *revolução passiva* se faz como uma categoria “reformadora” de diversos momentos históricos, tendo em vista o poder de articulação da atual classe dominante de mudar *homens e programas*⁴, alicerçando cada vez mais o seu domínio. Em consequência disso, para Gramsci, no decorrer da história recente, três movimentos foram portadores de *revoluções passivas*, a saber: *O Risorgimento*⁵ italiano, o *americanismo* e o fascismo.

Não raro, toma-se conhecimento, no *Caderno 15* (1933), na nota 17, intitulada, *Maquiavel*, a parte em que o autor retoma a fórmula de Karl Marx (1818 – 1883), presente no famoso “Prefácio” de *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859. A nota expressa que o conceito de *revolução passiva* deve ser deduzido de duas regras primordiais da ciência política:

[...] 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. (GRAMSCI, 2015, p. 321).

O pensamento político gramsciano caracteriza-se pela proximidade com o de Marx, ainda que no interior de diferentes soluções, dadas as constantes mutações das contradições do sistema capitalista. Nota-se, portanto, que para aprofundarmos os *dois princípios* da nota supracitada, é salutar recuarmos até 1859, diretamente para o “Prefácio”, evidenciando os conceitos centrais. Resume-se, assim, que as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, em sua totalidade, apreendidas por Hegel sob o nome de “sociedade civil”⁶, devem ser concebidos somente nas relações materiais de produção. Isto é, o modo como os homens

⁴C.f. GRAMSCI, 1980, p. 55.

⁵C.f. GRAMSCI, 2002, p. 355. *O Risorgimento* italiano foi o movimento político e econômico que levou à unificação da Itália, sob a direção das classes tradicionais. O processo é dividido em quatro partes: “1) 1815 – 1847, preparação intelectual e moral sob a influência da ideologia liberal-nacionalista; 2) 1848 – 1849, eclosão de vários movimentos republicanos; 3) 1850 – 1861, consolidação do partido Moderado de Camillo B. di Cavour como hegemonia intelectual de formação de base; 4) 1861 – 1870, unificação e consolidação estatal”.

⁶C.f. MARX, 1978, p. 129.

produzem a sua vida material, faz com que eles contraiam relações sociais, políticas e estruturais, relações estas que se manifestam no que Marx denomina de *superestrutura*. Observa-se que na:

[...] produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De forma de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (MARX, 1978, p. 129-130).

É preciso observar que o complexo aprimoramento das forças produtivas⁷, edificadas em um determinado modo de produção cria “novas” relações sociais de produção⁸. Assim, com o desenvolvimento, as forças produtivas, bem como as relações de produção, entram em contradição. Cria-se, dessa forma, a possibilidade de sua superação, ou o perigo de sua manutenção. Todavia, a subjugação de um modo de produção por outro não é mecânica, exigem grandes esforços da classe subalterna (categorias gramscianas): a formação de *intelectuais orgânicos*, um partido político educador e direcionador ligado à classe trabalhadora, a conquista dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil sendo mantida e expandida por uma *reforma intelectual e moral*. Neste campo, Said⁹ esclarece:

[...] A função de direção política, destinada ao partido, designa uma situação estruturada de modo tal que a sociedade civil, lugar de crenças solidificadas e, também, manifestação prática do conhecimento e da sua crítica, tornar-se-á lugar de maturação de novos germes de liberdade a ser institucionalizada, sendo o embrião de um novo Estado (o Estado Ético) e de uma *nuova civiltà* [...]. (SAID, 2009, p. 106).

⁷ Por forças produtivas, Marx compreende os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, a atualização da maquinaria, novas fontes de energias, e novos processos organizativos do trabalho, como a educação do proletariado.

⁸ As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No modo de produção capitalista, o mais fundamental dessas relações é a posse da propriedade privada que a burguesia possui, ao passo que a classe explorada, é explorada justamente por não possuir os meios de produção, restando-lhes, apenas, a sua força de trabalho.

⁹ Pesquisadora e professora titular do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Dentro de um modo de produção, as correspondências entre as forças produtivas e as relações de produção perduram por muito tempo sob certa harmonia. Contudo, nota-se que o resultado do desenvolvimento leva a uma contradição entre a *estrutura* e a *superestrutura*. Deste modo, verifica-se que as relações *superestruturais* passam a não atender às necessidades do modo de produção a qual elas pertencem e a compreensão das contradições que se acirram. Neste caso, ocorre um período de *revolução social*, criando condições para a resolução dos antagonismos de classes. Marx afirma (assim como Gramsci, em sua nota supracitada) que:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. (MARX, 1978, p. 130).

No mesmo texto, pode-se ler:

É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. (MARX, 1978, p. 130).

Diametralmente, o mundo burguês e suas relações, isto é, o velho mundo, resiste aprimorando as suas forças produtivas, afirmando falsidade do *ancien régime* de que *só no passado está a verdade, só no passado está a beleza*, desprezando todo germe social que floresce da *nova* sociedade. Marx e Engels (1820 – 1895) asseguram no Manifesto que a [...] “história da sociedade tem sido a história das lutas de classes”¹⁰, é evidente que *tem* sido, projeta-se que sempre *foi*, entretanto, existe a possibilidade futura de *não ser*. A isso os pensadores alemães empregam o verbo categoricamente, demonstrando a possibilidade de uma *nova* história, mais justa e igualitária para os humanos (a depender do projeto de sociedade que as classes dominadas defendem). No que tange a essa afirmação, os autores não presenciaram a consolidação de outra estrutura econômica e, conseqüentemente, social. Não

¹⁰ C.f. MARX, 2007, p. 40.

muito diferente de Marx e Engels, nossa geração também não. O que ocorre no capitalismo avançado é a capacidade cada vez mais coercitiva de perpetuação do sistema capitalista, onde as classes dirigentes visando manter o atual modo de produção asseguram cada vez mais o estreitamento entre o Estado burguês e o modo de produção capitalista. Em consequência, diante desses apontamentos, afirma-se que as análises gramscianas sobre os três movimentos anti-revolucionários, aqui analisados, isto é, o *Risorgimento*, o *americanismo* e o fascismo, estão alicerçados nas categorias do materialismo histórico dialético¹¹, analisados por Marx no “Prefácio”, e usados por Gramsci nos *Cadernos*.

1.2. *Passado e presente: uma Itália cosmopolita.*

A análise sobre o *Risorgimento* é penetrante na medida em que examinam os conflitos de classes, diferentes dos enfrentamentos registrados em outros países. Pode-se afirmar que, para Gramsci, o nexos histórico que permitiu à Itália se desenvolver não deve ser buscado em eventos isolados, mas no próprio desenvolvimento histórico europeu “[...] e mundial que tiveram um reflexo na península”¹². Assim, a primeira afirmação do autor sobre a desterritorialização da península data do período do Império Romano¹³. Segundo Gramsci, as bases desses encadeamentos não foram suficientemente compreendidas, já que se encontram na relativa mudança de Roma — por Augusto¹⁴ e César¹⁵ —, retirando da Itália a “[...] hegemonia “territorial” e transferindo a função hegemônica a uma classe “imperial”, isto é, supranacional”¹⁶. Esta conexão histórica, todavia, deixou profundas marcas¹⁷ para a Itália, iniciando, deste modo, o processo de “desnacionalização”, não só de Roma, mas da península,

¹¹ C.f. GIACOIA, 2006. Conceito desenvolvido por Karl Marx (1818 – 1883), “[...] a partir da crítica à dialética de Hegel (1770 – 1831), de acordo com o qual o processo histórico de transformação das sociedades é interpretado segundo a luta de classes, isto é, conforme a dinâmica de conflito e a resolução dialética entre forças e interesses econômicos-políticos antagônicos, representativos das classes sociais. Enquanto em Hegel o movimento dialético exprimia um processo de síntese entre oposição e contradições intrínsecas tanto à racionalidade quanto à própria realidade (e por isso se caracterizava como idealismo dialético), para Marx, as oposições e contradições dialéticas no mundo e no pensamento se originam do conflito entre forças e interesses econômicos, social e historicamente configurados (daí seu caráter materialista)”. p. 121.

¹² C.f. GRAMSCI, 2015, p. 13.

¹³ O Império Romano foi o período pós-república da antiga civilização romana. Caracteriza-se por um governo autocrático liderado por um imperador. O Império Romano possuía extensas propriedades de terras no Mediterrâneo, África e Ásia.

¹⁴ César (título imperial). Deriva de Caio Júlio César, conhecido ditador de Roma.

¹⁵ Augusto foi o fundador do Império Romano e seu primeiro imperador. Augusto governou Roma de 27 a.C. até sua morte em 14 d.C.

¹⁶ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 13.

¹⁷ Marcas que não desvaneceram em um curto período. Esse processo de “desnacionalização”, isto é, cosmopolitização da península, teve como resultado o pensamento de vários autores italianos. Destaca-se, entre eles, Maquiavel. Maquiavel viveu na terra que Dante chamou de “o jardim do império”. Entretanto, cosmopolita, transformada em terra “batida, espoliada, lacerada, invadida”, como afirmou Maquiavel.

fazendo-a cosmopolita. Em relação a isso, o autor preconiza que o “[...] nó histórico-político é cortado por César com a espada e se inicia uma época nova, em que o Oriente tem um peso tão grande que termina por sobrepujar o Ocidente e levar a uma fratura entre as duas partes do Império”¹⁸.

Diante dessa desterritorialização, verifica-se, por exemplo, um contraste na história futura entre a Itália e as nações europeias. Com novas práticas econômicas desenvolvidas na Europa — na Idade Moderna —, ou seja, com o advento do mercantilismo¹⁹ e das monarquias absolutas, que, segundo Gramsci, por a Itália ainda permanecer sob a tutela das forças estrangeiras, atrasou, brutalmente, o desenvolvimento econômico do país, assim, como, a não criação de uma estrutura estatal unitária. Com efeito, Gramsci escreve:

Era do mercantilismo e das monarquias absolutas, que na Itália, precisamente, tem manifestações de escasso alcance nacional porque a península está sob a influência estrangeira, ao passo que nas grandes nações européias os novos grupos sociais urbanos, inserindo-se poderosamente na estrutura estatal de tendência unitária, fortalecem a própria estrutura e unitarismo, introduzem um novo equilíbrio nas forças sociais e criam para si as condições de um desenvolvimento rapidamente progressivo. (GRAMSCI, 2015, p. 14).

Por outro lado, é salutar esclarecer que Gramsci entende as bases históricas da Itália e suas respectivas forças de classes. A influência estrangeira impediu que a península se introduzisse, de fato, nas relações mercantilistas; por outro lado, o autor preconiza que, diante das relações do momento italiano, o mercantilismo teria compactado ainda mais a divisão dos Estados regionais. Com efeito, as raízes destes Estados, inclusive a relação entre as regiões setentrional e meridional seriam amplamente aprofundadas. Tarefa que o *Risorgimento*, a duras penas, talvez conseguisse resolver. Em relação a isso, Gramsci nos alerta:

Se organicamente desenvolvido, o mercantilismo teria tornado ainda mais profundas, e talvez definitivas, as divisões em Estados regionais; o estado informe e inorgânico em que as diversas partes da Itália se encontravam do ponto de vista econômico, a não formação de fortes interesses constituídos em torno de um forte sistema mercantilista-estatal permitiram ou tornaram mais fácil a unificação na Era do Risorgimento. (GRAMSCI, 2015, p. 15).

É importante elucidar que o *Risorgimento* não ocorreu como algo mecânico — como nada na história — mas, ao contrário, como uma reação da história europeia. No entanto, o

¹⁸ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 14.

¹⁹ O mercantilismo foi um conjunto de práticas econômicas iniciadas no continente europeu, entre o século XV e final do século XVIII. A partir do mercantilismo originou novas medidas econômicas, bem como a intervenção do Estado na economia.

movimento do *Risorgimento*, foi um fenômeno tipicamente italiano. As forças expansivas que encontraram destaque na atividade italiana advieram das erupções revolucionárias da Revolução Francesa (1789 – 1799), tal, como, dos impulsos econômicos do liberalismo. A Revolução Francesa, afirma o autor, não pode “[...] deixar de ser o elemento essencial e necessário”²⁰ para o início do *Risorgimento*. Portanto, as origens do movimento do *Risorgimento*:

[...] isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão à Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, não devem ser buscadas neste ou naquele evento concreto registrado numa ou noutra data, mas precisamente no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto dos sistemas europeu se transforma. Mas este processo não é independente dos eventos internos da península e das forças que nela se localizam. (GRAMSCI, 2015, p. 17).

Em síntese, Gramsci aborda, no *Caderno 19*, na nota 3²¹, os apontamentos referentes a um artigo do historiador italiano Gioacchino Volpe²² sobre o movimento do *Risorgimento*. Gramsci qualifica o artigo positivamente, pois, Volpe conseguiu de maneira “notável”, condensar em poucas palavras um processo histórico complexo que tem como herança as relações sociais que ocorreram no Império Romano, bem como as lutas napoleônicas e a consolidação definitiva do Estado burguês. Evidentemente, clarificando ainda mais as profundas — e outras novas — relações de classes. Gramsci o cita:

“Todos o sabem: para compreender o Risorgimento, não basta recuar até 1815 nem sequer até 1796, o ano em que Napoleão irrompeu na península e nela suscitou a tempestade. O Risorgimento, como retomada da vida italiana, como formação de uma nova burguesia, como consciência crescente de problemas não só municipais e regionais mas nacionais como sensibilidade a certas exigências ideias é preciso buscá-lo muito antes da revolução: é também sintoma, um dos sintomas, de uma revolução em marcha, não só francesa, mas, num certo sentido, mundial. Todos sabem igualmente que a história do Risorgimento não se estuda apenas com os documentos italianos, e como fato somente italiano, mas no quadro da vida européia; trata-se de correntes de cultura, de transformações econômicas, de situações internacionais novas, que induzem os italianos a novas ideias, a novas atividades, a novo ordenamento político”. (GRAMSCI, 2015, p. 19)²³.

1.3. A Igreja: força oposta às unitárias na era do *Risorgimento*.

²⁰ C.f. GRAMSCI, 2015, p, 16.

²¹ *As origens do Risorgimento*. O artigo de Gioacchino Volpe: “Una scuola per la storia dell’Italia moderna” (Uma escola para a história da Itália moderna), publicado no *Corriere della sera* em 9 de janeiro de 1932.

²² Gioacchino Volpe (1876 – 1871) historiador italiano durante os anos entre as duas guerras mundiais.

²³ C.f. VOLPE, vol.2, p, 307.

É de fundamental importância evidenciar outra categoria, que, segundo Gramsci, foi a “obra-prima”²⁴ do *Risorgimento* enquanto introdução do liberalismo na Itália: a igreja. A igreja, para o autor, não é somente em sentido genérico um espaço elementar para reuniões, congregações e assembléias. Gramsci a vê como intelectual, atuando como organizadora e direcionadora de determinada visão de mundo portadora de uma hegemonia. Neste caso, destacam-se dentro desta definição de igreja, três definições religiosas: a *confessional*, a *religião laica* e a *religião como senso comum*. Por religião *confessional* o autor concebe a relação entre homem e Deus, expressos em missas e cultos; por *religião laica* Gramsci entende a fé enquanto “unidade” entre concepção de mundo e norma de conduta.

Por outro lado, é importante salientar que por *religião como senso comum*, o filósofo define o senso comum como discurso e visão de mundo arraigado na cultura popular. O senso comum por não possuir acesso a um pensamento coerente, organizado e racional, que é próprio da filosofia, recebe sua concepção de mundo de maneira desorganizada, incoerente e limitada, que é próprio da religião. Contudo, senso comum e filosofia, para o autor, são homogêneos. Apesar disso, como podem ser homogêneos se homogeneidade significa: 1) possuir igual natureza; 2) semelhanças entre estruturas; 3) unidade entre seus elementos. Porque a homogeneidade a que Gramsci se refere, apresenta-se como “concepção de mundo”. O autor esclarece no *Caderno 11*, o conceito afirmando que “todos os homens são filósofos²⁵”; mas “filósofos”, mesmo que de uma filosofia “espontânea”. Pois, segundo ele, até mesmo na reflexão espontânea existe análise, concepção de mundo, modos de afirmar a vida. Entretanto, a filosofia a faz de modo coerente, possuindo métodos para isso, ao passo que o senso comum não. Assim, a Igreja age como *intelectual* nesse modo espontâneo de conceber a vida que é próprio das grandes massas²⁶ desagregadas.

A Igreja foi os grilhões da sociedade italiana por séculos, o *peso morto da história*²⁷ dificultando que ela avançasse. Agiu como a *intelectual* das massas populares impedindo-as de progredirem para o novo mundo. A Igreja não foi portadora de um novo processo histórico civilizatório, mas ao contrário, exercia a função de dificultar o seu desenvolvimento no país. A classe dominante italiana, no que lhe concerne, consolidava seus próprios intelectuais, entretanto, a classe dominada permanecia estratificada nas relações contraditórias entre o novo (processo civilizatório emergido da Revolução Francesa), e o velho (as relações do

²⁴ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 21.

²⁵ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 93.

²⁶ Massa (em analogia ao senso comum) é algo desagregado, estratificado, passivo e desorganizado.

²⁷ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 31.

mundo feudal), sendo a Igreja sua representante. Deste modo, a “obra-prima” do *Risorgimento* foi fazer com que as forças efetivas do liberalismo, mesmo que confusa na península colocasse “[...] em xeque o próprio Vaticano”²⁸. Que o movimento liberal, afirma o autor:

[...] tenha tido êxito em suscitar a força católico-liberal e fazer com que o próprio Pio IX se pusesse, ainda que brevemente, no terreno do liberalismo (o suficiente para desagregar o aparelho político-ideológico do catolicismo e tirar-lhe a confiança em si mesmo) - eis a obra-prima política do *Risorgimento* e um dos pontos mais importantes de desatamento dos velhos nós que haviam impedido, até então, pensar concretamente na possibilidade de um Estado unitário italiano. (GRAMSCI, 2015, p. 21).

A Igreja organizada enquanto *intellectual* era poderosa, congruente com a vida nacional, absorvendo todas as capacidades energéticas que poderiam atuar como o “[...] novo pessoal dirigente nacional”²⁹. Não obstante, as relações internacionais, especialmente a Revolução Francesa, desmantelaram uma parte das forças reacionárias, de dentro e de fora da França, enfraquecendo algumas, deteriorando outras. Assim, Gramsci afirma que a contribuição mais significativa da Revolução Francesa foi o enfraquecimento dessas forças milenares tão resistentes na Itália, que por mais “[...] difícil de avaliar e definir, mas se intui como peso decisivo na preparação do movimento do *Risorgimento*”³⁰. Com tais forças fora do caminho, as classes dominadas deveriam ser portadoras da direção, organizadas nacionalmente, construindo na península, outras relações sociais de produção, colocando toda amálgama social, por séculos reprimidos, no seio das novas relações de produção emergentes. Mas, não é o que acontece.

1.4. O *Risorgimento*: obra de uma “minoria”.

Muito se tem discutido na contemporaneidade acerca do processo político e econômico que levou à unificação da península italiana: o *Risorgimento*. Em meio a tantos debates, conceitos foram utilizados, como, por exemplo: 1) a ausência de uma revolução de “tipo radical-jacobina”³¹; 2) a inexistência, de fato, de uma revolução burguesa; 3) a carência de uma revolução camponesa (principalmente das classes subalternas do Sul); 4) a falta de iniciativa de uma Reforma agrária.

²⁸ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 21.

²⁹ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 25.

³⁰ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 26.

³¹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 209-210.

Diante de tais inexistências, a estrutura se manteve, fazendo o processo acumulativo de capital insidioso e penoso. A “revolução conservadora”, ou seja, a *revolução passiva* se realizou fundamentalmente sob a tutela dos interesses internacionais do “[...] capital francês e britânico”³², assim como das classes tradicionais do Norte e do Piemonte. Em solo italiano a luta que se estabeleceu teve seus próprios personagens: Cavour³³ (representando o partido dos Moderados), Garibaldi³⁴ e Mazzini³⁵ (Partido de Ação) e Gioberti³⁶ (o neoguelfismo). Mas o movimento tivera em sua constituição apenas dois partidos fundamentais que almejavam a conquista da hegemonia na península: os Moderados e o Partido de Ação. O partido que triunfou foi o dos Moderados, parte de uma “minoria” da alta classe, representante de empresários, agricultores, proprietários rurais. Como sabemos, o *Risorgimento foi obra de uma minoria*. A “minoria” que melhor soube organizar e absorver as classes antagônicas diante seus próprios interesses. A “minoria” que conseguiu evitar que a classe subalterna do Sul participasse, ou pior, se elevasse materialmente diante o processo modernizador do capital. Conceituando, Paris escreve que:

O Risorgimento se lhe apresenta, portanto, como a obra de uma minoria - uma burguesia antes parasitária que produtora - que foi incapaz de “construir uma unidade que fosse a unidade do povo”. A falta de participação das massas populares e a debilidade efetiva da burguesia deixaram a obra inacabada. A essa revolução dos “heróis”, o jovem liberal opõe a dos “heréticos”. Nesse mesmo esquema, Gramsci e seus sucessores integram o tema da mancata *rivoluzione agraria*: diferentemente dos jacobinos franceses, os homens do Partido de Ação (Mazzini, Garibaldi, Pisacane), abandonando a direção do movimento para os Moderados (Cavour, por exemplo), não teriam realizado uma reforma agrária indispensável. O Risorgimento teria sido assim apenas uma “revolução passiva”. De onde o atraso do desenvolvimento econômico e o retrocesso das estruturas italianas. (PARIS, 1993, p. 109).

A Itália que Gramsci encontra é o resultado de várias experiências traumáticas recentes, ou melhor, o resultado da ação dessas “minorias”. A constante fragmentação entre o Norte setentrional desenvolvido e do Sul meridional agrário e submisso, onde a base econômica se manteve praticamente intacta, solidificou uma determinada *estrutura* — a da

³² C.f. PARIS, 1993, p. 16.

³³ Camillo Paolo Filippo Giulio Benso (1810 – 1861), conhecido como Conde de Cavour, foi um político e primeiro-ministro do Reino da Itália entre 23 de março de 1861 e 6 de junho de 1861. Teve papel histórico na luta unificadora da Itália.

³⁴ Giuseppe Garibaldi (1807 – 1882) foi um general e guerrilheiro italiano. Líder do Partido de Ação, principal oposição aos liberais no processo do *Risorgimento*.

³⁵ Giuseppe Mazzini (1805 – 1872) foi um político e revolucionário da unificação italiana. Mazzini e sua doutrina faziam referência a fragmentos ideológicos da Europa, incorporando-os na luta política italiana.

³⁶ Abade, filósofo e estadista, Vincenzo Gioberti (1801 – 1852), proveniente do Piemonte, foi o principal teórico do “neoguelfismo, doutrina liberal-católica com fortes traços defensores da hegemonia das classes tradicionais, que começou a se formar em torno de 1830 e se converteu em um grande movimento de opinião entre 1843 até 1858.

“minoria”. A península, unida a partir do ideal liberal, levado a cabo pelo fervor militar e diplomático de Cavour³⁷, fez com que “[...] boa parte da população, que em sua maioria sequer falava o italiano (a língua dos toscanos cultos), preferindo os dialetos tradicionais”³⁸, não se organizassem como classe, se colocando, assim, no centro de gravidade das classes tradicionais. O *Risorgimento*, por outro lado, por não ter sido, de fato, um processo revolucionário, deixou, portanto, no tecido social e econômico do país, resquícios feudais, assim, como, uma classe dirigente fraca que, nos anos vindouros, tais resíduos floresceram drasticamente na história italiana do século XX.

A Itália de Gramsci (século XX) comportava um frágil equilíbrio, possuindo em seu seio uma classe camponesa pobre, por outro lado, uma ascendente classe operária que adquire vagarosamente ordenamento e maturação. No setor público — na sociedade civil — apareciam os primeiros partidos organizados vinculados à classe proletária, como também, partidos preocupados com interesses parlamentares e com a perpetuação do poder, isto é, mantenedor da ordem das “minorias” organizadas. Em contrapartida, o Estado germinado no *Risorgimento* era politicamente burocratizado, conservador, mantendo inalterados os interesses e compromissos dos setores da burguesia. O movimento unificador não fez da Itália um país que se destacasse no cenário europeu, que participasse das grandes discussões, mas um Estado coadjuvante, sem força política, econômica e militar. Outra questão importante era à frágil industrialização do país em relação às nações que passaram, de fato, por uma radical reestruturação econômica e social, colocando por terra todo o sustentáculo feudal que coibia que as forças do capitalismo brotassem das novas relações sociais; resultado, como apontado, do desenvolvimento contraditório entre a *estrutura* e a *superestrutura*.

1.5. O *Risorgimento* e as duas forças em confronto: os Moderados e o Partido de Ação.

As condições do desenvolvimento econômico da Itália.

10. A finalidade que a classe dirigente italiana se propunha a alcançar, com o nascimento do Estado unitário, era manter subordinadas as grandes massas da

³⁷ C.f. FRESU, 2018, p. 44. “Revelou-se uma fortuna para o povo italiano que o *Risorgimento* tenha sido conduzido por uma figura como Cavour, o qual por meio de sua habilidade diplomática externa e de sua abertura liberal interna evitou uma solução autoritária. Vittorio Emanuele II era “um rei medíocre e incapaz de compreender os tempos”, e Cavour, que, conseguiu combater seus projetos e tendências, evitou resultados ainda mais regressivos para a União. No panorama do *Risorgimento*, Cavour sobrepunha-se a todos os seus contemporâneos por sua capacidade de enfrentar as questões mais complexas com olhos de um homem de Estado, ao mesmo tempo em que era capaz de falar ao povo sem “mendigar-lhes favores” e sem buscar corrompê-lo. Em um contexto dominado pela demagogia mais decadente, pela inconsistente retórica do romantismo democrático ou, ao contrário, pelo dogmatismo antimoderno do mundo católico, Cavour foi, conforme Gobetti, o único a lançar as bases de uma revolução liberal moderna, apesar de ter como ferramentas de ação apenas a dinastia e o exército de um pequeno Estado”.

³⁸ C.f. MARIÁTEGUI, 2008, p. 13.

população trabalhadora e impedidas de se converterem em força revolucionária, capaz de realizar uma completa transformação social e política, que possibilitasse o surgimento de um Estado proletário, organizando-se em torno do proletariado industrial e agrícola. A debilidade intrínseca do capitalismo a obrigou, não obstante, a determinar como base para o ordenamento da economia e do Estado burguês a unidade conseguida através de compromissos entre grupos não homogêneos. Numa perspectiva histórica ampliada, esse sistema se revelou inadequado ao objetivo que pretendia. Toda forma de compromisso entre os diversos grupos dirigentes da sociedade italiana constitui-se, de fato, em um obstáculo ao desenvolvimento de uma ou outra parte da economia do país. Essa situação também faz surgir novos conflitos e novas reações da maioria da população, que acentuam a pressão sobre as massas e produzem um impulso cada vez maior, no sentido de sua mobilização e rebelião contra o Estado (GRAMSCI, 2004, p. 14) ³⁹.

O *Risorgimento* foi o movimento político-econômico que conduziu, sob a direção das classes tradicionais, à unificação da Itália no século XIX. As principais lideranças eram: a monarquia de Savóia (representando o Estado do Piemonte), e Cavour (líder dos Moderados). Gramsci sustenta que o *Risorgimento* ocorreu por meio da supremacia de um grupo social sobre o outro, dando forma e direção ao dominado. Para o filósofo, os Moderados, principal partido da época, tornou-se hegemônico na península porque era, primeiramente, dirigente e organizado enquanto classe. Ao passo que o partido de oposição não foi nem dirigente, muito menos organizado.

Os Moderados eram a expressão do que não era progressivo para as classes dominadas. Defendiam os interesses da aristocracia e da emergente classe capitalista da Itália. Evitavam os “excessos” das classes subalternas, desmontando suas formações de bases, através de uma *revolução passiva*. O medo dos “excessos” era o pavor de que as classes dominadas se pusessem em movimento, perseguindo posições progressistas. Os Moderados, além de direcionar os interesses das classes tradicionais, representavam o medo do “terror” que o espectro da Revolução Francesa poderia concretizar na península. Eram portadores dos assombros das classes dominantes da Itália, estas convivendo com o medo de uma radical transformação do retrógrado *status quo* nacional.

Os Moderados, no que lhes concerne, foram o grupo social que melhor conduziu a disputa pela direção hegemônica, absorvendo homens, mudando lideranças, sendo classe

³⁹ A citação refere-se a uma das 44 teses escritas por Gramsci (tendo contribuído também na execução Palmiro Togliatti) para a ocasião do III Congresso Nacional do Partido Comunista Italiano (PCI), que ocorreu entre os dias 23-26 de janeiro de 1926, na cidade de Lyon. As teses de Lyon (A Situação Italiana e as Tarefas do PCI) apresentam a tentativa do partido (PCI) de adotar uma série de análises e programas baseados em dois eixos: 1) analisar a realidade italiana; 2) buscar uma compreensão histórica dos objetivos políticos para o proletariado revolucionário. Mas a importância da Tese 10, dentre tantas outras, para o estudo aqui referido se destaca. Pois ela consegue absorver as dificuldades que a classe subalterna se viu a enfrentar, desmistificando as reais intenções das forças que estavam por trás. Para introduzirmos a análise dialética do *Risorgimento*, pensando como e porque ocorreu a falta de direção e desarticulação organizativa da classe subalterna, a Tese 10 se mostra rica em detalhes.

dirigente não só do seu grupo (econômico), mas das classes opostas, isto é, dos partidos de oposição e dos subalternos desorganizados do Sul (Itália meridional). Os Moderados, assim, fossilizaram seus valores, seu modo de vida, sua cultura, através de uma profunda *reforma intelectual e moral*, construindo outro bloco histórico. Foram portadores não só dos valores da nascente burguesia (que eram os seus), mas de outro modo econômico de produzir a vida.

Gramsci afirma, categoricamente, que um grupo para chegar a conquistar a direção em determinada época histórica, inicialmente, deve ser dirigente, e, por ser dirigente, torna-se dominante. Para compreender essa relação dialética entre dirigente-dirigido, o conceito de *hegemonia* se faz de suma importância, pois é dele que Gramsci parte fundamentando toda a sua análise filosófica. Assim, é do conceito de *hegemonia* que iniciaremos.

Em todo período histórico existiram as classes subordinadas e as classes que as dominam. Talvez a pergunta central, e já respondida por Gramsci, seja: o que as impede de agir? A própria condição do subordinado, e a história é a prova disso, não o projeta para ação revolucionária; caso o fosse, estaríamos vivendo há séculos uma forma superior de vida, isto é, suplantado a “necessidade” para viver uma vida de “liberdade”. Se tal ação não ocorreu, primeiramente, seguindo o pensamento de Gramsci, devemos buscar nas nomenclaturas de partidos, muitos deles não ligados às classes dominadas, exigindo o mínimo delas, deixando que elas se lancem como massas desorganizadas para posições de centros, de direita e, até mesmo, de extrema-direita. Todavia, mais do que isso, buscar no cerne da organização social quais são os elementos que conduzem as classes subordinadas a agirem de modo conivente com os interesses que não são os delas. Gramsci responde a essa profunda questão com o conceito de *hegemonia*. A estrutura social na qual estamos inseridos se mantém, primeiramente, porque a sociedade (ou melhor, grande parte dela) sustenta o modelo social à medida que o expande.

O conceito de *hegemonia* corresponde à supremacia de uma determinada concepção de mundo sobre a outra. Assim, é à luz deste conceito que Gramsci buscou compreender nos movimentos por ele analisados — a exemplo do *Risorgimento* — como a maioria esmagadora da sociedade serve aos interesses da minoria. O conceito de *hegemonia* se interliga com o de *revolução passiva*. Pois, as *revoluções passivas* se fazem, a depender da formação social de cada país⁴⁰ sem o uso da violência. A força é substituída pelo consenso da maioria. O uso da força é utilizado somente em momentos de profundas “crises orgânicas”, na ocasião em que as classes dirigentes — portadoras da *hegemonia* dominante — sentem a unidade por ela

⁴⁰ A revolução passiva que ocorreu na época do fascismo fez uso da coerção.

criada, fugir-lhes das mãos. Neste momento de profunda crise, a força suplanta o consenso para resgatar o próprio consenso, ou seja, instalá-lo à força. Logo, o conceito de *hegemonia* para Gramsci se faz como força mais consenso revestido de coerção. Todavia, em momentos de “tranquilidade” social o consenso se apóia sobre a força, mas sem demonstrá-la, pois, a maioria da sociedade tende a aceitar o atual mundo e suas relações. Contudo, aceitam por existirem órgãos complexos que formam a opinião pública (como as revistas, jornais e os próprios intelectuais), dando forma à *hegemonia* da classe dominante. Portanto, Gramsci assegura a bem de verdade que em momentos de crises orgânicas a expansão destes órgãos de opinião pública tende a se multiplicarem exponencialmente.

O conceito de *hegemonia* para Gramsci, portanto, possui elementos únicos, que sem a devida compreensão é passível de cairmos em definições rasas e desprovidas de significados. O autor marxista, por certo, definiu o conceito de *hegemonia* como sendo a *hegemonia* política da classe dominante. Todavia, a simplicidade da explicação se aprofunda ao adentrarmos o conceito. A afirmação e ampliação do poder da classe dirigente, certamente, se fazem na capacidade de sua direção das classes dominadas. Com efeito, Gramsci assegura que uma classe é hegemônica em dois momentos: no instante em que ela é dominante e dirigente. Por ela ser dominante em determinado período histórico ela se torna dirigente, ao passo que por ela ser dirigente das classes subalternas, consolida-se como classe dominante. Em outras palavras: uma classe desde antes de fixar-se no poder pode ser dirigente (*e deve sê-lo*), em consequência disso, quando está no poder, torna-se dominante, todavia, deve continuar exercendo sua função de dirigente. A condição de dirigente é feita, segundo o autor, por uma constante *reforma intelectual e moral*. Gramsci, pensador por excelência da *hegemonia*, percebe que os conflitos históricos no capitalismo se estabelecem na luta constante das classes antagônicas em sua incessante busca pela *hegemonia*, esta se consolidando na *sociedade civil* - cenário onde ocorrem as lutas de classes no capitalismo avançado.

O conceito de *hegemonia* é aprofundado quando Gramsci entende que ela não se faz sem direção e organização. O autor sustenta, inclusive, que a *hegemonia* de uma época está intimamente ligada à categoria de intelectuais⁴¹ (intelectuais ligados à determinada classe).

⁴¹C.f. GRAMSCI. 1991, p. 223-224. Analisar a questão dos intelectuais para Gramsci foi de suma importância. Em 1932, nos *Cadernos*, o autor aprofunda suas reflexões sobre o papel dos intelectuais orgânicos e sua função de manter a *hegemonia* da classe dominante, estes atuando na sociedade civil (o teatro onde ocorre a luta de classes no capitalismo avançado). Mas Gramsci já vinha refletindo sobre a tarefa dos intelectuais, como demonstra a carta destinada por ele à sua cunhada, Tatiana, em 7 de setembro de 1931. Na carta, Gramsci assinala: “O estudo que fiz sobre os intelectuais é muito amplo como esquema e não creio que existam livros na Itália sobre este assunto. Existe, por certo, muito material dito, mas disperso em um número infinito de revistas e arquivos históricos locais. Por outro lado, eu amplio muito a noção de intelectual, não me limitando à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de

Por isso, o *intelectual* a que Gramsci se refere é amplamente orgânico, isto é, ligado à prática, inserido no movimento da vida, na constante transformação da história, nas complexas lutas antagônicas de classes. Assim como, o modelo de *intelectual* orgânico se diferencia, por exemplo, do padrão de intelectual tradicional. Essa elaboração, segundo o filósofo, da diferença entre os intelectuais tradicionais e orgânicos têm “[...] como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual⁴²”, diferenciando as duas categorias de intelectuais e suas reais funções na sociedade. Os intelectuais tradicionais não exercem a função de direção hegemônica, todavia, pertencem à *hegemonia* enquanto concepção de mundo. Pois, eles, mesmo não tendo completa consciência da hegemonia em que estão inseridos, desenvolvem seus conceitos a partir dessa força hegemônica. Algumas correntes do pensamento tendo brotado do núcleo da *hegemonia* da classe dominante burguesa — como o materialismo histórico dialético e a filosofia da *práxis* — entenderam as contradições da atual *estrutura* e as apontaram, buscando, todavia, outra forma organizacional de vida. Este é o momento em que o “pensamento” se transforma em força material revolucionária, passando a exercer a função de intelectuais orgânicos, mas, agora, da classe subalterna.

Cada classe possui, ou deveria possuir seus próprios intelectuais, afirma o autor. O “bloco intelectual” tem a função de impedir possíveis rupturas na direção hegemônica da classe dominante. Gramsci, afirma, a título de exemplo, que todo grupo social ao nascer em uma determinada estrutura econômica — independente do modo de produção — cria, *para si*, um complexo organismo de intelectuais ligados aos interesses de sua classe (muitos deles sendo da mesma classe) dando-lhes forma e homogeneidade. Portanto, para o autor, cada sistema de produção não é apenas produtivo enquanto cria riqueza — e submete uma classe —, mas, ele cria riqueza ao passo que se mantém hegemônico, elaborando em seu seio uma diversa categoria de intelectuais. Gramsci, e o papel dos intelectuais, no *Caderno 12* (1932), intitulado: *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, assegura:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma

Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para moldar a massa popular ao modelo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e instrumento efficacíssimo de hegemonia ainda quando vez por outra esteja em desacordo com eles ou aquele governo, etc.)”.

⁴² GRAMSCI, 2001, p. 21.

ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Gramsci assegura que a classe dominante deve dispor da capacidade de organizar a sociedade em torno de sua própria hegemonia de classe. A classe que melhor conseguir conduzir esse processo exercerá a hegemonia sobre a outra, tornando-se, assim, dirigente-dominante. Gramsci, a esse respeito, atesta a importância dos intelectuais orgânicos:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio desta capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo. Mas a formação dos intelectuais no mundo feudal e no mundo clássico precedente é uma questão que deve ser examinada à parte: esta formação e elaboração seguem caminhos e modos que é preciso estudar concretamente. Assim, cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraíam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa. (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Pode-se dizer, inclusive, que toda transformação, ou seja, a completa substituição de uma estrutura econômica por outra, recebe como herança um agrupamento de intelectuais antecedentes, que se *manifestam como personagens de uma continuidade histórica permanente*. Entretanto, Gramsci salienta que a relação intelectual e a produção não são instantâneas, mas é entrelaçada por duas condições. A primeira: intelectuais presentes na sociedade civil, isto é, elaborando funções de direção nos aparelhos privados de hegemonia; a segunda: o próprio Partido político como *intelectual*. Em *Uma estratégia para o Ocidente*, Said revela:

Central em sua teoria política é o entendimento da capacidade que os grupos sociais têm, por meio dos intelectuais orgânicos, de elaborar concepções de mundo universalizantes que possam traduzir uma ideologia, própria de uma classe, em ideologia universal. Isso seria, segundo ele, o exercício da hegemonia. (SAID, 2009, p. 67).

Por esse motivo, é correto afirmar que a *hegemonia* da classe dominante se manifesta na capacidade de uniformizar através da ideologia e dos *intelectuais* “orgânicos” um bloco social sólido, formando, assim, um “bloco histórico”; sendo este “bloco histórico” a união forte entre a *estrutura* e a *superestrutura*. A capacidade da *hegemonia* de unificar um bloco social não homogêneo, todavia, marcado por profundas contradições de classes é a obra-prima da *hegemonia*⁴³ da classe dominante. A *hegemonia* se estabelece, então, como domínio e direção efetivados pela classe dominante sobre as classes dominadas. O triunfo da *hegemonia* de uma determinada classe social consolida-se uma radical transformação nas relações sociais de produção; uma completa reestruturação entre *estrutura* e *superestrutura*; uma nova base econômica; novas relações políticas; outros valores; ou seja, uma *nuova civiltà*.

A relação entre *estrutura* e *superestrutura* para Gramsci é profunda, pois o autor a concebe como um bloco histórico. Os integrantes das classes dominadas podem adquirir a ideologia da classe dominante, sua visão de mundo, embora ela não seja compatível com as próprias aspirações das classes dominadas. A ideologia das classes dominantes se aprofunda ao alicerçar nas classes dominadas uma consciência de consentimento, aceitando sem se revoltarem, a ínfima parte da riqueza produzida no modo de produção capitalista. A resposta que Gramsci dá a este problema é *que os indivíduos atuam na história, de forma prática, entretanto, não possuem, de fato, a consciência investigativa de sua ação*. Por isso, a ideologia dominante se manifesta no que Marx chamou de *superestrutura*. Modificar a *superestrutura* é modificar a *estrutura*, pois as duas se dão de forma orgânica, isto é, uma depende da outra, mas não mecanicamente e, sim, dialeticamente. Deste modo, pode-se afirmar que as mudanças ocorridas nas *estruturas* econômicas, modificam e determinam novas relações nas *superestruturas*. E essas novas formas superestruturais podem provocar mudanças na *estrutura* econômica e social.

As transformações resultantes desta nova *hegemonia* se manifestam em todos os valores da vida: na literatura, na música, na economia, na arte, na moral, na ética e na filosofia. Entretanto, a criação deste novo mundo — seja ele hoje o burguês, porventura, futuramente, o comunista — não se mantém sem uma constante *reforma intelectual e moral*. Na verdade, certifica-se que o autor ao pensar sobre a questão da *hegemonia*, por certo, alude

⁴³ C.f. GRUPPI, 1980, p. 70.

à capacidade que os Moderados - não só eles, mas todas as tomadas de posições da classe dominante - tiveram na direção do *Risorgimento*, estabelecendo na península do século XIX uma nova direção moral, ideológica e cultural⁴⁴.

Gramsci afirma, mesmo através de todas as derrotas, que o *Risorgimento* foi “a única tentativa⁴⁵” importante, até aquele momento histórico de “nacionalizar” as massas populares, elevá-las socialmente, construindo um ulterior movimento democrático com “[...] raízes italianas e com exigências italianas”⁴⁶. Todavia, o que ocorreu foi que o Partido de Ação, a principal força de oposição frente à *hegemonia* dos Moderados, não conseguiu ser a força revolucionária. Era o dever do Partido de Ação ter feito brotar das classes subalternas uma participação ativa na vida política em toda a sua abrangência, eliminando das classes subjugadas às forças retrógradas que a faziam afirmar sem se revoltar a atual estrutura das coisas. A educação⁴⁷ “constitucional” do povo, afirma Gramsci, “[...] não podia ser feita pelas forças da ordem; era tarefa do Partido de Ação, que nisto fracassou completamente; antes, foi um elemento que reforçou o comportamento das forças da ordem”⁴⁸.

Conforme veremos nas páginas que se seguem, aludo aqui introdutoriamente, à grande brecha que o Partido de Ação concedeu aos Moderados. O Partido de Ação não ousou contrapor os interesses dos subalternos ao do grupo dirigente, como, efetivamente, fizeram os jacobinos⁴⁹ franceses. É fato que os jacobinos franceses, no processo revolucionário da Revolução Francesa (1789 – 1799), eliminaram com a força dos canhões e pelo punhal da

⁴⁴ C.f.SAID, 2009, p, 88.

⁴⁵ C.f, GRAMSCI, 2015, p. 37.

⁴⁶ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 36.

⁴⁷A pequena parcela que guiou e “educou” no período do *Risorgimento* não foi ao povo ideologicamente, democraticamente, e muito menos economicamente. O Partido de Ação, por sua vez, deveria ter compreendido essa lacuna deixada pelos Moderados e ter proposto ao campesinato uma reforma econômica concreta, a exemplo, uma reforma agrária, pois o camponês rural era quase todo o povo, e tinha como esta pauta sua principal exigência.

⁴⁸ C.f. GRAMSCI, 2015, v. 5, p, 270

⁴⁹ C.f. HOBBSAWM. 2019, p. 121-122. Sobre os jacobinos, Hobsbawm escreve: “A primeira tarefa do regime jacobino foi mobilizar o apoio da massa contra a dissidência dos notáveis e girondinos provincianos e preservar o já mobilizado apoio da massa dos sanculotes de Paris, cujas exigências por um esforço de guerra revolucionário - recrutamento geral (o *levée en masse*), terrorismo contra os “traidores” e controle geral dos preços (o “maximum”) - coincidia de qualquer forma com o senso comum jacobino, embora suas outras exigências viessem a se mostrar problemáticas. Uma nova Constituição um tanto radicalizada, e até então retardada pela Gironda, foi proclamada. De acordo com este nobre documento, todavia, acadêmico, dava-se ao povo o sufrágio universal, o direito de insurreição, trabalho ou subsistência, e - o mais significativo - a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes. Foi a primeira Constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno. Mais concretamente, os jacobinos aboliram sem indenização todos os direitos feudais remanescentes, aumentaram as oportunidades para o pequeno comprador adquirir as terras confiscadas dos emigrantes e - alguns meses mais tarde - aboliram a escravidão nas colônias francesas, a fim de estimular os negros de São Domingos a lutarem pela República contra os ingleses. Estas medidas obtiveram os mais amplos resultados”.

baioneta os seus adversários, construiu outro desenvolvimento histórico, estabeleceram as bases para um novo modelo de Estado e solidificaram sob as ruínas do feudalismo a nova classe dirigente: a burguesia.

Gramsci afirma, por outro lado, que o processo de unificação da península não teve como base um jacobinismo-radical, mas, ao contrário, partiu amplamente de um jacobinismo negativo. A “revolução” foi completamente *passiva*, ou seja, ocorreu de cima para baixo, das classes tradicionais para as classes subjugadas. A expansão modernizadora na Itália ocorreu sob a ótica “financeiro-capitalista”. Tal como a “minoría” que conduziu o movimento unitário, na verdade, “[...] se preocupava mais com interesses econômicos do que com fórmulas ideais e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e a transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos das unidades”⁵⁰.

Gramsci examina no *Caderno 19* quais foram os reais custos humanos para que a expansão liberal ocorresse, e como se deu a instalação industrial que modernizou o seu país. O autor afirma que a análise desse processo não deve ser buscada somente em princípios econômicos, no entanto, se faz necessário, para um completo entendimento, refletir, também, sobre o critério político. Outro ponto levantado pelo autor é se a introdução do capitalismo⁵¹ na Itália ocorreu do ponto de vista nacional, ou seja, simplesmente atendeu os interesses específicos de uma determinada região. Em resposta a essas indagações, o filósofo afirma que sim. Que o processo de implementação do capitalismo na Itália ocorreu do modo mais insidioso, favorecendo ainda mais o enriquecimento de uma região da Itália, principalmente o Norte, deixando de fora outras, a exemplo, o Sul⁵². Gramsci, a esse respeito, escreve

De resto, só o critério de utilidade econômica não é suficiente para examinar a passagem de uma forma de organização econômica a outra; é preciso também levar em conta o critério político, ou seja, se a passagem foi objetivamente necessária e correspondeu a um preciso interesse geral, mesmo que de longo prazo. Deve-se admitir que a unificação da península tivesse de custar sacrifícios a uma parte da população em razão das necessidades inderrogáveis de um grande Estado moderno; contudo, é preciso examinar se tais sacrifícios foram distribuídos com equidade e em

⁵⁰ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 40.

⁵¹ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 48. Sobre a implementação da indústria, Gramsci aponta: “A este propósito, caberia investigar se muitas indústrias italianas, em vez de nascer com base na técnica mais avançada do país mais avançado, como seriam racionais, não nasceram com as máquinas usadas de outros países, por certo adquiridas a bom preço, mas já superadas, e se especulavam mais com baixo preço da mão de obra e os privilégios governamentais do que com uma produção tecnicamente aperfeiçoada”.

⁵² C.f. FRESU, 2017, p. 154. “Uma diferença essencial entre Norte e Sul era também constituída pela posição social e a diversa posição das massas camponesas, as quais, no Mezzogiorno, tiveram que sustentar, por meio do seu trabalho, uma ampla camada parasitária da população, que vivia de renda e assim absorvia quotas excessivas de riquezas nunca reinvestidas produtivamente. O sistema de privilégios definidos após o *Risorgimento* levava a exacerbar e tornar permanente o caráter atrasado da estrutura econômico-social meridional, aumentando drasticamente a sua exploração e drenando delas quotas de poupança das classes parasitárias para o Norte”.

que medida podiam ser poupados e se foram aplicados numa direção justa. É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorreram segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões inteiras. (GRAMSCI, 2015, p, 45).

Gramsci acrescenta que Cavour (líder dos Moderados) exerceu grande influência na institucionalização das condições do processo de inserção do capitalismo na Itália. O autor registra:

[...] de fato, uma grande parte da atividade da direita histórica, de Cavour até 1876, esteve voltada para criar as condições técnicas gerais que uma grande indústria fosse possível e um grande capitalismo pudesse se difundir e prosperar. (GRAMSCI, 2015, p. 46).

As classes tradicionais instaram a indústria na Itália, introduziram o modo de vida das duas grandes revoluções — a Industrial e a Francesa — de maneira *passiva*, deixando enraizadas em solo nacional resquícios resistentes da sociedade feudal milenar: as “classes parasitárias”. As consequências da *revolução passiva* deixaram resultados gravíssimos para a península, pois, por não ter inserido toda a nação no meio produtivo, de maneira eficaz, as “classes parasitárias” persistiram, até meados do século vinte, impossibilitando, ainda mais, o desenvolvimento do capitalismo na Itália. Essa base “parasitária”, não eliminada pelo *Risorgimento*, sendo resquícios do antigo modo produtivo — o feudalismo — permaneceu até o advento do *americanismo* e do fascismo, sendo, mais uma vez, as bases desses movimentos. Assinalando a anomalia dessas “classes parasitárias” — solidamente estudada no *Americanismo e fordismo* (1934) —, Gramsci escreve na nota sete, intitulada *Sobre a estrutura econômica nacional*:

A Itália é o país que, nas condições criadas pelo Risorgimento e por seu modo de desenvolvimento, tem o maior peso de população parasitária, ou seja, uma população que vive sem intervir em absoluto na vida produtiva; é o país de maior quantidade de pequena e média burguesia rural e urbana, que consome uma fração grande de renda nacional, poupando uma fração insuficiente desta mesma renda para as necessidades nacionais. (GRAMSCI, 2015, p. 49).

Ter mantido as “classes parasitárias” inseridas no núcleo do novo modo produtivo, sem participação ativa na produção; introduzir o capitalismo na península sem colocar as classes trabalhadoras ativamente nesse processo, impedindo-as de se organizarem e se elevarem socialmente de baixo para cima; não desenvolver uma iniciativa popular unitária; evitar a insurgência das massas populares; não reconhecer por completo as reivindicações dos

subalternos deixando-os em completo estado de normalidade, ao que tudo indica, foi a obra capital da *revolução passiva*. O conceito qualifica, antes de tudo, as transformações moleculares no tecido social, sob a direção das classes dominantes tradicionais; pois, as classes antagônicas, de fato, não conseguiram prevalecer. Todavia, a *revolução passiva* mantém a direção das classes dirigentes, mas, em simultâneo, cria condições de luta, pois, ao persistirem como hegemônicas, as classes dominantes cedem direitos às classes dominadas visando manter-se no poder.

Na situação que se produz dessas novas relações (dado o fato das classes convencionais terem incorporado algumas reivindicações emergidas das lutas sociais) e, mesmo sob a ótica da direção tradicional, novas forças ativas germinam, tentando imprimir ao seu modo, novos conflitos, buscando suprimir a hegemonia das classes tradicionais, concebendo no seio das lutas de classes modernas formas de conflitos. Mesmo com novas condições de confrontos, a classe dominante, sob a proteção da *revolução passiva*, se mantém dominante e dirigente. Deste modo, a definição de *revolução passiva*, caracteriza-se, pois, por uma transformação no processo histórico produtivo nacional e, a depender de sua força, por uma mudança no processo histórico produtivo mundial, sempre sob a autoridade da classe dominante. É construtivo, pois, a esse respeito, destacar a análise que Gianni Fresu, em sua obra *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre o fascismo e antifascismo*, faz do conceito de *revolução passiva* na era do Risorgimento:

A dinâmica de atração hegemônica exercida pelos moderados liberais assume então uma importância fundamental no moldar o processo do Risorgimento como “revolução passiva”. No Caderno 10 Gramsci define o conceito de “revolução passiva” como fato histórico caracterizado da ausência de uma iniciativa popular unitária, em que o desenvolvimento histórico efetivo se determina como reação das classes dominantes ao subversivismo extemporâneo, elementar, sem natureza orgânica das massas populares. Isso acontece mediante “restaurações progressivas” que incorporam algumas das exigências surgidas das lutas sociais, evitando a irrupção das massas populares. Claramente a tarefa das revoluções passivas não está no assumir as reivindicações brotadas da dialética social, mas no garantir a passividade das massas populares como premissa de conservação dos equilíbrios conservadores. Nesse sentido, Gramsci fala de “revoluções-restaurações” ou, de “revoluções passivas” referindo-se ao Risorgimento italiano, exatamente porque se desenvolveu como revolução sem revolução, ou seja, sem nenhuma tentativa, nem por parte dos democráticos de Mazzini, de favorecer a participação popular. (FRESU, 2017, p. 148).

Uma *revolução passiva*, todavia, se engendra no momento de completa ausência de iniciativa popular no processo revolucionário, onde o “progresso” se verifica sem uma reação, de fato, transformadora das classes subalternas ao domínio das classes dominantes. Trata-se, pois, de processos moleculares de transformação, de reconfiguração da economia capitalista

em crise. O subversivismo é inorgânico, suas sedimentações não incorporam as grandes massas subordinadas no processo revolucionário. A dinâmica do *Risorgimento* agregava-se aos interesses das classes dominantes, limitando-se, somente, à função de conservar os Moderados em sua posição histórica de dominantes e dirigentes. A especificidade da *revolução passiva* na era do *Risorgimento* reside, unicamente, na insuficiência das forças antagônicas serem portadoras de novas ideias; a falta de uma organização hegemônica na sociedade civil, assim, como, por não possuírem uma *reforma intelectual e moral*.

Gramsci, sempre atento a essas relações de classes, debruça-se na nota 24⁵³, do *Caderno 19*, na relação dialética entre os Moderados e o Partido de Ação. Segundo o filósofo, a união entre antagônicas forças políticas na era do *Risorgimento* (os Moderados e Partido de Ação) circunscrevem-se em conceitos específicos da ciência política. Gramsci divide os conceitos em três categorias: 1) homogeneidade dos Moderados; 2) o Partido de Ação e a hegemonia dos moderados; 3) o conceito de transformismo político.

O primeiro conceito é referente à homogeneidade que os Moderados tiveram com os grupos por ele representados: o grupo social conservador. Os Moderados eram completamente análogos com as altas classes e suas expressões: grandes agricultores, dirigentes de empresas, administradores de propriedades rurais. A direção exercida pelos Moderados não sofreu inconsistências, ou se sofreu, foram relativamente restritas. A direção dos Moderados tendeu sempre a seguir uma linha desenvolvimentista progressiva para a sua classe. Fornecendo base conceitual a afirmação acima, cito Gramsci:

[...] os moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas (e, em todo caso, segundo uma linha de desenvolvimento organicamente progressivo. (GRAMSCI, 2015, p. 62).

O segundo conceito refere-se à política efetivada pelo Partido de Ação. Ao contrário dos Moderados, o Partido de Ação não se sustentava em nenhuma classe histórica tradicional que lhe desse homogeneidade. Outro ponto importante a ser mencionado a respeito do partido é sobre a completa oscilação por parte dos seus dirigentes, desestabilizando toda a sua base. Segundo o autor, o Partido de Ação foi guiado conforme os interesses dos Moderados e do rei Vítor Emanuel II⁵⁴. Gramsci chama a capacidade que um partido possui de dirigir o outro de *transformismo* político. A força dos Moderados no momento dos *transformismos* políticos

⁵³ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 62.

⁵⁴ Vítor Emanuel II (1820 – 1878) foi o rei da Sardenha de 23 de março de 1849 até 17 de março de 1861. Quando a Itália se unificou como um Estado único, passou a ser o rei de toda a península até o momento de sua morte.

recai novamente sobre o conceito de *hegemonia*, onde uma classe é dominante e dirigente no momento em que ela é dirigente das classes aliadas e, sobretudo, dominante das classes adversárias. A capacidade dos Moderados de condensar o Partido de Ação, sobretudo, sobre sua égide, fez com que os Moderados direcionassem não só sua classe, mas toda a oposição. Os Moderados, portanto, não só desarticularam toda base política do Partido de Ação, como exerceu uma profunda atração sobre toda a base intelectual existente no país. Ao passo que o Partido de Ação não conseguiu exercer o mesmo poder de atração, impossibilitando-o de ser o motor impulsionador do *Risorgimento*. A partir desta análise compreendem-se as condições em que os Moderados conquistaram a *hegemonia* na península, consolidando no país uma “revolução” sem terror:

[...] ao passo que o chamado Partido de Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados; ou seja, historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos Moderados: a afirmação atribuída a Vítor Emanuel II de “ter no bolso” o Partido de Ação, ou algo semelhante, é praticamente exata, e não só pelos contatos pessoais do rei com Garibaldi, mas porque, de fato, o Partido de Ação foi dirigido “indiretamente” por Cavour e o rei. (GRAMSCI, 2015, p. 62).

Ainda sobre o Partido de Ação é preciso elencar suas cinco grandes falhas como partido: 1) não conseguiram antepor os interesses dos Moderados; 2) não fizeram a reforma agrária que criaria a homogeneidade de que tanto precisavam; 3) não foram jacobinos, ou seja, não impulsionaram o processo de unificação retirando da “feudalidade” todas as classes subalternas colocando-as na disputa econômica; 4) não criaram as bases para um novo Estado, pois, uma classe só se efetiva como dominante quando se transforma em Estado; 5) não se fizeram como classe dominante.

O terceiro conceito alude ao modo como as classes tradicionais desarticulam as organizações de classes, até mesmo partidos políticos organizados, cooptando para si seus intelectuais. Esse processo deve ser entendido pelo nome de *transformismo*. Segundo o autor, existem dois transformismos: 1) o transformismo molecular, recorrente entre os anos de 1860 a 1900; 2) o transformismo (amplo) utilizado pelas forças tradicionais no início do século XX. O primeiro caracteriza-se por absorver políticos importantes, intelectuais, personalidades ligadas a uma determinada agenda política. As personalidades absorvidas de um partido específico para outro muda, no interior do partido absorvido, posições políticas e as direções

de forças. O segundo torna-se tão radical que não se contenta em consumir personalidades singulares, mas grupos inteiros⁵⁵. Faça-me valer a esse respeito da análise de Gramsci:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como “documento histórico real” da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”; 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo no segundo. (GRAMSCI, 2015, p. 286).

Mais notadamente, os Moderados exerceram sua direção sobre o Partido de Ação mesmo após ter desarticulado as suas lideranças. Gramsci assegura que mesmo depois de 1870 e 1876 - anos em que a direção da península estava sob o comando dos Moderados - o *transformismo* político ainda exercia sua força sobre o partido de oposição. O *transformismo* significou a *atividade intelectual, política e moral* das classes dominantes. Ademais, toda a história do *Risorgimento* e de suas “lutas” travadas no interior da nação foi qualificada por essa transformação molecular (fundação da *revolução passiva*) da base dirigente dos partidos de oposição⁵⁶. Isto define que a revolução burguesa da Itália não foi, de fato, uma revolução, mas uma revolução sem revolução - sem terror - proporcionando às classes que sempre foram dirigentes no país a continuidade de seu exercício de poder. Ainda sobre o *transformismo*, Gramsci escreve:

Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870-1876, e o chamado “transformismo” foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos Moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos

⁵⁵ C.f. FRESU, 2018, p, 61.

⁵⁶ Evidencia-se de suma importância acrescentar que o *transformismo* político não é um conceito específico de análise dos confrontos de classes da Itália. O conceito pode ser *traduzido* para analisar os confrontos de classes de outros países. Todavia, para isso, se faz necessário analisar a correlação de força de cada nação; o nível de desenvolvimento da sociedade civil; a maturidade das relações entre a sociedade política (Estado) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia). Deste modo, a análise partirá de uma investigação material dialética e o conceito de *transformismo* exercerá sua função de análise segura para cada nação. Dito isto, é importante evidenciar que para a tradução de conceitos, Gramsci desenvolveu outro conceito cabal, também analisado nos Cadernos: o conceito de *tradutibilidade*.

ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. (GRAMSCI, 2015, p. 63).

E acrescenta:

[...] o chamado Partido de Ação tinha uma atitude “paternalista” e, por isto, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, pôr as grandes massas populares em contato com o Estado. O chamado “transformismo” é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos Moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado. (GRAMSCI, 2015, p. 93).

Gramsci, ao analisar o movimento do *Risorgimento*, compreende a esperteza política da fileira dominante italiana, afirmando que os Moderados, ligados à Cavour, bem como ao Estado do Piemonte, perceberam a necessidade da passagem da luta política da *guerra de movimento* para a *guerra de posição*. O triunfo político, unido à diplomacia de Cavour, conduziu parte dos integrantes ligados ao movimento democrático e progressivo — aproximados ao Partido de Ação, como o próprio Garibaldi —, a se distanciar das políticas defendidas por Mazzini, e de seu ponto de vista de resistência frente a ala Moderada. Assim, afirma o autor italiano, essa passagem, como também o enfraquecimento das políticas progressistas, modificou “molecularmente” as forças em luta na Itália, favorecendo o triunfo dos Moderados, ao passo que liquidava o movimento mazziniano: o Partido de Ação.⁵⁷ Gramsci, conceituou essa cooptação de líderes, antes opositores, ligados ao Partido de Ação, como as primeiras manifestações na política moderna de *transformismos*. Assim, podemos afirmar que:

Depois de 1848, Mazzini compreendia a transição da “guerra de movimento” para a “guerra de posição”, uma mudança radical na luta política que foi além de 1871. Depois de 1848, apenas os moderados desenvolveram uma reflexão autocrítica ao renovar sua estratégia. A liquidação do neoguelfismo foi a prova mais evidente disso. Nada semelhante aconteceu no movimento mazziniano, gradualmente abandonado por algumas de suas principais figuras, que mais tarde se tornaram “a ala esquerda do Partido Piemontês”. “Na expressão, ainda que grosseira, de Vittorio Emanuele II: ‘Temos no bolso o Partido de Ação’, há mais sentido político-histórico do que em tudo o que disse Mazzini”. (FRESU, 2020, p. 257).

Deste modo, Gramsci compreendeu que os métodos utilizados pelas classes dirigentes tradicionais, através de processos de cooptação e absorção das lideranças dos intelectuais de oposição, orientou, sob a *hegemonia* das classes italianas tradicionais, a dinâmica social no

⁵⁷ C.f. FRESU, 2020, p. 257.

processo de unificação da Itália, sem passar, de fato, por uma revolução ativa; ou seja, sem possuir características próprias de um jacobinismo francês. Por isso, os grupos de intelectuais ligados ao Partido de Ação, que, a princípio eram hostis às causas defendidas pelos Moderados conservadores, foram consumidos pelos aparelhos estatais, tal como pelo *peso* do intelectuais Moderados na direção política, a se tornarem, posteriormente, a base de apoio dos conservadores ligados ao liberalismo de Cavour. Segundo essa perspectiva:

A hegemonia moderada sobre o Partido de Ação é, para Gramsci, um dos temas mais paradigmáticos da história das classes dominantes italianas, funcional ao entendimento do papel desempenhado pelos intelectuais na definição das estruturas de hegemonia predominante. Durante o *Risorgimento*, os intelectuais do Partido de Ação adotaram uma atitude paternalista em relação às massas populares, às quais não queriam se ligar, e, portanto, foram absorvidos e incorporados “molecularmente” pelos moderados. O fenômeno totalmente italiano do “transformismo” tem origem, portanto, nessa dinâmica entre os intelectuais e as duas classes sociais fundamentais e inclui o problema geral da formação de grupos nacionais de lideranças burguesa, ou seja, o tema do completo fracasso das perspectivas democráticas do Partido de Ação, incapaz de colocar em toda a sua amplitude a questão agrária, que, para Gramsci, era a única “mola” capaz de mobilizar as massas populares. (FRESU, 2020, p. 258).

Uma classe para se tornar dirigente das camadas sociais aliadas e prevalecer sobre as classes antagônicas, deve ser, primeiramente, dominante, para depois, se tornar classe dirigente; deve alicerçar a sua *hegemonia* como um “bloco histórico”⁵⁸ amplo e homogêneo. Segundo essa perspectiva, os Moderados exerceram a direção sobre o Partido de Ação — no percurso do *Risorgimento* —, dando continuidade a sua direção histórica, por meio de *transformismos*, impondo à luta de classes, a forma *passiva* de uma “revolução sem revolução”. Essa relação pode ser evidenciada na famosa carta de Gramsci, de 6 de junho de 1932, onde o pensador revela esse encadeamento. Vejamos o que escreveu o filósofo:

Se estudar toda a história italiana a partir de 1815, verá que um pequeno grupo dirigente conseguiu metodicamente absorver no seu círculo todo o pessoal político que os movimentos de massa, de origem subversiva, punham em evidência. De 1860 para 1876, o Partido d’Azione, mazziniano e garibaldino, foi absorvido pela Monarquia, deixando um resíduo insignificante que continuou a viver como Partido Republicano mas tinha mais um significado floclorístico que histórico-político. O fenômeno foi chamado de “transformismo”, mas não se trata de um fenômeno isolado; era um processo orgânico que substituiu, na formação da classe dirigente, o que na França ocorrera na revolução e com Napoleão, e na Inglaterra com Cromwell. Com efeito, mesmo depois de 1876 o processo continua, molecularmente. Assume um alcance imponente no após-guerra, quando parece que o grupo dirigente tradicional

⁵⁸ No *Caderno 7* (1930 – 1931), na nota intitulada *Validade das ideologias*, Gramsci define o conceito de “bloco histórico”, como sendo: as forças materiais são os “conteúdos”, e as ideologias são as “formas”. Segundo o autor, essa distinção entre “forma” e “conteúdo” serve apenas para uma análise didática; já que as forças materiais não poderiam ser historicamente concebidas sem a forma, ao passo que as ideologias seriam apenas “fantasias” individuais sem as forças materiais.

não se encontra em condições de assimilar e dirigir as novas forças postas em evidência pelos acontecimentos. (GRAMSCI, 1991, p. 295).

Com efeito, podemos afirmar que o *transformismo* foi a forma moderna da luta de classes na Itália, apresentando-se como causa precisa de estruturação, bem como de continuidade das classes dominantes italianas. E no centro dessa relação política, baseada na cooptação de adversários, apresenta-se em Gramsci, outro estudo importante, a saber: a *questão meridional*. Para Gramsci, a burguesia italiana era mais fraca que em outros países do continente europeu. Por isso, para se manterem no poder em conjunto com as suas relações de classes, necessitaram dominar e desarticular as classes camponesas do sul da Itália, que, na época, eram a maioria.

A *questão meridional* formulada por Gramsci, empreende o esforço em analisar os problemas políticos, territoriais, culturais, intelectuais e econômicos italianos, decorrente da desigualdade entre o Norte (setentrional), e o Sul (meridional). Por isso, o ponto de partida do pensador sardo no entendimento do tema referente à *questão meridional*, inicia-se nas análises a respeito do *Risorgimento*.

O ponto alto do pensamento de Gramsci acerca do tema, está condensado nos *Cadernos do cárcere*, mas uma parte da discussão foi iniciada em algumas “teses” fixadas nas famosas *Teses de Lyon* (1926). Destacam-se, portanto, as teses: cinco; seis; oito; dez; onze e doze. Essas “teses” apontaram os temas centrais sobre a *questão meridional*, que o autor retomaria, quase uma década depois, nos *Cadernos do cárcere*. Deste modo, a afirmação contida na asserção oito, das *Teses de Lyon*, apresenta o tema fundamental, pois, o Norte concentrava os grandes centros industriais em processo expansivo; em consequência, o Sul permanecia arraigado em relações agrícolas, onde não existia nenhum compromisso por parte do Norte, em unificar, economicamente, de forma igualitária, a riqueza na península. Segundo Gramsci:

[...] as populações trabalhadoras do Sul são levadas a uma situação análoga à que sofrem as populações coloniais. A grande indústria do Norte realiza para as populações do Sul a função das metrópoles capitalistas; os grandes latifundiários e a própria média burguesia meridionais se colocam, por sua vez, na situação dos segmentos que nas colônias se aliam à metrópole, para manter submissa a massa do povo que trabalha. A exploração econômica e a opressão política se unem, por conseguinte, para fazer da população trabalhadora do Sul e das ilhas uma força continuamente mobilizada contra o Estado. (GRAMSCI, 2004, p. 13).

O fato é que o *Risorgimento* caracterizou-se como movimento político justamente na proteção desses encadeamentos revelados pela “tese” oito. A relação do *Risorgimento* com a *questão meridional* pode ser explicada pela razão de que nas lideranças do movimento, se

encontrava o Estado do Piemonte, este exercendo a função de “classe” dirigente no impulso que levou ao processo de unificação. Diante disso, podemos afirmar que a influência do Piemonte — localizado geograficamente na parte setentrional do país —, reforçou a exploração e manutenção das condições de vida no *mezzogiorno*⁵⁹, sendo a base econômica, a resistente força agrícola. Assim, o período analisado pelo filósofo marxista, evidencia algumas questões geográficas próprias do século XIX, que devem ser destacadas. A Itália, antes da unificação, encontrava-se fragmentada em cinco grandes territórios, sendo eles: 1) Reino do Piemonte e Sardenha; 2) Reino Lombardo e Veneziano; 3) Reino das duas Sicílias; 4) o Ducado da Toscana; 5) o Estado Pontifício.⁶⁰

Embora geograficamente o Piemonte se fixasse na parte Norte do país (setentrional), a sua influência político-econômica, direcionava os rumos do Sul (meridional); inclusive por exercer forte influência na ilha da Sardenha, localizada na parte meridional do península.

Apesar da unificação territorial da Itália ter acontecido oficialmente na metade do século XIX, verificou-se, portanto, a continuidade da desigualdade socioeconômica entre as duas regiões: a setentrional e a *meridional*. O *Risorgimento* não sanou a diferença, mas a conservou. Segundo Gramsci, a “miséria” do Sul (meridional) foi agravada pela unidade “passiva” territorial, pois, o movimento unificador liderado pelas classes dirigentes tradicionais, não inseriu, de baixo para cima, as classes subalternas no processo de unificação, libertando, conseqüentemente, as classes agrárias das condições de vida semifeudais. O Norte, afirma o autor, se enriquecia às custas do Sul agrário e subdesenvolvido. Por isso, o autor nos revela que o desenvolvimento econômico das classes dominantes do Norte esteve ligado ao empobrecimento do Sul.

Gramsci nos revela outra situação difundida pelas classes dirigentes do Norte. Segundo elas, o Sul era organicamente incapaz, biologicamente inferior, e civilizatoriamente bárbaro; sendo estes fatores — segundo as classes altas do Norte —, as causas responsáveis pelo atraso econômico do Sul meridional. Por outro lado, Gramsci concebia o Sul inserido em relações e interesses de classes profundas. Segundo o pensador, “dependência” justificava a falta de coesão social entre as classes agrárias, ausentes de uma camada intelectual que as direcionasse rumo à emancipação dos valores dominantes. Some-se a isso que a sociedade meridional era constituída por um grande “bloco agrário”, podendo ser expresso, como: 1) as

⁵⁹ Expressão para se referir a parte Sul da Itália.

⁶⁰ C.f. DANTAS, 2018, p. 35.

grandes massas camponesas, desagregadas e amorfas; 2) os intelectuais da média e pequena burguesia rural; 3) os grandes proprietários de terras e os grandes intelectuais.⁶¹

As características marcantes dessas relações podem ser compreendidas, segundo Gramsci, porque os camponeses, embora em constante estado de efervescência, eram incapazes de exteriorizar, de modo orgânico, as suas necessidades e desejos. Diante da “passividade” dessas classes — construída historicamente —, ausentes de direção intelectual, isso permitia que fossem absorvidas pelos médios e grandes intelectuais ligados às classes dirigentes tradicionais do Sul, responsáveis por esterilizar qualquer impulso de revolta dessas camadas fossilizadas no modo de vida agrário. Gramsci, ao compreender essas relações, afirma que o desenvolvimento de uma camada de intelectuais ligados a uma determinada classe, é demorada e carregada de abalos no processo de formação. A exemplo, temos as cooptações e *transformismos*. Por isso, no texto *Alguns temas da questão meridional*, o autor sublinha:

Os intelectuais se desenvolvem lentamente, muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social, por causa de sua própria natureza e de sua função histórica. Eles representam toda tradição cultural de um povo; querem resumir e sintetizar toda a história deste povo. E isso vale sobretudo para o velho tipo de intelectual, aquele nascido no terreno camponês. Supor exequível que ele possa, enquanto massa, romper com todo o passado para se pôr completamente no terreno de uma nova ideologia é absurdo. (GRAMSCI, 2020, p. 122).

O bloco intelectual das classes altas atuou no *mezzogiorno* impedindo que as aflições dos camponeses meridionais ultrapassassem certos limites, podendo levar, conseqüentemente, a uma ação revolucionária. Este, portanto, era o medo das classes dirigentes não apenas do Norte (setentrional), mas, também, as ligadas ao próprio Sul (meridional). Por isso, Gramsci não compreendeu a *questão meridional* como um acontecimento meramente econômico. Segundo o autor de *Americanismo e fordismo* (1934), o atraso econômico dos subalternos do Sul estavam conectados diretamente às políticas hegemônicas exercidas pelas grandes classes burguesas do Norte setentrional, em coordenação ativa com os grande e médios latifundiários e intelectuais do Sul meridional, executando, nessa relação, a fórmula compreendida como *revolução passiva*. Diante disso, Gramsci aponta para o fato de que essa relação antagônica entre as duas regiões deveria ser desfeita pelas classes proletárias do Norte, estas mais desenvolvidas no campo da luta de classes. Para Gramsci, os proletários deveriam “[...] pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais,

⁶¹ C.f. GRAMSCI, 1978, p. 154.

de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria desses estratos sociais”.⁶²

Voltando ao conceito de “intelectuais”, Gramsci no decorrer do *Caderno 19*, o desenvolveu apontando os Moderados como “intelectuais orgânicos” das classes por eles representadas. Os meios pelos quais os Moderados precisaram sua *hegemonia* intelectual, afirma o autor, foram sob a égide dos valores da economia liberal. Por isso, seu completo distanciamento das massas populares. Isso era normal dada “[...] a estrutura e a função dos grupos sociais representados pelos Moderados, dos quais os Moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânicos”⁶³.

Pode-se dizer, inclusive, que toda classe social forja em seu seio uma camada particular de intelectuais. Assim, os intelectuais das classes tradicionais, solidamente inseridos na *hegemonia*, tendem a atrair para si os intelectuais das classes que se encontram em estado de subordinação, como os intelectuais do Partido de Ação. Toda correlação entre a *hegemonia* e os *intelectuais*, resgatando a fórmula de Marx, presente no “Prefácio”, e atualizada por Gramsci no *Caderno 15* (1933) de que “[...] nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista”⁶⁴, é o suporte que faz avançar toda a sociedade (sob certa direção), expandindo não só a direção da classe dominante, mas toda amálgama social que se encontra inserida na esfera estrutural *econômico-produtiva*.

Quando a *hegemonia* da classe dominante entra em crise, na verdade, o que ocorre é uma profunda contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Manifesta-se a condição material de transformação do modo produtivo por outro, abrindo a possibilidade de alicerçar outra forma de *hegemonia*. No entanto, o que ocorreu no sistema capitalista não foi um processo, verdadeiramente, revolucionário⁶⁵, mas uma *revolução passiva* que desestabiliza a nova força em potência a se tornar hegemônica. Primeiramente, ela se dá como *transformismo* político, mudando homens, estabelecendo novos esquemas políticos. Segundo Gramsci, ocorre que em certo momento o grupo dirigente vê sua *hegemonia* desagregada a tal ponto que os intelectuais orgânicos não conseguem mais criar na sociedade civil o consenso

⁶² C.f. GRAMSCI, 2020. p 113.

⁶³ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 63.

⁶⁴ C.f. GRAMSCI, 2015 p. 321.

⁶⁵ Karl Marx analisa as profundas lutas de classes que se iniciaram após a Revolução Francesa até o estabelecimento da burguesia enquanto classe organizada em seu *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Na obra o autor investiga o conceito de “revolução” chegando a compreensão de que todas as revoluções até aqui, não eliminaram a dominação de classes, mas, apenas aperfeiçoou a máquina que garante à classe dominante sua função histórica de dominante, ao invés de arrebentá-la.

necessário que faz com que as classes subalternas aceitem sem se revoltarem a atual situação das coisas. Deste modo, resta à classe dominante o uso da “coerção”. Por isso, na verdade, quando uma classe se torna dominante e dirigente, ela também se torna Estado.

O conceito de Estado para Gramsci é entendido como *sociedade política* mais *sociedade civil encorajada de coerção*. Quando a classe dominante é apenas dominante, porém deixa de ser dirigente, ou seja, se afasta do exercício hegemônico na *sociedade civil*, resta-lhe, portanto, o uso do aparelho coercitivo exercido pelo Estado (*sociedade política*). Ela impõe a sua *hegemonia* à força, não obstante, se mantém no poder. Por isso, a fórmula conceitual empregada por Marx, utilizada por Gramsci no *Caderno 15*, se faz de grande monta para essa compreensão, pois, o modo de produção em conjunto com as relações de produção continuará liberando forças enquanto encontrar potência para isso. Assim, a *revolução passiva* mostrará sua potência, pois, ela mudará todo um programa econômico (a exemplo do *americanismo* e fordismo); bem como desarticulará toda força intelectual (*transformismo*); mudará programas políticos (analisar o caso do fascismo); concederá novos direitos aos grupos subalternos (planos de saúde, vilas operárias, direitos trabalhistas, etc.); porém, consentirá a retomada do poder da classe dominante, devolvendo a ela a função de dirigente-dominante. Gramsci assegura:

Portanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Resta, à guisa de exemplo, alguns pontos da era do *Risorgimento* que devem ser destacados. O Partido de Ação deveria romper com a direção dos Moderados que instavam uma “revolução sem revolução” visando introduzir o liberalismo na península. O Partido de Ação precisaria ser efetivo. Contrapor os interesses dos Moderados — e suas altas classes — absorvendo em suas propostas de lutas as reivindicações das classes rurais. Assim, Gramsci sugere uma análise da derrota do Partido de Ação olhando para outro país: a França. A França

foi portadora de uma nova *hegemonia*, ou seja, de outro processo civilizatório. Não obstante, para que isso ocorresse, efetivamente, algumas forças deveriam existir no seio do processo revolucionário: o jacobinismo, como classe. Gramsci, portanto, traduz o conceito de jacobinismo e o introduz em terras italianas, buscando compreender melhor o que, na verdade, faltou ao Partido de Ação. Ser jacobino não apenas como expressão, mas imprimir as reivindicações dos novos tempos, na prática, no palco onde acontecem as lutas de classes. Fazer o que os Moderados não fizeram, isto é, uma aliança com as classes camponesas pobres, levando não somente o debate, mas efetivado na prática uma reforma agrária. Estas ações não teriam apenas desarticulado o bloco sólido dos Moderados, mas criado a força homogênea que tanto necessitavam, fabricando a legitimidade representativa do partido em todo país.

É evidente que Gramsci no *Caderno 19* destaca a fatalidade que foi a falta de jacobinismo por parte do Partido de Ação. Segundo o filósofo sardo, os jacobinos conquistaram a função de partido dirigente na Revolução Francesa através de uma luta sem interregno. À medida que a nascente burguesia ousava interromper, ou até mesmo retroceder, os jacobinos a conduziam sem trégua para uma posição mais avançada. Deste modo, mesmo que o velho mundo tentasse resistir — através de muita luta — suas bases ruíram, fossilizando o feudalismo no passado. Sem os jacobinos, possivelmente, a burguesia nascente não teria se efetivado como classe dominante. Portanto, a grande característica dos jacobinos na Revolução Francesa foi forçar toda nação imersa no processo revolucionário “[...] empurrando para frente os burgueses a pontapés no traseiro desferidos por grupos de homens extremamente enérgicos e resolutos”⁶⁶, afirma o autor.

O velho mundo não ousava conceder nada ao novo mundo. Caso o fizesse, era para ganhar tempo, resgatando suas forças visando um contra-ataque. Os jacobinos, ao perceberem o Cavalo de Tróia⁶⁷ que estava sendo enviado às suas muralhas, intensificaram ainda mais suas lutas, chegando a levar até mesmo a oposição ao novo processo civilizatório à guilhotina. A este respeito, Gramsci escreve:

As velhas forças não querem ceder nada e, se cedem alguma coisa, fazem-no com a vontade de ganhar tempo e preparar uma contraofensiva. “O terceiro estado cairia nestas armadilhas” sucessivas sem a ação enérgica dos jacobinos, que se opõem a

⁶⁶ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 79.

⁶⁷ O Cavalo de Tróia foi contado na Odisseia de Homero (928 a.C – 898 a.C). O Cavalo de Tróia foi um grande cavalo de madeira construído pelos gregos durante a guerra contra Tróia. O cavalo foi visto como a possibilidade de invadir os muros impenetráveis pelos exércitos gregos. O Cavalo, segundo o poeta grego, estava repleto de soldados inimigos no seu interior.

qualquer “parada” intermediária do processo revolucionário e mandam à guilhotina não só os elementos da velha sociedade, que resiste até morrer, mas também os revolucionários de ontem, hoje tornados reacionários. Os jacobinos, portanto, formam o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento histórico integral, porque também representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados no grupo fundamental existente. (GRAMSCI, 2015, p. 80).

O Partido de Ação não soube utilizar a herança deixada pela história. Não teve, realmente, o interesse de se tornar um partido dirigente, educador e direcionador. Não ousaram, não foram revolucionários, permitiu que a *revolução passiva* da burguesia italiana se apoderasse de todo grupo nacional, solidificando-o aos interesses do grupo dominante. Em relação aos jacobinos, Gramsci no *Caderno 19*, conclui:

Se é verdade que os jacobinos “forçaram” a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente; criaram a compacta nação francesa moderna. (GRAMSCI, 2015, p. 81).

Foi obra do processo unificador — e dos Moderados — manter a desigualdade discrepante entre o Norte e o Sul. As classes tradicionais queriam desenvolver a indústria, almejavam a introdução do liberalismo na Itália, mas não ousavam, sequer, dissolver o parasitismo agrário arraigado na estrutura econômica do país que a corroía por dentro. Muito menos introduzir o desenvolvimento capitalista nas partes mais atrasadas do Sul. Esta obra inacabada impôs à Itália uma profunda contradição. No país, até mesmo na época de Gramsci, nem todas as cidades eram industrializadas. Mesmo à época de Giolitti⁶⁸ — vista como grande processo de industrialização da península — foi possível sanar esses contrastes. O que ocorreu, na verdade, foi um aperfeiçoamento industrial cada vez mais ao Norte reforçando a crescente hegemonia setentrional⁶⁹ tida como herança do *Risorgimento*.

No *Caderno 25*, na nota *critérios metodológicos*, Gramsci elucida: a história dos “[...] grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”⁷⁰. Não obstante, o autor corrobora validando que no decorrer do processo histórico os grupos subalternos tendem à unidade. Essa tendência, porém, à unificação é rescindida pela direção enérgica das classes

⁶⁸ Giovanni Giolitti (1842 – 1928) foi um intelectual e político italiano. Exerceu a função de Ministro. Durante o período que dirigiu a nação houve um forte fortalecimento industrial. O período que ficou como Ministro é conhecido como a “era giolittiana”.

⁶⁹ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 90.

⁷⁰ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 135.

dominantes. A iniciativa dos grupos dominados ao buscarem uma unidade genuína para sua classe sofre rapidamente uma contra-resposta por parte dos grupos dirigentes. Como visto, a contra-resposta pode se concretizar com uma *revolução passiva*, ou Estado coercitivo (como veremos melhor no segundo e terceiro capítulos). O autor sustenta que a vitória será efetiva quando a classe dominada romper definitivamente com a estrutura de dominação. Mesmo quando nas classes dominadas irrompem lutas vitoriosas, ela ainda se encontra em estado de defesa. É por isso que Gramsci aprofunda o conceito de partido político, principalmente, no *Caderno 13* (1932 – 1934) intitulado *Breves notas sobre a política de Maquiavel*.

Examinar a política dos partidos políticos na era do *Risorgimento* sem desenvolver o conceito de partido em Gramsci, reflete certo anacronismo, já que o filósofo possui um profundo diagnóstico sobre o tema. Os partidos políticos, afirma o autor, podem denominar-se de vários modos, até mesmo identificando-se como não-partidos. As organizações de massas estruturadas no seio do capitalismo avançado, a exemplo dos jornais, são extensões dos interesses econômicos e políticos de uma classe específica. Tais interesses não são representados apenas por partidos políticos específicos (partidos tradicionais), mas necessitam, antes de tudo, do que Gramsci chama de *aparelhos privados de hegemonia*. Estes aparelhos estabelecem-se na *sociedade civil* direcionando o consenso na classe antagônica materializando a hegemonia das classes dirigentes. Os jornais, neste caso, afirma o autor, se tornam partidos de classe, estes atuando — não só — como os construtores da conformidade entre interesses discrepantes na população. As igrejas, os sindicatos, por exemplo, também fazem parte dos *aparelhos de hegemonia*. Entretanto, não são entendidos como partidos, porém, solidifica na sociedade civil o consenso da classe fundamental. Na era do *Risorgimento*, em verdade, esses aparelhos não estavam amplamente desenvolvidos, fazendo com que a luta de classes não se desenrolasse como guerra de posição, isto é, tomadas de posições na sociedade civil.

Gramsci salienta que os partidos políticos não são apenas modelos mecânicos de uma classe, mas é a máxima expressão de seus desejos, imprimindo, na prática, seus reais interesses, universalizando a sua *hegemonia*. O apoliticismo de um partido, como o Partido de Ação, ao não se tornar orgânico, isto é, não se fazer vontade e expressão das massas populares, perfaz o caminho contrário. As massas não encontrando em seu campo de visão partidos orgânicos ligados aos seus próprios interesses descobrem soluções rápidas, inorgânicas, alinhando-se a interesses que não são os seus, sepultando momentaneamente a vontade organizativa de sua classe na falsa camaradagem das classes opostas.

A partir do quadro descrito, Gramsci refletirá uma ulterior concepção de partido. Resgatando elementos do pensamento de Maquiavel, principalmente no *Caderno 13* (1932-1934), o partido se transforma em *moderno Príncipe*. A intuição de Maquiavel será, por Gramsci, traduzida aos dias contemporâneos, instando ao partido ignorar sua nomenclatura sociológica, fazer com que os partidos deixem de servir apenas a interesses momentâneos, onde as *revoluções passivas* e o *transformismo* político não encontrem espaços para desarticular todo germe social nascente. O partido que Gramsci concebe visa edificar um *novo Estado*. O partido se transforma, de fato, em intelectual ligado às massas representando não apenas seus interesses, mas educando-as, retirando-as dos grilhões que as aprisionam, elevando-as a um novo processo civilizatório. Assim, o partido deixa de ser apenas nomenclatura política, ou seja, partido em abstrato, mas passa a operar em um determinado ambiente histórico, visando restaurar e direcionar forças e interesses específicos. Transformar a necessidade — que hoje solidifica a vida dos subalternos — em liberdade. O partido enquanto *moderno Príncipe* se faz como construtor, na prática, de um novo conformismo social. A compreensão de partido regressista deixa de existir, isto é, o partido que exerce sua força para anular o motor progressivo da história. Ao passo que o partido progressista conduz o povo — as classes dominadas — a um novo processo de civilizatório, consolidando uma *nuova civiltà*. Conceituando o que foi pontuado, cito Gramsci:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria, precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter “carismático” do condottiero (o que ocorreu na aventura de Boulanger). Mas uma ação imediata desse tipo, por sua própria natureza, não pode ser ampla e de caráter orgânico: será quase sempre do tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 16).

O *Risorgimento* revelou a fraqueza do Partido de Ação, bem como, a unidade das classes dirigentes na figura dos Moderados. Gramsci evidencia no *Caderno 25* que a unidade das classes tradicionais se realiza ao se transformarem em Estado. A história das classes dominantes está intrinsecamente ligada à história do surgimento dos próprios Estados. A unidade, portanto, para Gramsci, resulta na relação dialética entre Estado (sociedade política)

e sociedade civil. Neste sentido, ao estudar a história de uma classe dominante específica, deve-se apreender, evidentemente, em seu conjunto, a biografia dos próprios Estados e seu complexo processo de consolidação. Notadamente, uma das diferenças entre as duas classes fundamentais — a dominante e a dominada — na história da humanidade, está neste fato de ter ou não se edificado em Estado. As classes dominadas, portanto, não se tornaram unidade suficientemente para se concretizarem em sociedade política. Sendo assim, por essa falta de unidade, a história da classe subalterna está entrelaçada com a da sociedade civil.

A compreensão de Estado, portanto, não pode perder de vista o conceito gramsciano de hegemonia. O Estado, na realidade, se fundamenta em dois princípios: o vínculo dialético entre a força e o consenso. Diferentemente do *Risorgimento*, no capitalismo avançado, onde a sociedade civil está amplamente desenvolvida — o que Gramsci chama de *sociedades ocidentais* — o consenso prevalece, no entanto, a força não desaparece. O que ocorre, efetivamente, é uma constante tomada de posições na sociedade civil. Essa tomada de posições o autor define conceitualmente como *guerra de posição*. Na verdade, essa luta é própria dos Estados do Ocidente, isto é, onde a sociedade política e a sociedade civil se encontram extensamente desenvolvidas. Na era do *Risorgimento* o Estado burguês e a sociedade civil ainda não tinham alcançado uma complexa prosperidade. Portanto, as forças tradicionais se tornaram Estado, ou seja, unificaram a Itália sob suas próprias expressões de classes, eliminaram as outras ou fizeram com que aceitassem passivamente a supremacia da força dominante. Atento a isso, Gramsci escreve que estas forças:

Tomaram o poder, unificaram-se no Estado moderno italiano, lutando contra determinadas outras forças e ajudadas por determinados auxiliares ou aliados; para se tornarem Estado, deviam subordinar a si ou eliminar as primeiras e ter o consenso ativo ou passivo das outras.(GRAMSCI, 2015, p. 141).

É basilar explicitar a mudança no eixo de gravidade das lutas de classes próprias de uma época, mas, que, em outros estágios de desenvolvimentos, as forças dominantes utilizam formas mais avançadas na busca de se manterem predominantes. A *guerra de posição* exerce a função específica de alinhar as lutas de classes a partir do século XX. Todavia, os enfrentamentos entre as classes antagônicas se deram, no passado, por diferentes contornos. A *revolução permanente*, afirma Gramsci, exerceu a função de direcionar as lutas de classes antes de 1848. Nesse período, o regime feudal já havia sido enterrado pela burguesia na sua Revolução de 1789. Restava agora à burguesia se consolidar enquanto classe, fundar seu Estado e fortalecer seu domínio.

A revolução permanente tinha como expressão a enérgica luta dos jacobinos. Na verdade, no período da revolução permanente, a sociedade política (Estado), e, conseqüentemente, a sociedade civil (sociedade privada), encontravam-se fragilmente desenvolvidas. Os aparelhos hegemônicos, arraigados na sociedade civil, estavam precariamente potencializados. Tal como os partidos políticos, ainda na sua fase de germinação, não tinham desenvolvido todas as suas funcionalidades. Todavia, isso começa a mudar, afirma o filósofo sardo, a partir do processo de recolonização do continente africano. Com o advento do imperialismo a burguesia necessitava expandir o império do capitalismo. Saíram em busca de matérias-primas para aquecer os fornos de suas fábricas. A matéria-prima indispensável para suprir as indústrias em plena expansão na Europa, foi encontrada no continente africano. Assim, as primeiras colônias se estabelecem, no entanto, sua finalidade era explorar até o último peso em ferro necessário para a expressiva expansão ferroviária na América do Norte, como estender o modo de produção europeu, consolidando o proletariado industrial. O auge do processo expansivo ocorreu após o ano de 1870. As conseqüências se deram nas relações entre os Estados, mudando drasticamente os encadeamentos internos, tornando as lutas de classes mais complexas. Desenvolveram, assim, partidos políticos fortes, sindicatos, ou seja, um complexo tecido na sociedade civil. A arte militar também ganha novos traços. A antiga fórmula da revolução permanente, ou seja, a guerra frontal, próprias dos jacobinos, afirma Gramsci, é substituída pela hegemonia civil. Assim, a guerra de movimento cede lugar à *guerra de posição*⁷¹.

Conforme vimos nas páginas anteriores, as classes dirigentes programaram a indústria na Itália sob a *hegemonia* do Norte. Não obstante, Gramsci registra que se o modo de produção burguês - portador do novo processo civilizatório - tivesse efetivado as manufaturas, mas assimilado outros territórios que não fosse apenas o Norte; combatido o velho diante o novo, o progresso ao invés do regresso, desarticulando as classes parasitárias; realizar-se-ia na península “[...] uma revolução econômica de caráter nacional (e de amplitude nacional)”⁷². A economia seria distribuída no país de forma igualitária, eliminando os resquícios feudais do menos produtivo, favorecendo, de fato, o mais produtivo. Entretanto, não ocorreu dessa forma. A *hegemonia* do Norte se manifestou perdurável, a divisão se “[...] apresentou como uma condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente “perpétua” para a existência de uma indústria setentrional”⁷³. A forma como a força de

⁷¹ C.f. FRESU, 2017, p. 115.

⁷² C.f. GRAMSCI, 2015, p. 153.

⁷³ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 153.

trabalho humana emigrou para a recente indústria italiana se deu de modo completamente passivo, inorgânico e inconsistente. Não emigraram com os novos trabalhadores germes do industrialismo ligados à classe trabalhadora e do *intellectualismo de nova ordem*. Os intelectuais que permaneceram ligados às classes subalternas conservaram-se retrógrados e amorfos, isto é, ligados aos interesses dominantes. Gramsci, no *Caderno 1* (1929 – 1930) articula a inorganicidade da implementação da indústria na Itália na era do *Risorgimento*. Para Gramsci:

A hegemonia do Norte teria sido “normal” e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas. (GRAMSCI, 2015, p. 153).

E o filósofo conclui:

Na Itália, emigrou apenas a massa trabalhadora, predominantemente ainda amorfa, seja industrialmente, seja intelectualmente. Os correspondentes elementos intelectuais também permaneceram amorfos, isto é, não modificados em absoluto pelo industrialismo e por sua civilização; produziu-se um formidável desemprego de intelectuais, que provocou toda uma série de fenômenos de corrupção e de decomposição política e moral, com reflexos econômicos não desprezíveis. O próprio aparelho estatal, em todas as suas manifestações, foi afetado, assumindo um caráter particular. Assim, os conflitos se envenenavam em vez de desaparecer, e cada uma das manifestações contribuía para aprofundar os conflitos. (GRAMSCI, 2015, p. 154).

Disto tudo resulta que o conceito de *revolução passiva* pode caracterizar as grandes transformações históricas recentes, desde a revolução napolitana⁷⁴ de 1799, descrita por Cuoco, até as reformas históricas de épocas completas, como o caso do *Risorgimento*. Gramsci, a partir dessas observações, amplia o conceito de *revolução passiva* ao buscar compreender outros dois fenômenos do século XX: o fascismo e o *americanismo*. Na verdade, cada um dos movimentos possui formas específicas, mas a regra é a mesma, como foi no caso do *Risorgimento*. A burguesia ao buscar uma saída capitalista para a crise do capitalismo, ou imprimir novos processos civilizatórios, busca consolidar ainda mais sua *hegemonia* em crise sob a direção das classes tradicionais, evitando, de fato, uma revolução que se apresenta como possibilidade, deixando de fora toda massa social subalterna do novo processo modernizador da produção. Na interpretação do fascismo, bem como do

⁷⁴ Vincenzo Cuoco pensa o conceito de *revolução passiva* na sua obra *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Na obra o autor afirma ter sido uma *revolução passiva* a revolução napolitana de 1799. A luta que ocorreu em Nápoles em resposta a Revolução Francesa mobilizou parte das classes dirigentes napolitanas, mas sem vincular no processo às massas populares.

americanismo, o ponto principal é o entendimento de como ocorreu à raiz estrutural da revolução burguesa na Itália, particularmente na era do *Risorgimento*, na ocasião das manobras diplomáticas que levou Cavour a liderar a unificação italiana sob a dinastia da casa dos Piemonte.

1.6. O *Risorgimento* e o Estado do Piemonte.

O Estado piemontês buscou a unidade nacional desde 1492, evidentemente não conseguiu verificar a força que exercia Veneza na península no século XV. Todavia, afirma o autor que o concreto interesse do ponto de vista do Piemonte em efetivar um estado nacional era enfraquecer a influência estrangeira e restaurar um “[...] certo equilíbrio interno entre os Estados italianos”⁷⁵. Com a potência estrangeira fora da nação o Piemonte conseguiria, finalmente, exercer sua força, fazendo-se potência hegemônica, se não em todo território nacional, ao menos nas regiões setentrionais e Centrais. Com efeito, isso não aconteceu. O que se sucedeu foi a complexa imersão das forças estrangeiras no país, inclusive, no século XIX; a Áustria assumindo esse papel, quando o Partido de Ação não se consolidou como partido jacobino, permitindo que a Áustria exercesse sua força na Itália “[...] ocupando uma parte da península e controlando o resto”⁷⁶.

Entretanto, os liberais dirigidos por Cavour, na verdade, ampliaram a supremacia secular do Piemonte como transformação social, na prática, mas de cima para baixo. Estas ações visavam fortalecer o capitalismo na Itália, visto que as forças do capitalismo embrionário no país eram muito fracas. Gramsci assegura que todas “[...] estas questões sobre as origens têm sua razão no fato de que a economia italiana era muito fraca, e o capitalismo incipiente: não existia uma forte e difusa classe de burguesia econômica, mas, ao contrário muitos intelectuais e pequeno-burgueses, etc.”⁷⁷.

No *Caderno 6* (1930 – 1932) na nota intitulada *passado e presente. Características italianas*, assevera o autor que a construção da unidade, tal, como, de uma nova construção social dos meios de produção, deve ocorrer de baixo para cima, ou seja, resgatar a camada social mais baixa economicamente, intelectualmente e culturalmente, e, colocá-las, conseqüentemente, no processo civilizatório histórico emergente. Mas a liberdade, isto é, ser

⁷⁵ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 248.

⁷⁶ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 82.

⁷⁷ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 248-249.

liberdade ao invés de necessidade, não pode ser encontrada no desvio moral do liberalismo. Assim, nos *Cadernos*, o autor escreve:

A nova construção só pode surgir de baixo para cima, na medida em que todo um estrato nacional, o mais baixo econômica e culturalmente, participe de um fato histórico radical que envolva toda a vida do povo e ponha cada qual brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis. (GRAMSCI, 2015, p. 168).

Gramsci sustenta que o desacerto do *Risorgimento* foi ter permitido que as classes tradicionais interrompesse a iniciativa que o movimento de unificação poderia ter — se organizado concretamente nos ombros de um partido revolucionário —, na concretização das massas pobres e camponesas, retirando-as de toda amálgama feudal que ainda as aprisionava.

O erro histórico da classe dirigente foi ter impedido, sistematicamente, que tal fenômeno ocorresse no período do Risorgimento e ter transformado em razão de ser de sua continuidade histórica a manutenção de tal situação cristalizada, a partir do Risorgimento. (GRAMSCI, 2015, p. 269).

É inegável que o *Risorgimento* foi um movimento histórico amplamente contraditório e antiprogressista. Suas bases são antitéticas, os elementos que o guiaram foram concretamente passivos. O *Risorgimento* descartou toda e qualquer vertente à revolução. Impediu o desenvolvimento de uma nação democrática. O caráter inacabado do *Risorgimento* permitiu às classes altas e parasitárias acumularem quinhões cada vez maiores de mais-valia. Todavia, o *Risorgimento* modernizou o processo produtivo para as classes dominantes. A indústria, mesmo que tardiamente, se instala nos estados desenvolvidos do Norte. Com o desenvolvimento industrial vieram às leis liberais — sob a tutela de Giolitti — que permitiram melhores relações no processo acumulativo de capital, principalmente, ou completamente, nas indústrias do Norte. Giolitti representou os interesses do grande capital, previu a necessidade de destruir as “forças retrógradas” (as classes parasitárias) visando conceder maior espaço para a já consolidada burguesia industrial.

As classes parasitárias foram o alicerce, no século XX, para o fascismo. Giolitti ao estabelecer as leis, de fato, liberais, concedendo *liberdade de associações e direitos expressivos de greves*, gerou, com elas, o desconforto nas classes parasitárias - que tanto evitavam. As classes parasitárias, portanto, formaram as bases que solidificaram o fascismo. Sua insegurança veio da crise deixada pela Primeira Guerra Mundial, mas, sobretudo, pelo *americanismo* que se apresentava como resposta à crise do capitalismo mundial. O fascismo serviu-se dos interesses das classes médias rurais e urbanas, soldando na base do movimento

coercitivo a pequena burguesia, dando-lhes forma. O fascismo vendeu à classe média italiana expectativas de dias melhores, mas submeteu os interesses da classe média aos interesses dos grandes industriais. O fascismo, segundo Gramsci, foi outro processo de *revolução passiva*, onde os interesses dominantes foram mais uma vez representados.

As raízes do fascismo são profundas. Não obstante, aparecem ao analisarmos o processo histórico italiano e mundial. Estão nas bases antagônicas do *Risorgimento* e no desenrolar da luta de classes no contexto mundial. O fascismo foi a continuação da perpetuação da luta de classes na Itália, ou seja, continuou o processo do *Risorgimento* por outras vias. Introduziu, passivamente, de cima para baixo, novos métodos de trabalho no país, outras relações humanas necessárias para o momento, respeitando, sempre, os interesses das camadas organizadas das altas classes. Respeitando os fatos históricos, no *Caderno 8* (1931 – 1932), Gramsci afirma:

No caso concreto, na Itália, significava destruir as velhas *consorterie* e grupelhos particularistas, que viviam parasitariamente protegidos pela polícia de Estado, que defendia seus privilégios e seu parasitismo, e determinar uma participação mais ampla de “certas” massas na vida estatal através do Parlamento. Era preciso, para Giolitti, que representava o Norte e a indústria do Norte, destruir a força retrógrada e asfixiante dos proprietários de terra, para dar à nova burguesia um espaço mais amplo no Estado e até mesmo pô-lo na direção do Estado. Giolitti conseguiu isto com as leis liberais sobre a liberdade de associação e de greve, e deve-se observar que, em sua *Memorie*, ele insiste especialmente na miséria dos camponeses e na estreiteza dos proprietários. Mas Giolitti não criou nada: ele “compreendeu” que era preciso fazer concessões, a tempo de evitar danos maiores e controlar o desenvolvimento político do país, e foi o que fez. Na realidade, Giolitti foi um grande conservador e um hábil reacionário, que impediu a formação de uma Itália democrática, consolidou a monarquia com todas as suas prerrogativas e ligou a monarquia mais estreitamente à burguesia através do Poder Executivo reforçado, o qual permitia pôr a serviço dos industriais todas as forças econômicas do país. Assim, foi Giolitti quem criou a estrutura contemporânea do Estado italiano e todos os seus sucessores apenas continuaram sua obra, acentuando este ou aquele momento subordinado. (GRAMSCI, 2015, p. 296-297).

Fica evidente, portanto, na nota 11 do *Caderno 15* (1933) que Cavour possuía clareza de sua função. Inclusive, compreendia a sua missão e a missão dos grupos de oposição. Gramsci afirma que se os grupos de oposição, a exemplo de Mazzini, Garibaldi, e os representantes do neoguelfismo⁷⁸ tivessem “[...] tido tal consciência”⁷⁹, ou seja, portassem uma posição política mais realista, a estabilidade do movimento teria se concretizado de outra maneira. Possivelmente, reitera o autor, o [...] Estado italiano teria se constituído em bases

⁷⁸ O neoguelfismo foi um movimento político italiano que tinha como objetivo restaurar a posição da Igreja na vida política do Estado. O grande teórico do neoguelfismo foi o filósofo italiano Vincenzo Gioberti (1801 – 1852).

⁷⁹ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 317.

menos atrasadas e mais modernas”⁸⁰. Igualmente, o conceito de *revolução passiva*⁸¹ emprega-se, indubitavelmente, segundo o autor da filosofia da práxis, nas transformações moleculares na era do *Risorgimento*, bem como nos outros movimentos portadores de transformações moleculares no mundo da produção

Destarte, o *Risorgimento* exerceu seu papel ao deslocar para as forças representadas por Cavour, após 1848, componentes novos provenientes dos partidos de oposição. A passagem (o *transformismo*) das forças opostas para os Moderados teve como resultado modificações progressivas para a classe dominante, ou seja, o seu fortalecimento. Repercute que as modificações progressistas eliminaram determinadas forças de oposição, como o neoguelfismo; enfraquecendo outras, os movimentos de Mazzini e Garibaldi. Gramsci certifica que:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente as composições anteriores das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no Risorgimento italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento mazziniano (pertencem a este processo até as oscilações de Garibaldi etc.). Este elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja importância não foi até agora, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico. (GRAMSCI, 2015, p. 317).

Ainda no *Caderno 15* (1933) na nota 15, Gramsci evidencia os primeiros germes dos “líderes carismáticos” e dos partidos de massas; no entanto, sem as características que os partidos de massas e seus líderes demagógicos, nas primeiras décadas do século XX, assumiram. O filósofo, assim, evidencia que o movimento do *Risorgimento* destacou os seus “líderes carismáticos”, ou seja, indivíduos erguidos do nada, meros direcionadores em tempos de crises orgânicas e de massas inorgânicas. Todavia, Gramsci assegura que os líderes “[...] surgidos ao acaso, improvisados etc., na realidade foram retomado pelas forças tradicionais orgânicas, isto é pelos partidos formados há mais tempo, com elaboração racional dos líderes etc.”⁸². A ausência de sabedoria entre as forças dominadas de sua função histórica, bem como

⁸⁰ C.f. GRAMSCI, 2015, p. 317.

⁸¹ No *Caderno 15* na nota 17, o autor destaca que a *revolução passiva* pode assumir formas diferentes a depender da região e das relações alicerçadas. Gramsci destaca que o gandhismo e o pensamento cristão de Tolstói são reflexões ingênuas das reais bases materiais, sendo elas, na verdade, traços religiosos da *revolução passiva*.

⁸² GRAMSCI, 2015, p. 321.

da missão histórica do grupo econômico portador da função produtiva, além de ceder espaço aos “líderes carismáticos”, desequilibra e não interfere no resultado das lutas de classes.

O Piemonte, (região situada no Norte da Itália), por outro lado, exerceu forte intervenção no processo de unificação, dada a sua força econômica e política. Além de sua forte influência organizativa das classes tradicionais, empreendeu, acima de tudo, a função de partido das classes altas. A abordagem de Gramsci a esse respeito é rica, pois evidencia que uma região em momentos decisivos na luta pela *hegemonia* pode atuar como força partidária direcionando a luta de classes. Assim, na nota 59 referente ao *Caderno 15*, Gramsci assegura que a “[...] função do Piemonte no Risorgimento italiano é a de uma “classe dirigente””⁸³. As altas classes da Itália tendiam à unificação, todavia, a predisposição à unificação era polêmica, pois, entre elas, uma minoria exercia a função de dirigente. O fato contraditório é que as classes altas exerciam sua força, mas não buscavam harmonizar os seus interesses com as ambições das classes opostas. As classes dirigentes queriam perpetuar a dominação histórica sobre as classes subjugadas, ao contrário de dirigir (*hegemonia*). As classes altas aspiravam que os seus interesses fossem apenas dominantes. Almejavam uma moderna potência que correspondesse com seus reais interesses de classes. Desprezavam as classes baixas. A nova potência que se apresentou, certifica Gramsci, foi o Estado do Piemonte. O Piemonte atuou como partido das classes altas, entretanto, com a diferença de que por ser uma região, e não uma nomenclatura de partido possuía em seu seio, exércitos e armas. Gramsci escreve a respeito:

Na realidade, não se trata do fato de que, em todo o território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe o “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam “dirigir” ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornassem o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí, a função da monarquia. O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre se falou de “partido piemontês”); com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um exército, uma diplomacia. (GRAMSCI, 2015, p. 328-329).

Sobre o Piemonte, Gramsci conclui:

⁸³ GRAMSCI, 2015, p. 328.

Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática. (GRAMSCI, 2015, p. 329).

Portanto, é necessário evidenciar a importância que exerceu o Estado do Piemonte na luta pelo processo de unificação e na *revolução passiva* que ocorreu na era do *Risorgimento*. O Estado, a depender de sua força e da união de classes no seu interior, pode e deve assumir a posição dos grupos locais, modificando e desenvolvendo as lutas pela renovação do Estado e das relações de produção. Deste modo, o autor afirma que “[...] estes grupos têm a função de “domínio”, e não de “direção”: ditadura sem hegemonia”⁸⁴. Deste modo, a *hegemonia* partirá de um pequeno grupo social sobre o restante da população, e não “[...] deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo etc., segundo o modelo “jacobino””⁸⁵.

Em suma, para o filósofo italiano, uma relação de manutenção da ordem dominante burguesa são as *revoluções passivas*. Tais ‘revoluções restaurações’, como o próprio conceito já define, não passam de transformações moleculares nas *estruturas* (modos de produção) e *superestruturas* (relações de produção). As *revoluções passivas* surgem em momentos de crises orgânicas, ou seja, no momento em que a classe dominante perde, relativamente, o consenso sobre as classes dominadas, todavia, continua exercendo sua função de dominante. Com efeito, para Gramsci, a luta pela *hegemonia* se arrasta por séculos, sendo as *revoluções passivas* variações brutais de manutenção da ordem econômica. Todas as mudanças que ocorreram sob a égide de tais “revoluções”, aconteceram para manter, de fato, a propriedade e a exploração do capital sobre os trabalhadores. Mudam-se os métodos de trabalho, porém, a exploração continua a mesma ou mais acirrada. Através de *revoluções passivas* a classe historicamente dominante continua a manter-se hegemônica.

Assim, como foi demonstrado, um pensador ao examinar uma determinada época histórica e, conseqüentemente, suas mudanças, parte de métodos específicos. Gramsci, herdeiro do pensamento de Marx, utiliza-se do materialismo histórico dialético e da filosofia da *práxis*, como foi devidamente observado pelo autor no *Caderno 11* (1932 – 1933) intitulado: *Introdução ao estudo da filosofia*. A filosofia da *práxis* deve ser compreendida a partir do mais *puro historicismo*. As análises filosóficas buscam obter a verdade, ou se aproximar dela. Partir da filosofia da *práxis* é compreender as relações sociais, quando e

⁸⁴ C.f. GRAMSCI, p. 330.

⁸⁵ C.f. GRAMSCI, p. 330.

como os indivíduos se organizam socialmente, e o modo de produção vigente que alicerça toda *estrutura* produtiva, e suas relações *superestruturais*. Ela representa, como apontou o sociólogo Ruy Braga⁸⁶, o núcleo racional da “[...] visão social de mundo proletária, segundo Gramsci, em relação à ideologia burguesa”⁸⁷.

Conclui-se que o pensamento Gramsci foi e ainda é a reflexão acerca das dificuldades que cercam as lutas das classes dominadas. O autor escreveu não por mera erudição, mas para compreender as derrotas sofridas pelas classes subalternas ao longo de sua história. A sua filosofia é vigorosa até hoje porque desafia a ordem do capitalismo vigente. O seu pensamento não busca conservar a ordenação atual do mundo, mas procura, portanto, superar a orbe, contraditória na qual estamos inseridos.

⁸⁶ Ruy Braga (1972) é um sociólogo brasileiro e professor da Universidade de São Paulo.

⁸⁷ BRAGA, 2008, p. 10.

2 **AMERICANISMO E FORDISMO: A UNIDADE DO MUNDO NA ERA DE SUA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA. O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO PASSIVA* COMO CATEGORIA INTERPRETATIVA.**

2.1 **Da Primeira Revolução Industrial para a complexa organização do trabalho no século XX.**

As forças que alicerçam o mundo contemporâneo têm bases históricas. Nada trouxe modificações mais profundas para a vida humana e para a superfície do planeta como a Primeira Revolução Industrial⁸⁸. Com ela veio os gases mortais — nunca vistos pelas gerações passadas —, liberados das altas chaminés das modernas indústrias, transformando, drasticamente, a estética das antigas cidades europeias. No campo *superestrutural*, inclusive, a Primeira Revolução Industrial também deixou as suas marcas: novas palavras até o momento inexistentes⁸⁹ foram criadas. Pode-se afirmar, portanto, que da Primeira Revolução Industrial irromperam as forças produtivas aprisionadas por séculos, bem como formas inauditas no modo de viver e de trabalhar, estabelecendo no seio social, modernas, porém, ainda contraditórias⁹⁰ relações humanas. As inovações tecnológicas e sociais provenientes da Primeira Revolução Industrial podem ser resumidas, por exemplo, em cinco partes fundamentais: 1) na criação de moderníssimas máquinas (favorecendo na execução do trabalho de forma rápida e moderna); 2) na energia retirada do vapor (utilizada no funcionamento das novas máquinas); 3) nas modernas modificações no modo de trabalhar e de conceber o mundo (relações *superestruturais*); 4) na sublevação das nações emergentes do

⁸⁸ A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra entre os anos de 1760 e 1840. Foi a responsável pela completa transição para novas máquinas produtivas, aprimorando a forma como os trabalhadores executavam seus trabalhos.

⁸⁹ Eric Hobsbawm, na Era das Revoluções nos mostra que com a Revolução Industrial novas palavras foram criadas: indústria, fábrica, classe média, classe trabalhadora, capitalismo, liberal, conservador, ferrovia, proletariado, engenheiro, etc.,.

⁹⁰ Essas modificações são resultado de um longo e acumulativo processo histórico, criando em suas bases, à medida que o expande de um complexo e retrógrado antagonismos de classes sociais. Em verdade aos fatos, os filósofos materialistas Marx e Engels (1820 – 1895), evidenciaram no consagrado *Manifesto Comunista* (1849) que o motor da História foi (e ainda é) uma profunda relação e enfrentamento entre as classes fundamentais. Assim, os autores asseguram que “[...] nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais” (ENGELS, MARX, 2007, p, 40.). De acordo com a categórica afirmação dos dois autores alemães, o novo modelo de sociedade - herdeiro das inovações provenientes da Primeira Revolução Industrial e da Revolução Francesa - sendo uma *nova estruturação da sociedade em classes distintas*, nada mais fez do que inovar e intensificar os métodos de exploração de uma classe sobre a outra. Como resultado, os pensadores, na medida em que avançam no arranjo do *Manifesto Comunista*, enfatizam a partir da dialética materialista, a afirmação de que a nova classe dominante (a burguesia) estabeleceu no lugar das antigas, novas “[...] condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado” (ENGELS, MARX, 2007, p, 40).

processo industrial na incessante busca por novas matérias-primas (necessárias para que os fornos das grandes fábricas seguissem aquecidos); 5) na expansão imperialista das nações capitalistas nos séculos vindouros: XVIII, XIX e XX. Mas, acima de tudo, é importante esclarecer que, a Primeira Revolução Industrial, além de desenvolver as bases produtivas do sistema capitalista, as solidificou, em um primeiro momento, concretamente, no continente europeu. A indústria alicerçada no modo de produção capitalista, seria, nos séculos posteriores, a grande protagonista do moderno modo de exploração capitalista, como veremos a partir da leitura de Gramsci, em *Americanismo e fordismo* (1934).

Não vivemos mais os tempos das grandes revoluções⁹¹; muito menos as formas de lutas⁹² que foram travadas no interior dos conflitos revolucionários, hoje fossilizados pela história. Vivemos no século XX a era das *revoluções passivas*. Entretanto, Gramsci, no *Caderno 19* (1934 – 1935) já havia compreendido que a “revolução” burguesa na Itália — na era do *Risorgimento* — se manifestou, também, como *revolução passiva*, precisamente por unificar a península sem ter consolidado uma *expressão de vontade coletiva* nas classes subalternas. O ímpeto para a concretização do Estado nacional italiano não incluiu a formação de um sólido substrato popular, que dessa forma, de baixo para cima, faria frente às necessidades da época; além de não contar com a participação dos intelectuais das classes baixas direcionando as classes subalternas, excluídas da “revolução” burguesa italiana.

⁹¹ As “grandes revoluções” são as duas revoluções burguesas: a Primeira Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

⁹² Partindo do pensamento de Gramsci, conceituaremos esse laborioso campo de batalha no qual se desenrolou as mais sangrentas lutas de classes nos últimos séculos, não obstante, ainda permanecerem em conflito. A tentativa histórica da classe dominada em estabelecer um governo tendo como ponto de partida os seus interesses, ocorreu na famosa Comuna de Paris (1871). A Comuna de Paris consumiu todas as potências revolucionárias germinadas na Revolução Francesa (1789), garantindo à classe dominante a tão sonhada posição de *dirigente* das classes dominadas. Entretanto, a classe dominante, já na época da Comuna de Paris, encontrava-se ultrapassada, tendo desabrochado da sua própria *estrutura* produtiva e social, a nova classe revolucionária: a classe proletária. À medida que o proletariado se desenvolveu enquanto classe organizada, a decrépita classe burguesia seguiu em resistência (e ainda persistem resistindo). No entanto, as formas de lutas e de continuidade da *hegemonia* da classe dominante burguesa, sofreram profundas transformações. Gramsci nos revela que a Revolução Francesa foi uma *revolução permanente*, de expressão jacobina, sendo a sua estrutura de conflitos uma *guerra de movimento*. Isso tem como significado que os acontecimentos no interior da revolução tiveram como características os enfrentamentos de vários grupos políticos, confrontando entre eles próprios e com o ainda frágil Estado em desenvolvimento. Gramsci afirma, entretanto, que a *revolução permanente* foi a expressão das experiências das lutas jacobinas, no ano 1789 ao fim do Termidor. No período analisado pelo autor italiano, os partidos políticos de massas, bem como os sindicatos representativos ainda não existiam como força política. A *sociedade política* (o Estado) permanecia em estado de fluidez, ou seja, relativamente pouco desenvolvida, assumindo a *sociedade civil* uma maior autonomia frente à atividade estatal. Segue-se que após os anos de 1870, chegando ao fim os violentos conflitos de classes em terras francesas, e com a expansiva colonização europeia nos países do continente africano, os elementos de outrora mudam de forma. As relações internas externas organizativas entre os Estados tomam novos rumos, amplamente mais complexos e desenvolvidos. Como resultado, a *revolução permanente* concede lugar para a *hegemonia da sociedade civil*. Em decorrência da nova estruturação política e econômica da sociedade europeia, a *guerra de movimento* transforma-se em *guerra de posição*, sendo as *guerras de posição* as novas ordenações das *revoluções passivas*.

Na Itália do século XIX, a revolução concede lugar à *revolução passiva*; o moderantismo prevalece como expressão. O *Risorgimento* foi uma autêntica forma de *revolução passiva*, pois, a “revolução” burguesa italiana não ocorreu por um caráter jacobino autêntico, mas, sim, através de uma “revolução perdida”, sendo os derrotados, o Partido de Ação. Quem assumiu, no entanto, efetivamente, a corrida do processo de unificação da península foram os Moderados, bem como o reino do Piemonte, imprimindo, em solo italiano, a marca de uma “revolução pelo alto”, ou seja, de qualidade *passiva*. O século XX instruiu-se com o século XIX, pois, as *revoluções passivas* tiveram papéis importantes nas lutas de classes nos anos que seguiram as duas Grandes Guerras Mundiais. Disso resulta que a segunda forma de *revolução passiva*, portanto, foi a de marca americana. A sua força principal se encontra no procedimento de atualização do aparelho produtivo do capitalismo, bem como pelo desenvolvimento de novas forças produtivas.

Gramsci, em suas reflexões, tece uma grande teia que liga diretamente aos problemas deixados nas relações *estruturais* e *superestruturais* italianas, a um contexto amplamente maior do que os conflitos encontrados na península: eles assumem características globais. Desde as preliminares tentativas de organizar um roteiro de estudos⁹³, o autor italiano compreendia a necessidade de se dedicar ao aprendizado do *americanismo*, para compreender, assim, o desenvolvimento da história mundial. As discussões sobre esse tema tão vasto aparecem, inclusive, em seus testemunhos carcerários, hoje mundialmente conhecidos como as Cartas do Cárcere. Por outro lado, o autor se dedicou e escreveu sobre o modo de vida

⁹³ BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos. O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. 1. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. “Das cartas e dos Cadernos resulta que os estudos gramscianos em relação a “americanismo e fordismo” se colocam fundamentalmente entre 1927 e 1930. Entre os livros que Gramsci leu, encontram-se as traduções francesas dos dois livros de Henry Ford: *Ma vie e mon oeuvre* (1926) e *Aujourd'hui et demain* (em colaboração com Samuel Crowther); três ensaios franceses: *Les États-Unis d'aujourd'hui*, André Siegfried (1928), *Qui sera le maître, Europe ou Amérique* de Lucien Romier (1927), e sobretudo *Le problème ouvrier aux États-unis*, de André Philip (1927); dois romances em tradução francesa: *Le Pétrole*, de Upton Sinclair (1928) e *Babbitt*, de Sinclair Lewis (1930) (este, pouco apreciado por Gramsci no nível literário, mas para ele preciso por revelar uma embrionária capacidade “autocrítica” da sociedade americana); também *Fra i due mondi*, de Guglielmo Ferrero (1913) (já conhecido pelo jovem Gramsci), importante porque na origem de muitos “lugares comuns [...] em relação a América” (Q 2, parágrafo 75, p. 237). Os livros mais importantes para Gramsci a propósito da relação entre americanismo e corporativismo-fascismo - *Rendita e salario nello Stato sindacale* (1928) e *Economia e corporativismo* (1929), de N. Massimo Fovel - são citados de fonte indireta. Entre 1927 e 1930, Gramsci leu (e depois citou) sobre o tema numerosos artigos de revistas, em particular na “Nova antologia” (sobretudo em 1928 e 1929) mas também em “La civiltà cattolica”, “Pegaso”, “L'Italia letteraria”, “Rivista di politica economica”, “Il corriere della sera”. Uma fonte muito particular da análise gramsciana do americanismo é certamente o número especial de 14 de outubro de 1927, dedicado à literatura dos Estados Unidos, de “Die literarische Welt”, que Gramsci traduziu inteiramente durante o 1929, antes de se dedicar à redação do Primeiro Caderno. Trata-se de um fascículo nada excepcional mas rico e bem documentado sobre as tendências literárias, artísticas e político-culturais na América da época, que sugeriu a Gramsci também a *modernidade* dos novos meios de expressão nela difundidos, importantes pelas capacidades hegemônicas do “americanismo”: desde uma certa maneira de entender o jornalismo até a fotografia, o cinema, a música (o jazz)”. (p. 155-156).

americano em várias notas espalhadas em diversos *Cadernos do cárcere*. No entanto, é no *Caderno 22* (1934) que o autor sardo sintetiza as suas rigorosas reflexões a respeito da *cultura* americana. Os Estados Unidos impuseram por meio do *peso de sua economia* ao restante do mundo ocidental, novas e arbitrárias formas de produção e, conseqüentemente, de vida. Assim, o campo de visão do autor — mesmo impedido de se locomover livremente, pois, estava preso nos cárceres do fascismo — foi direcionado diretamente para os acontecimentos engendrados nas terras analisadas, décadas antes, por Tocqueville⁹⁴. Podemos destacar duas cartas carcerárias para iniciarmos nossas análises a respeito do fordismo e sua expressão compreendida por *americanismo*. Desse modo, destaca-se a primeira carta datada de 14 de janeiro de 1929, destinada à sua esposa, Giulia; bem como a segunda, escrita um ano depois, em 20 de outubro de 1930⁹⁵, destinada à sua cunhada, Tatiana⁹⁶.

Fica evidente na primeira carta de 14 de janeiro que o autor italiano pondera sobre o componente científico e tecnológico da *cultura* americana, não somente nas relações que estavam sendo desenvolvidas no campo da indústria, mas, também, na sua intervenção nos lares da vida ocidental. Na referida epístola, Gramsci indaga à sua esposa, Giulia, sobre qual o entendimento do seu filho Delio a respeito dos brinquedos modernos, a exemplo, o *meccano*⁹⁷. À medida que a carta é escrita o autor argumenta sobre alguns “problemas” relacionados aos “tempos modernos”. Reflete o autor: estaria a vida humana sendo “mecanizada” pela *cultura* americana desde os primeiros processos de aprendizagem da vivência infantil? Em sua reflexão nem um pouco embrionária a respeito do *americanismo*, Gramsci escreve à sua esposa:

[...] Entrementes, você deve me informar sobre o modo como Delio interpreta o *meccano*. Isto me interessa muito, porque nunca cheguei a uma conclusão sobre o *meccano*, tolhendo o espírito inventivo próprio da criança, será o brinquedo moderno que pode recomendar. O que é que você acha, bem como o seu pai? Eu, de modo

⁹⁴ Alexis-Charles-Henri Clérel, visconde de Tocqueville (1805 – 1859) foi um filósofo, historiador e político francês. A sua grande obra de filosofia política é a famosa: *A Democracia na América*. O autor, em maio de 1831, é enviado para os Estados Unidos pelo governo francês para estudar o sistema prisional americano. No entanto, o resultado de sua pesquisa se expande ao conhecer de perto a economia e a política que estavam sendo desenvolvidas na América do Norte, bem como suas reflexões sobre as leis que davam sustentação à democracia americana.

⁹⁵ Gramsci, nas datas especificadas nas duas cartas, encontrava-se preso na Penitenciária de Turim. É importante mencionar a prisão que o autor se encontrava, pois, nos anos em que estava sob a tutela do regime fascista, Gramsci foi transferido para três cárceres diferentes, sendo eles: Ustica, Cárcere de Milão e Penitenciária de Turim.

⁹⁶ Tatiana Schucht (1888 – 1943), irmã de Giulia e destinatária da maior parte das cartas carcerárias que foram, posteriormente, retransmitidas a outras pessoas, como à própria esposa de Gramsci, Giulia, aos familiares mais próximos e ao economista italiano Piero Sraffa (1898 – 1983).

⁹⁷ O *meccano* é uma marca de brinquedo do início do século XX. Os brinquedos eram, principalmente, pequenas miniaturas automáticas (mecanismo em miniatura) imitando as novas tecnologias próprias do século XX, como carros, locomotivas e aviões.

geral, penso que a cultura moderna (tipo americana), da qual o *meccano* é a expressão, torna o homem um pouco seco, maquinal, burocrático, e cria uma mentalidade abstrata (num sentido diferente do que se entendia por “abstrato” no século passado”). Houve a abstração determinada por uma intoxicação metafísica. Como deve ser interessante observar as reações desses princípios pedagógicos no cérebro de uma criança que antes de mais nada é nossa, e à qual estamos ligados por sentimentos muitos diversos do simples “interesse científico”. (GRAMSCI, 1991, p. 123).

Por outro lado, a carta de 20 de outubro, destinada à sua cunhada, Tatiana, acrescenta, na medida em que revela os novos elementos sobre o novo modo de produção que estava sendo desenvolvidos na América, refletidos pelo autor relativos à *cultura* americana, que seriam amplamente discutidos posteriormente em *Americanismo e fordismo* (1934). Nela, Gramsci expõe elementos importantes a respeito das modernas *indústrias do tipo Ford*. O filósofo já havia compreendido que “[...] um determinado ritmo de trabalho só é possível com certas compensações de integração do organismo e com certo método de vida”⁹⁸. Sendo assim, a carta descreve os “germes conceituais” que o autor irá desenvolver, anos mais tarde, no *Caderno 22* (1934), como: a questão da vida privada; a demanda por altos salários; o problema da composição demográfica. Em vista disso, cito uma parte importante do escrito:

[...] Além do mais, não se trata de um fenômeno individual; infelizmente difundiu-se e tende a se difundir sempre mais, como se vê pelas publicações científicas feitas em relação com os novos sistemas de trabalho introduzidos na América. Não sei se você acompanha essa literatura. É interessante também do ponto de vista psicológico, e são interessantes as medidas tomadas dos mesmos industriais americanos, como Ford, por exemplo. Ford tem um corpo de inspetores que controlam a vida privada dos dependentes e impõem aos mesmos o seu regime de vida privada: controlam até os alimentos, os ambientes domésticos, as horas de repouso e mesmo os afazeres mais íntimos; quem não se enquadra é despedido e não recebe os 6 dólares por dia de salário mínimo. Ford dá um mínimo de 6 dólares, mas quer gente que saiba trabalhar e esteja sempre em condições de o fazer, isto é, que saiba coordenar o trabalho com o regime de vida. Nós, europeus, somos boêmios, pensamos poder fazer certo trabalho e viver como quisermos, boemianamente: como é natural o mecanismo nos esmaga, e entendo maquinismo no sentido geral, como organização científica mesmo do trabalho mental. De modo absurdo, somos demasiado românticos, e para não sermos pequenos burgueses caímos na forma mais típica de pequeno-burguesismo que é justamente a boêmia. (GRAMSCI, 1991, p. 171-172).

Resume-se, portanto, que o autor compreendia o *americanismo* já na segunda década do século XX, como o problema-chave para assimilar as contradições dos *novos tempos*. Como veremos adiante, o *americanismo* foi a expressão da *indústria do tipo Ford*. É importante compreender que as lutas de classes no século XX diferem dos combates realizados nos séculos anteriores (*guerra de movimento e revolução permanente*), justamente

⁹⁸ C.f. GRAMSCI, 1991, p. 171.

por terem se desenvolvido novas relações sociais, modificando, assim, os campos destes enfrentamentos. A indústria capitalista se modernizou. Todavia, a *nova* indústria capitalista, ao invés de libertar, acirrou ainda mais a *luta pelo controle do trabalho humano*. A inspeção do trabalho por parte dos grandes industriais nas primeiras décadas do século XX saltou para dentro do processo produtivo. Os novos métodos de trabalho desenvolvidos pelo engenheiro Henry Ford⁹⁹, tencionou os corpos dos proletários industriais com modos cada vez mais mecânicos de trabalhar. Assim, como sabem, a ideia de Henry Ford era que se padronizasse:

[...] os produtos e fabricando-os numa escala imensa da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionando, por sua vez, a elevação da renda em vista de melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais. (PINTO, 2007, p. 30).

A indústria americana, sendo a sua expressão máxima o fordismo, como ficou conhecido o método aplicado pelo industrial, atualizou aos seus dias outro procedimento de controle baseado na cronometragem dos tempos dos operários: o taylorismo¹⁰⁰. O resultado se deu por meio da união do sistema de Taylor com a mecanização do trabalho, acompanhando o ritmo da linha de montagem. Assim, o fordismo soube unificar a velocidade própria do taylorismo aos movimentos dos trabalhadores de sua indústria, precisando em tempos cada vez menores, formas mais rápidas no modo de trabalhar. Ainda mais, o fordismo atuou na especialização simplista da atividade laboral, anulando a função criativa do trabalho, ao ponto dos movimentos dos operários se tornarem extremamente repetitivos podendo ser executados por qualquer indivíduo que tenha se tornado um “[...] simples apêndice da máquina”¹⁰¹. Portanto, ao se ler Ford fica evidente quais eram as *novas* necessidades a serem desenvolvidas para sua indústria. Em *Minha vida e minha obra* (1922), Ford acentua:

Nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário ao invés de levar o operário ao trabalho. Hoje todas as operações se inspiram no princípio de que nenhum operário deve ter que se abaixar.

Os princípios da montagem são:

1º Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase.

⁹⁹ Henry Ford (1863 – 1947) foi o fundador da indústria automobilística norte-americana Ford Motor Company. O empresário aplicou no processo produtivo a linha de montagem em série buscando aumentar os lucros e diminuir o tempo na produção dos veículos.

¹⁰⁰ O taylorismo foi um sistema de organização do trabalho formulado pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915).

¹⁰¹ C.f. MARX, 2007, p. 46.

2º Empregar planos-inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso, sempre que isso for possível.

3º Usar uma rede de deslizadeiras, por meio das quais as peças a montar se distribuem a distância. (FORD, 2012, p. 73-74).

E Ford conclui assegurando quais eram os resultados a serem alcançados:

O resultado destas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que, sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento (FORD, 2012, p. 73-74).

Assim, a originalidade de Ford se deu ao programar um mecanismo que percorre toda a linha de montagem, desde a “[...] primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final (como o acabamento do produto, por exemplo)”¹⁰². Destaca-se, no entanto, que os modernos métodos de trabalho exigiram como Gramsci desenvolve rigorosamente em seu *Americanismo e fordismo* (1934), um *novo tipo* humano, bem como novas competências “educacionais” próprias às indústrias Ford. Resume-se, portanto, que a *indústria de tipo Ford*, além de criar “novas” funções de trabalho; necessitar de um modelo de trabalhador; mecanizar a vida humana dentro e fora da indústria; a fábrica do engenheiro americano requereu a emergência de outra mentalidade, novos paradigmas de consumo, bem como uma rígida disciplina comportamental que se adequasse às novas relações de produção capitalistas.

2.2 O americanismo como revolução passiva: os novos métodos de trabalhos exigidos pela nova roupagem capitalista. Uma análise a partir do *Americanismo e fordismo* de Antonio Gramsci.

O século XX inicia imerso em uma *crise*¹⁰³ *orgânica*¹⁰⁴. A queda tendencial da taxa de lucro se manifestou na profunda Crise de 1929. O desequilíbrio do capitalismo foi essencial

¹⁰² C.f. PINTO, 2007, p. 31.

¹⁰³ O conceito de *crise* para Gramsci possui elementos únicos. A queda tendencial da taxa de lucro nas primeiras décadas do século XX, especialmente com a sua manifestação na Crise de 1929, é o resultado de um longo processo herdado das contradições inerentes ao capitalismo. As crises não produzem eventos fundamentais na história, no entanto, elas criam as condições necessárias, isto é, o terreno fértil à disseminação de determinados modos de pensar e agir. Assim, em Gramsci, o determinismo econômico não existe: a história não está determinada a trilhar apenas um caminho, seguindo os “rastros” deixados pelas crises. No entanto, é importante esclarecer que, as “crises orgânicas” não são determinadas pelas crises, mas, se manifestam como resultados das crises históricas intrínsecas ao modo de produção capitalista, estando a burguesia em seu centro. A burguesia na sua busca pelo domínio da *hegemonia* cria em seu processo de desenvolvimento crises cada vez mais intensas.

¹⁰⁴ Gramsci define o conceito de *crise orgânica* em conformidade com o conceito de *hegemonia*. O autor afirma que quando uma classe hegemônica perde o consenso sobre as classes dominadas, entretanto, permanece dominante por meio da pura força coercitiva, isso quer dizer as classes subalternas se distanciaram da *hegemonia*

para que Gramsci refletisse sobre as consequências históricas deixadas pela Primeira Guerra Mundial¹⁰⁵, bem como os efeitos causados no mundo ocidental pela Revolução Russa¹⁰⁶. Neste contexto de profundas mudanças econômicas e sociais, Gramsci constata o equívoco do movimento comunista ao acreditar no confronto direto com a classe burguesa organizada, defendendo que a crise do liberalismo não havia submetido o capitalismo ao fracasso, como considerava outros comunistas. O autor sardo percebe as inovações no campo das lutas de classes, afirmando que o enfrentamento no pós Primeira Guerra Mundial deveria ser travado no interior de uma “guerra de posição”. Como evidenciado no texto acima, a Primeira Revolução Industrial alicerçou as bases produtivas do sistema capitalista no continente europeu, todavia, como veremos a seguir, a estrutura produtiva, diante da crise, é transferida da Europa para os Estados Unidos. O século XX foi marcado por novas configurações geopolíticas. Segundo o autor, os Estados Unidos foram os portadores de novos arranjos na economia capitalista: as indústrias de Henry Ford assumiram a *dianteira na corrida do capitalismo internacional*. É evidente a grandeza de Gramsci ao pensar a crise italiana inseparável da dinâmica orgânica que o sistema capitalista impunha ao mundo ocidental nas primeiras décadas do século XX¹⁰⁷.

Convém destacar que o fordismo foi o instrumento de ação e resistência do capitalismo frente às “crises orgânicas” deixadas pelo imperialismo, pela Primeira Guerra

da classe dominante, buscando novas formas de organização social. O resultado pode ser evidenciado na máxima gramsciana de *que o velho morre, todavia, o novo não pode nascer*. Esse conflito entre o *velho e novo*, bem como *coerção e consenso*, criam as condições necessárias para as *crises orgânicas*. Verifica-se, como resultado, que a classe dominante se mantém dominante em períodos de *crises orgânicas* na medida em que conserva a autoridade coercitiva. Assim, a *crise orgânica* entendendo-a metodologicamente, é a marca profunda de uma diferença entre a *estrutura* de produção e as *superestruturas*, resultado de uma evolução contraditória entre as duas partes.

¹⁰⁵ A Primeira Guerra Mundial foi o enfrentamento das nações beligerantes. Primeiramente, a Primeira Guerra Mundial se estabeleceu no continente europeu, todavia, com a inflamação do conflito, o combate se espalhou para o restante do planeta. A Primeira Guerra Mundial inicia-se em 28 de julho de 1914, após o assassinato de Francisco Fernando da Áustria-Hungria (1863 – 1914), inflamando as relações entre as nações imperialistas. O resultado da Primeira Guerra Mundial e a crise por ela engendrada criaram as condições necessárias para a Segunda Guerra Mundial.

¹⁰⁶ A Revolução Russa ocorreu em outubro de 1917. A Revolução de Outubro foi o resultado da organização das classes trabalhadoras frente à *hegemonia* do capitalismo. A Revolução Russa derrotou a monarquia do país e levou ao poder o Partido Bolchevique, do intelectual e revolucionário Vladimir Lênin. A revolução se consolida como germe organizacional das massas desorganizadas e afugentadas, porém, *tendentes à unidade*. A unidade criada na Revolução de Outubro se fez como enfrentamento ao modo de produção capitalista, sendo o comunismo outra possibilidade histórica, visando reconstruir o *velho* modo de produção ao passo que colocava as classes subalternas no processo reconstutivo.

¹⁰⁷ VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci. 1926 – 1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Segundo Vacca, as atenções de Gramsci concentravam-se “[...] nos Estados Unidos, que, embora atingidos violentamente pelo lado financeiro da crise, surgem como o país mais capaz de inovações tecnológicas e já orientado para novas formas de regulação da economia (altos salários e alto consumo, isto é, o fordismo) que permitem superar a crise e encaminhar uma transformação do capitalismo inclusive além dos limites”. (p. 219).

Mundial, bem como pelo advento da Revolução Russa. Toma-se conhecimento que essas transformações moleculares se estabeleceram no ocidente na forma de uma *revolução passiva* deliberada a neutralizar os antagonismos da própria sociedade capitalista. Nesse sentido, o *americanismo* foi o modo desenvolvido para entorpecer as controvérsias inerentes ao modo produtivo burguês, não exclusivamente como medida econômica, mas, assumindo, também, um caráter ideológico. Portanto, a nova *revolução passiva*¹⁰⁸ pretendia redefinir as bases produtivas do capitalismo visando conter a queda tendencial da taxa de lucro, bem como neutralizar os antagonismos de classes dentro do “bloco histórico” do capitalismo avançado¹⁰⁹. Deste modo, iniciaremos nossas investigações consultado o *Americanismo e fordismo* (1934), de Gramsci.

No *Caderno 22* (1934) intitulado *Americanismo e fordismo*, Gramsci lança o seu olhar para o outro lado do oceano Atlântico, diretamente para os Estados Unidos da América. O autor sardo compreende o fordismo e o *americanismo*, por conta da crise do liberalismo, como uma tentativa de superar o *velho individualismo econômico*¹¹⁰, buscando alcançar na economia uma *organização programática*¹¹¹. No entanto, a busca por uma *economia programática* encontra nas *societas rerum*¹¹², bem como nas *societas hominum*¹¹³ formas de resistências através de desmedidas “[...] complicações, posições absurdas, crises econômicas e morais de tendências frequentemente catastróficas”¹¹⁴. Assim, o autor italiano afirma que toda

¹⁰⁸ Gramsci constata, além do *Risorgimento* e do *Americanismo*, uma terceira forma de *revolução passiva*: o fascismo. O fascismo é caracterizado pela intervenção do Estado na economia, bem como pela organização corporativista. A *revolução passiva* que ocorreu sob a tutela do fascismo visava, acima de tudo, modernizar o capitalismo italiano, manter os privilégios das classes tradicionais, e impor, por meio da coerção, novos métodos de trabalhos desconhecidos no continente europeu. Mas, sobretudo, o fascismo atuou, além de desenvolver as forças produtivas na Itália sob a égide das classes tradicionais, como reação à revolução proletária ocorrida na Rússia, desarticulando, em solo italiano, as organizações de classes representada no Biennio Rosso: conhecido no Brasil por Biênio Vermelho - período de profundas lutas de classes na Itália. O fascismo, como afirmou Scurati, que começou com a *exploração do rancor na área política*, termina como dinamizador do imperialismo capitalista italiano, assim como com o fortalecimento do capitalismo financeiro na península, além de desenvolver e expandir a política de massas.

¹⁰⁹ VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci. 1926 – 1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. O conceito de *revolução passiva* designa “[...] as modalidades de desenvolvimento de processos de transformações que ocorrem sob a direção das classes dominantes tradicionais porque as classes antagônicas não conseguiram prevalecer; no entanto, as mudanças que estas poderiam promover correspondem a uma exigência, que, por razões derivadas da história mundial, têm uma força incoercível e, portanto, impõem-se: mas ocorre sob a direção das velhas classes dirigentes e, assim, são adaptadas aos seus interesses e à perpetuação dos seus domínios”. (p. 210).

¹¹⁰ O “velho individualismo econômico” está ligado ao trabalho do artesão.

¹¹¹ Os métodos que a classe dominante capitalista utiliza foram extraídos da planificação econômica que estava sendo empregada na União Soviética: a economia programática. Gramsci entende que o fordismo e o fascismo recuperam essa planificação econômica visando ampliar a *hegemonia* do sistema capitalista.

¹¹² *Estrutura* produtiva.

¹¹³ *Superestruturas*.

¹¹⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 241.

investida que visa transformações nas relações sociais de produção, encontram, em seu processo de desenvolvimento, resistências em amplas classes.

As classes dominadas resistem, pois, teriam de ser direcionadas para novas formas de trabalho; mas, resistem também as classes altas pela retrógrada *composição demográfica* — da qual elas são expressão — dificultando as inovações de novos métodos produtivos¹¹⁵. As classes altas enfrentam os novos métodos uma vez que no seio da nova estrutura produtiva a posição delas haveria de ser substituída por novas posições de classes, bem como por modernos mecanismos de *acumulação e distribuição do capital*. A etiqueta americanizada da *economia programática* assume, portanto, a forma autêntica de uma *revolução passiva*. Para Gramsci, a *economia programática* buscava superar o “classismo” econômico através de um caráter reformista e moderativo, visando, primeiro, satisfazer os interesses das classes tradicionais. Deste modo, segundo o autor, ao buscar compreender a *rubrica* referente às relações desenvolvidas a partir do *americanismo*, algumas situações históricas devem ser analisadas:

Registro de alguns dos problemas mais importantes ou interessantes no essencial, embora à primeira vista pareçam não ser de primeiro plano: 1) substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação do capital financeiro, baseado imediatamente na produção industrial; 2) questão sexual; 3) questão de saber se o americanismo pode constituir uma “época” histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das “revoluções passivas” próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, ou seja, uma revolução de tipo francês; 4) questão da “racionalização” da composição demográfica europeia; 5) questão de saber se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo; 6) questão dos chamados “altos salários” pagos pela indústria “fordizada” e racionalizada; 7) o fordismo como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro; 8) a psicanálise (sua enorme difusão no pós-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determina; 9) o Rotary Club e a Maçonaria. (GRAMSCI, 2020, p. 242).

Destaca-se, primeiramente, o terceiro problema apontado pelo autor: se as bases do *americanismo* visavam apenas conceber uma “época” histórica de caráter passiva, ou, de maneira oposta, inclinava-se a se desenvolver por meio de uma “explosão”, possuindo, em

¹¹⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Para Gramsci, toda tentativa de mudança, seja ela progressista ou não, mas que seja iniciada “[...] por uma ou por outra força social não é algo sem consequências fundamentais: as forças subalternas, que teriam de ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com as novas metas, necessariamente resistem. Mas resistem alguns setores das forças dominantes, ou, pelo menos, aliados das forças dominantes”. (p. 241)

seu interior, os germes do jacobinismo próprios da Revolução Francesa. Se os elementos do *americanismo* fossem portadores de princípios organizativos próprios de outra possibilidade histórica, o *americanismo* poderia levar à supressão das relações capitalistas de produção. No entanto, se assumisse em sua fórmula traços de uma “*época*” histórica¹¹⁶, o *americanismo* não passaria de uma investida da classe dominante na sua busca pela *hegemonia* fragilizada, organizando e atualizando as forças produtivas do capitalismo em crise. À medida que a obra¹¹⁷ se revela, os elementos *passivos* da indagação referida acima assumem formas concretas, a saber: o *americanismo* foi o portador de novas e modernas forças produtivas *passivas* direcionadas pelas classes dominantes tradicionais.

A organização e a expansão do *americanismo* exigiram definidas estruturas produtivas racionalizadas, bem como modernas *composições demográficas*. Gramsci evidencia, portanto, a primeira na segunda nota de o *Americanismo e fordismo* (1934), a saber: a *racionalização da composição demográfica europeia*. Segundo o autor, a estrutura produtiva europeia, em especial a italiana, estava concentrada por uma antiga camada plutocrática herdeira dos sedimentos deixados nas relações feudais. Todavia, as camadas de chumbo que representavam as classes altas, ao perceberem as mazelas do *americanismo* revestidas em *valores de troca*, procuraram *conciliar o inconciliável*, ou seja, a anacrônica estrutura produtiva, aos novos métodos lucrativos desenvolvidos pelas indústrias de *tipo Ford*. Mas, afirma o autor, a “[...] introdução do fordismo encontra tantas resistências “intelectuais” e “morais” e ocorre sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extremada coerção”¹¹⁸. É preciso notabilizar que quando Gramsci afirma que o *americanismo* ocorreu na península *sob formas particulares e brutais*, refere-se, em vista disso, ao corporativismo fascista¹¹⁹. Segundo Gramsci, a Europa:

[...] quer fazer a omelete sem quebrar os ovos, ou seja, quer todos os benefícios que o fordismo produz no poder de concorrência, mas conservando seu exército de parasitas que, ao devorar enormes quantidades de mais-valia, agrava os custos iniciais e debilita o poder de concorrência no mercado internacional. (GRAMSCI, 2020, p. 242 - 243).

Por outro lado, nos Estados Unidos, a *composição demográfica* necessária para o *americanismo* era amplamente racionalizada. Manifesta-se que o país norte-americano não

¹¹⁶ No terceiro enunciado o autor atesta: “*revoluções passivas* próprias do século passado”. Ele está fazendo referências às *revoluções passivas* próprias do período do *Risorgimento*.

¹¹⁷ O substantivo refere-se ao *Caderno 22* (1934): *Americanismo e fordismo*.

¹¹⁸ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 242.

¹¹⁹ Gramsci, nos escritos carcerários, fez poucas referências ao substantivo masculino “fascismo”, devido à forte censura do regime fascista de Mussolini.

contava com uma história feudal, muito menos possuía em sua organização produtiva uma concentração de “classes parasitárias”, resultando, positivamente, na capacidade de inovação econômica e tecnológica. A Europa, ao contrário, estava imersa em profundas relações de classes mal resolvidas. Muitos países do continente europeu chegaram ao modelo produtivo capitalista, como também às relações liberais por uma “revolução sem revolução”. Resulta que vários países, inclusive a Itália, programaram a *estrutura* produtiva capitalista sem passar, efetivamente, pela revolução burguesa. Diante disso, as “classes parasitárias” resistiram, absorvendo em seu seio, enormes sedimentos passivos da sociedade. Assim, Gramsci assegura que a *composição demográfica* europeia se fazia largamente de forma irracional aos novos métodos produtivos do fordismo¹²⁰. E acrescenta: quanto mais “[...] antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica”¹²¹.

Deve-se estudar outra condição importante ligada às “classes parasitárias”: a questão da propriedade rural. Segundo Gramsci, a posse de pequenas e médias propriedades rurais não pertencia a quem, de fato, produzia riquezas. No entanto, elas estavam nas mãos dos camponeses improdutivos no percurso de vários séculos, sendo herdadas por meio de *meações*¹²² ou *enfiteuses*¹²³. O resultado dessas estruturas produtivas - próprias das relações acumulativas de capital até as primeiras décadas do século XX -, foram as responsáveis por manter a “[...] monstruosa figura do chamado “poupador de poupança”, isto é, de um setor de população economicamente passiva, que não apenas extrai do trabalho primitivo de um certo número de camponeses o próprio sustento, mas que ainda consegue poupar [...]”¹²⁴. Para

¹²⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Sobre a questão de a composição demográfica ser irracional aos novos métodos produtivos, bem como afirmar a permanência das “classes parasitárias”, faço-me valer de uma importante passagem descrita por Gramsci: “Goethe tinha razão ao demolir a lenda do ‘lazzaronismo’ orgânico dos napolitanos. Mas a questão consiste em ver qual é o resultado efetivo desta laboriosidade: ela não é produtiva e não se destina a satisfazer as necessidades e as exigências de classes produtivas. Nápoles é a cidade onde a maior parte dos proprietários rurais do Sul (nobres e plebeus) gasta sua renda da terra. É em torno de algumas dezenas de milhares destas famílias de proprietários, de maior ou menor importância econômica, com suas cortes de servos e lacaios diretos, que se organiza a vida prática de uma significativa parcela da cidade, com suas indústrias artesanais, com suas profissões ambulantes, com a enorme pulverização da oferta imediata de mercadorias e serviços aos desocupados que circulam pelas ruas. Outra importante parcela da cidade se organiza em torno da circulação de mercadorias e do comércio por atacado. A indústria “produtiva” (no sentido de que cria e acumula novos bens) é relativamente pequena, embora Nápoles seja incluída nas estatísticas oficiais como a quarta cidade industrial da Itália, depois de Milão, Turim e Gênova”. (p. 244).

¹²¹ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 243.

¹²² Entende-se por *meação* um contrato rural que determina a divisão do produto em duas metades: uma para o dono e a outra para aquele que a cultiva.

¹²³ Entende-se por *enfiteuse* o direito perpétuo de uma propriedade. A transferência de bens para herdeiros, garantindo a atual estrutura produtiva.

¹²⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 245.

Gramsci, esse modelo antiquado de produção de mais-valia conservou parcelas enormes de camponeses produtivos *no limite da fome*, ao passo que manteve o nível de vida “[...] elevado de uma importante massa de absolutos parasitas”¹²⁵. Outra situação própria da *composição demográfica*¹²⁶ europeia — no início do século XX — relaciona-se aos anos de trabalhos ativos de cidadãos europeus em relação aos trabalhadores norte americanos. Gramsci constata que os trabalhadores europeus em média trabalham menos do que os americanos. Assim, afirma o autor, o italiano “[...] médio se surpreende quando ouve dizer que um americano multimilionário continua ativo até o último dia de sua vida consciente”¹²⁷.

Os Estados Unidos por ser um país relativamente novo e sem tantas relações de classes em comparação aos desdobramentos milenares que criaram as relações sociais europeias, fez dele uma potência em nível mundial, no entanto, sem grandes *tradições históricas e culturais*. Assim, com a ausência das “classes parasitárias” — próprias das estruturas produtivas europeias —, a acumulação de capital na nação de Abraham Lincoln¹²⁸ se mostrou admirável aos novos métodos exigidos pelo capitalismo do século XX. Gramsci assegura, portanto, que a inexistência dessa *camada de chumbo* possibilitou a estrutura saudável para o desenvolvimento da nova indústria, bem como para o comércio.

Como a *composição demográfica* norte-americana era “racional” às novas condições impostas pela nova roupagem capitalista, racionalizar a produção na América se deu de forma progressista para as classes dirigentes. Deste modo, a introdução da indústria fordista nos Estados Unidos, assim como a racionalização da produção e do trabalho, ocorreu por intermédio de duas frentes: por meio da *força* e pelo uso do *consenso*. Segundo Gramsci, a *força* estava alinhada ao fechamento de sindicatos representativos ligados às classes trabalhadoras, bem como pela transformação da própria natureza humana¹²⁹; o *consenso* realizou-se por meio de benefícios sociais, como também pelo aumento dos salários (os

¹²⁵ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 245.

¹²⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. *A composição demográfica* irracional aos novos métodos produtivos, além de manter as classes em seu estado de conformidade, assumem, historicamente, outra função: paralisar o desenvolvimento histórico de uma nação. Como fica evidente a partir desse escrito de Gramsci: “Esta situação não se verifica apenas na Itália; em maior ou menor escala, existe em todos os países da velha Europa e, de modo ainda pior, existe na Índia e na China, o que explica a estagnação da história nestes países e sua impotência político-militar”. (p. 247).

¹²⁷ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 246.

¹²⁸ Abraham Lincoln (1809 – 1865) foi um político norte americano que serviu como o 16º presidente dos Estados Unidos, ocupando o cargo entre os anos de 1861 até seu assassinato em 1865. Lincoln assinou a 13ª emenda constitucional abolindo a escravidão nos Estados Unidos. Força produtiva esta que sustentou a acumulação de capital nos Estados Unidos por séculos.

¹²⁹ A natureza referida não é a natureza em sentido amplo, isto é, o mundo natural e físico. A natureza a ser modificada é a *natureza humana*, ou seja, o conjunto de traços que constituem o indivíduo: modos de pensar, modos de agir, modos de compreender e de se portar no mundo.

chamados altos salários), sem deixar de ocorrer uma fortíssima propaganda política e ideológica. É importante evidenciar que a *revolução passiva* imprimida na América verificou-se por meio do *consenso*: os altos salários e benefícios sociais persuadiram os trabalhadores a aceitarem o novo mecanismo produtivo. Contudo, a nova *hegemonia* germinada das relações de fábrica tendia a se expandir para toda *sociedade civil*. A América, afirma o autor:

“[...] não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões - certamente mais importante do que a chamada riqueza natural - de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares serem superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de incorporar estas atividades à própria atividade produtiva (cf. os experimentos feitos por Ford e as economias obtidas por sua fábrica através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economias que influíram sobre os custos de produção, ou seja, que permitiram melhores salários e menores preços de venda). Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (GRAMSCI, 2020, p. 247- 248).

Verifica-se, portanto, que para alcançar o modelo produtivo imposto pelo fordismo, tal como pelo *americanismo*, a necessidade de elaborar um *novo tipo de humano* se fez de suma importância. Constata-se que a “racionalização” da indústria estipulou a urgência de um *trabalhador de novo tipo*¹³⁰ devido aos métodos de trabalhos desenvolvidos pelas fábricas

¹³⁰ MARX, Karl. *Crítica do nacionalismo econômico*. Tradução de José Miranda Justo. Portugal: Antígona, 2009. Recupero o pensamento de Marx. O autor lança uma crítica mordaz ao processo produtivo capitalista, afirmando que a divisão do trabalho destrói a especialidade do trabalho ao passo que anula a subjetividade do trabalhador. A respeito disso, observa-se em seu discurso de 1848, conhecido como o *Discurso sobre a questão do comércio livre*, a desaprovação do autor alemão ao pronunciamento insidioso do então economista inglês John Bowring (1792-1872). Bowring afirmou em 1833, na Câmara dos Comuns, que a indústria capitalista deveria se desenvolver, no entanto, os trabalhadores que não se aperfeiçoarem aos novos métodos, por falta de iniciativa, deveriam procurar em outras áreas, novas funções. Todavia, em contestação ao argumento de Bowring, o filósofo materialista assevera que as palavras do economista inglês funcionam como *paliativo*, carregando consigo todo o caráter de hipocrisia que é corriqueiro em todos os discursos dos defensores do livre comércio que não se preocupam com as condições de vida dos trabalhadores. Para Marx, o discurso de Bowring concebe o trabalhador não como humano, mas como mero meio de produção, que, na medida em que a necessidade aumenta, o substitui por meios de produção menos onerosos. E Marx conclui o argumento salientando que “[...] O senhor Bowring fala de alguns males individuais e diz simultaneamente que esses males individuais fazem perecer classes inteiras; fala dos sofrimentos temporários no período de transição, e ao mesmo tempo em que fala de tais coisas não dissimula que para a maioria tais sofrimentos temporários equivaleram à passagem da vida para a morte, sendo que nos restantes casos significaram a transição para uma condição inferior àquela em que os indivíduos se encontravam antes. Se mais adiante diz que as desgraças desses operários são inseparáveis do progresso industrial e necessárias ao bem-estar nacional, diz-nos afinal que o bem-estar da classe burguesa tem por condição necessária a desgraça da classe trabalhadora”. (p. 131-132).

Ford serem, também, de *novo tipo*. O filósofo italiano compreende que a “[...] história do industrialismo foi sempre (e se torna hoje de modo ainda mais acentuado e rigoroso) uma luta contra o elemento “animalidade” do homem [...]”¹³¹. Esses processos sempre destrutivos da natureza humana tendem a se intensificar na medida em que novos métodos de trabalhos são criados e desenvolvidos por parte da fração grupal dominante. Portanto, a luta contra a “animalidade” do homem se faz através da sujeição dos instintos, ou seja, *animalescos e primitivos* às novas normas [...] e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo”¹³². Assim, todas as transformações:

[...] do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. (GRAMSCI, 2020, p. 262 - 263).

A “racionalização” da indústria estipulou a necessidade de desenvolver um novo modelo de trabalhador devido ao trabalho de *novo tipo*. Entretanto, essa fabricação do novo protótipo de trabalhador, no período analisado por Gramsci, estava ainda em processo de desenvolvimento. Afirma o autor que a *adaptação psicofísica* exigida pela nova indústria estava sendo encaminhada pela persuasão exercida pelo *consenso* alinhado aos altos salários. Deste modo, o processo de desenvolvimento adaptativo à nova indústria¹³³ ainda não havia se concretizado em uma ampla relação *superestrutural*, estando na “[...] na fase inicial, e, por

¹³¹ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 262.

¹³² C.f. GRAMSCI, 2020, p. 262.

¹³³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Na importante nota onze presente em *Americanismo e fordismo* (1934) intitulada *Racionalização da produção e do trabalho*, Gramsci lança o seu olhar para a União Soviética. O autor reflete sobre os caminhos tortuosos que a imposição da indústria poderia levar ao país: o *bonapartismo*. Gramsci aponta alguns problemas impostos por Trotski (Leão Davidovi), onde o intelectual considerava levar a industrialização da União Soviética por meio de uma imposição coercitiva. Segundo o autor italiano, a “[...] tendência de Leão Davidovi estava estreitamente ligada a esta série de problemas, o que não me parece ter sido devidamente esclarecido. Seu conteúdo essencial, deste ponto de vista, consistia na vontade “demasiadamente” resoluta (portanto não racionalizada) de dar supremacia, na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar, com meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção, de adequar os costumes às necessidades do trabalho. Dada a formulação geral de todos os problemas ligados à tendência, esta devia desembocar necessariamente numa forma de bonapartismo, do que resulta, portanto, a necessidade inexorável de derrotá-la. Suas preocupações eram justas, mas as soluções práticas eram profundamente erradas; neste desequilíbrio entre teoria e prática consistia o perigo, o qual, de resto, já se manifestara anteriormente, em 1921. O princípio da coerção, direta e indireta, na organização da produção e do trabalho é justo (cf. o discurso pronunciado contra Martov e incluído no volume sobre o *Terrorismo*), mas a forma que ele assumiu era errada: o modelo militar tornara-se um preconceito funesto e os exercícios do trabalho fracassaram”. (p. 265 - 266).

isso, (aparentemente) idílica”¹³⁴. No entanto, o fordismo requer outra mentalidade, bem como novas normas de conduta e consumo entre os trabalhadores, mas, acima de tudo, uma disciplina comportamental que se adeque à produção. Com efeito, a *adaptação psicofísica* consiste na alteração do *ethos*¹³⁵ entre o antigo e o *novo* trabalhador. Trata-se, pois, de substituir a obsoleta configuração psicofísica por outra que se ajuste “[...] à lógica da produção em série da linha de montagem, membro do corpo de um “trabalhador coletivo” melhor adaptado à lógica de uma subordinação real mais efetiva do trabalho ao capital¹³⁶. Nesse processo adaptativo entre trabalho - trabalhador, os instintos sexuais também sofreram retaliações por parte da indústria de Henry Ford.

Gramsci nos revela em algumas notas de *Americanismo e fordismo* (1934) que as relações sexuais¹³⁷ foram as que mais sofreram — depois do álcool — represálias por parte da indústria, bem como da *sociedade em desenvolvimento*. Repreender os instintos sexuais é ir contra, necessariamente, a ordem natural. Os abusos das relações sexuais respondem pelos desgastes das energias necessárias aos novos métodos de trabalho. Assim, verifica-se, pois, os interesses de industriais, a exemplo de Henry Ford, sobre a vida privada de seus trabalhadores. Os empreendimentos feitos por Ford na intervenção:

[...] com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são um indicio destas tendências ainda “privadas” ou latentes, que podem se tornar, num certo ponto, ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros do “verdadeiro” americanismo, etc. (GRAMSCI, 2020, p. 268).

As relações sexuais, além de marcarem biologicamente as características da reprodução combinando particularidades genéticas, exercem, também, a função de “esporte”. Nesse sentido, os novos modos de trabalhos exigiram ações repressivas do sexo como “esporte”, refreando, assim, o dispêndio das energias motoras necessárias à produção. O sexo na lógica capitalista — na época do *americanismo* — deveria ser regulado na medida certa, a saber: perpetuar racionalmente a espécie - no caso força de trabalho proletária —, garantindo, assim, a continuidade do processo acumulativo capitalista. Em conjunto com as relações

¹³⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 248.

¹³⁵ Entende-se *ethos* por costumes, hábitos, caráter moral e comportamento. É o conjunto dos traços e identidade do coletivo.

¹³⁶ C.f. MELLO, 1996, p. 89.

¹³⁷ A nota onze intitulada *Racionalização da produção e do trabalho* nos revela a importância da monogamia para as novas relações produtivas. O indivíduo vadio gasta parte de suas energias na busca por sempre novas relações sexuais, inadequadas ao novo industrialismo; ao passo que a monogamia prende o trabalhador a uma única relação sexual, diminuindo o dispêndio de energias, estas necessárias às novas funções.

sexuais, Gramsci reflete sobre o papel que o “puritanismo” assumiu no ordenamento da vida social como instrumento repressivo dos instintos sexuais. O autor sardo observa como “[...] os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias [...]”¹³⁸. O “puritanismo” se tornou uma “ferramenta” reguladora dos instintos sexuais. Os interesses dos industriais pela religião de origem inglesa¹³⁹ devem ser estudados minuciosamente, isto é, não se constrói um novo trabalhador exigido pela indústria racionalizada enquanto “[...] o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado”¹⁴⁰.

Os Estados Unidos, portanto, foram os portadores dos novos modos de repressão e proibição impostos pelas classes altas aos domínios da vida privada das classes baixas. Os aspectos proibitivos, seja embargando o consumo do álcool por meio da Lei Seca¹⁴¹, seja mediante a regulação das relações sexuais, esteve intrinsecamente ligado às necessidades iminentes de criar e imprimir na *sociedade civil*, ou seja, solidificar nas amplas relações *superestruturais*, um novo arquétipo de trabalhador, bem como um novo modelo de homem. Para Gramsci, na América:

[...] a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem. (GRAMSCI, 2020, p. 266).

Na verdade, o objetivo real das classes dirigentes no processo de reorganização hegemônica do capitalismo em crise por meio da etiqueta de uma *revolução passiva*, esteve

¹³⁸ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 252.

¹³⁹ O puritanismo.

¹⁴⁰ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 252.

¹⁴¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. A Lei Seca, conhecida também como O Nobre Experimento, entrou em vigor nos Estados Unidos entre os anos de 1920 a 1933. Com a Lei Seca, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas foram expressamente proibidos no país. Defende-se que a Lei Seca foi criada a partir da explosão de vendas de automóveis nos Estados Unidos. Todavia, Gramsci assegura que a Lei Seca esteve por trás da necessidade de criar outro modelo de trabalhador, exigida pelos novos métodos de trabalho da indústria “racionalizada”. Entretanto, as classes altas continuaram consumindo as bebidas alcoólicas graças às “forças marginais”, no caso a máfia, contrabandeando as bebidas e vendendo no mercado negro para as classes altas a preço exorbitantes. Assim, o proibicionismo “[...] que era nos Estados Unidos uma condição necessária para desenvolver o novo tipo de trabalhador adequado a uma indústria “fordizada”, foi derrubado pela oposição de forças marginais, ainda atrasadas, e não certamente pela oposição dos industriais ou dos operários”. (p. 241).

amplamente conectado às necessidades de uma nova relação *psicofísica* entre os antigos e os novos trabalhadores; bem como a anulação do “[...] profissional qualificado que exigia certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto maquinal”¹⁴². Assim, a busca dos industriais americanos, especialmente Ford, dos elementos do “puritanismo”, se afasta do componente religioso. Por isso Gramsci assegura que eles — os industriais — não se preocupavam:

[...] com a “humanidade”, com a “espiritualidade” do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas. Esta “humanidade e espiritualidade” só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na “criação” produtiva; ela era máxima no artesão, no “demiurgo, quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é precisamente contra este “humanismo” que luta o novo industrialismo. As iniciativas “puritanas” têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. (GRAMSCI, 2020, p. 267).

E Gramsci prossegue na nota onze denominada *Racionalização da produção e do trabalho*, evidenciando que o industrial:

[...] americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador ativo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente com frequência sem que isso provoque grandes perdas. O chamado alto salário é um elemento dependente desta necessidade: trata-se do instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho para mantê-los de modo estável. Mas o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficácia muscular nervosa, e não destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado. (GRAMSCI, 2020, p. 267).

Levando-se em consideração os aspectos apresentados, pode-se afirmar que os “novos modos de vida”, que se disseminaram sob a legenda de *americanismo*, foram as tentativas precedentes de sistematizar a nova e moderna base produtiva, como também a iniciativa “[...] superficial e macaqueadora dos elementos que começaram a se sentir socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolutora) da nova estrutura em formação”¹⁴³. O *americanismo*, enquanto expressão do novo modelo produtivo do capitalismo frente ao *velho* visava, sobretudo, em seu processo de expansão, *esmagar* as camadas improdutivas europeias,

¹⁴² C.f. GRAMSCI, 2020, p. 266.

¹⁴³ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 280.

colocando-as em movimento, inserindo-as no avançado modelo produtivo do capitalismo americano. O *americanismo* representava o desespero das “classes parasitárias”, pois, sem o *corporativismo* empreendido pelo fascismo italiano, a ultrapassada base produtiva de acumulação de capital das “classes parasitárias” seria aniquilada pelo moderno e imponente modelo americano. Mas, por outro lado, o *americanismo* não foi o embrião de uma “*explosão*” de tipo francês, todavia, garantiu por meio de uma *revolução passiva* que o modo de produção capitalista se expandisse, mesmo sob nova roupagem.

A solução encontrada para o capitalismo na Europa foi o advento do fascismo. Os princípios do liberalismo permitiram a formação de sindicatos representativos trabalhistas, como também das organizações partidárias das classes dominadas, sendo a expressão concreta da ascensão das classes subalternas no cenário político nacional e internacional, considerando os resultados da Revolução de Outubro. Todavia, a implementação do *americanismo* na Europa necessitava exclusivamente da passividade das classes subalternas, bem como da modernização do retrógrado modo de produção capitalista. Nesse processo entre o *velho* e o *novo* as organizações acumulativas de mais-valia das “classes parasitárias” seriam, também, substituídas. Assim, pode-se afirmar que o “novo liberalismo” que se fez na forma de uma *revolução passiva* na Europa foi o *corporativismo* fascista. O fascismo alicerçado sob as bases do *corporativismo* visava reformar a base produtiva individualista — própria do liberalismo —, em organizada, bases do *corporativismo*. O fenômeno fascista foi, portanto, o regime inseparável do capitalismo atrasado europeu frente aos modernos métodos produtivos introduzidos na América, pois, buscava preservar pela roupagem *corporativista* frações do setor agrário pertencentes às classes altas, assim como os detritos *passivos* das “classes parasitárias”. Com efeito, o *corporativismo* foi a configuração alcançada ao combate das *mazelas* do liberalismo, conservando as classes plutocráticas no atual estado das coisas, afunilando, ainda mais, as lutas de classes na península. O *corporativismo* também desejava submeter às classes subjugadas ao poder impositivo do Estado fascista, de modo que o Estado corporativo pudesse regular, pelas forças das armas, a produção e o trabalho. Assim, o *corporativismo* fascista empreendia a necessidade de organizar a indústria burguesa europeia aos novos métodos de trabalhos desenvolvidos por Henry Ford. Não obstante, Gramsci considerava o *americanismo*, assim como o fascismo como sendo duas respostas organizadas à “crise orgânica” que assolou o século XX. O fascismo imprimiu por vias coercitivas o *americanismo* na Itália. Em vista disso, o fascismo italiano foi o próprio alento do capitalismo na Europa, pois, não representou a substituição de “tipo radical jacobina” de uma classe, por

outra. No entanto, se fez por meio da mudança não revolucionária de uma força exploratória, por outra.

Por esse motivo, o *americanismo* continuou a exploração capitalista, por outros meios. O fenômeno americano foi, de fato, uma *revolução passiva*, pois, atualizou de cima para baixo, o modelo exploratório do capitalismo, por outros ainda mais modernos. Assim, o *americanismo* se fez, principalmente, por meio: 1) da expansão ideológico-cultural do modo de produção capitalista; 2) por intermédio do florescimento superestrutural dos modernos métodos de trabalho; 3) mediante a *coerção* e o *consenso*; 4) pelas necessidades dos novos tempos de se alcançar uma “economia programática”; 5) pela retomada da direção hegemônica capitalista em momentos de “crises orgânicas”; 6) por meio da transferência das bases produtivas da Europa para os Estados Unidos; 7) pela passagem da “guerra de movimento” para a “guerra de posição”, cujo “[...] representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo”¹⁴⁴. Portanto, o *americanismo* assumiu a forma de uma *revolução passiva*, pois:

[...] no caso do americanismo (entendido não só como vida de bar, mas também como ideologia do Rotary Club), de um novo tipo de civilização, é algo que pode ser deduzido do fato de que nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano. (GRAMSCI, 2020, p. 281).

2.3 O corporativismo como fundamento político e social do fascismo italiano.

O conceito de *hegemonia* permeia os *Cadernos do cárcere*. Pode-se afirmar, portanto, que o exercício “natural” da *hegemonia* em “tempos normais”, caracteriza-se pelo equilíbrio entre a *força* e o *consenso*: a *força* não ultrapassa o *consenso*, mas, ao invés disso, ela se apóia no *consenso* da maioria. No entanto, ocorre que em períodos de “crises orgânicas” o mecanismo hegemônico se fragmenta, tornando o *exercício da hegemonia* cada vez mais difícil. Quando o *aparelho hegemônico se quebra*, a *coerção* toma o lugar do *consenso* impondo por meio da pura força a *hegemonia* das classes dominantes.

As crises de *hegemonia* penetram as relações entre dominantes e dominados, manifestando-se, assim, nas crises de direção (crise de autoridade), bem como pela perda de continuidade dos partidos tradicionais, ou seja, o desequilíbrio se revela em uma crise de governabilidade. Ocorre que as crises de *hegemonia* são os termômetros que marcam as

¹⁴⁴ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 300.

instabilidades entre os dirigentes e os dirigidos: os dirigidos começam a se desprender do *consenso* da atual ordem social que solidifica as relações sociais. Por tal motivo, Gramsci sintetiza as causas dessas crises de *hegemonia* afirmando que as classes dirigentes tradicionais ao perderem o *consenso* das classes dominadas, passam a impô-lo por meio da *força*. A crise de *hegemonia* que levou a América a desenvolver o fordismo e a sua expressão na forma do *americanismo*, conduziu a burguesia europeia à fase econômica corporativa¹⁴⁵ “[...] que volta à concepção do Estado como pura força”¹⁴⁶. A “crise orgânica” que se manifestou no século XX foi a manifestação catastrófica do mundo burguês: a burguesia não conseguiu se desenvolver e avançar nos valores liberais-democráticos.

No livro intitulado *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*, o autor Gianni Fresu nos revela que após as abolições dos sindicatos ligados às classes proletárias, “[...] no ano de 1927, e a partir da aprovação da Carta del Lavoro¹⁴⁷ no mesmo ano, é realizado um sistema de intermediação entre capital e trabalho chamado corporativismo¹⁴⁸”. O *corporativismo*¹⁴⁹, portanto, nasce da necessidade de imprimir na

¹⁴⁵ Gramsci ao analisar o corporativismo parte de dois livros de Nino Massimo Fovel: *Rendita e salario nello Stato sindacale* (1928); *Economia e corporativismo* (1929).

¹⁴⁶ C.f. VACCA, 2012, p. 224.

¹⁴⁷ A Carta del Lavoro (A Carta do Trabalho) foi o documento no qual o Partido Nacional Fascista (de Mussolini) apresentou as orientações que deveriam nortear as novas relações de trabalho impostas pelo regime. A Carta del Lavoro criou com ela o Tribunal do Trabalho com o dever de considerar os interesses entre o capital e o trabalho, assim como eliminar os seus conflitos internos. A Carta foi publicada no jornal *Lavoro d'Italia* em 23 de abril de 1927, contendo no total de 30 teses. Dentre as 30 teses, destacam-se: Tese 2: “O trabalho, em todas as suas formas de organização e execução, intelectuais, técnicas, manuais, é um dever social. Por isso, e somente por isso, é tutelado pelo Estado. Do ponto de vista nacional, o conjunto da produção é unitário; os seus objetivos são unitários e se resumem no bem estar individual e no desenvolvimento do poder”; Tese 3: “A organização sindical ou profissional é livre. Mas, só o sindicato legalmente reconhecido e subordinado ao controle do Estado tem direito de representar legalmente toda a categoria dos empregadores ou dos trabalhadores, em virtude da qual é constituído; de defender seus interesses perante o Estado e às demais associações profissionais; de celebrar contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os membros da categoria; de impor a eles contribuições e de exercer, com respeito aos mesmos, funções delegadas de interesse público”; Tese 5: “A magistratura do trabalho é o órgão pelo qual o Estado intervém para regular as controvérsias do trabalho, quer elas se refiram à observância dos pactos e de outras normas existentes, quer às determinações de novas condições de trabalho”; Tese 6: “As associações profissionais legalmente reconhecidas asseguram a igualdade jurídica entre os empregadores e os empregados, mantendo a disciplina da produção e do trabalho, promovendo o seu aperfeiçoamento. As corporações constituem a organização unitária das forças de produção, representando integralmente seus interesses. Devido a esta representação integral, sendo os interesses da produção, interesses nacionais, as corporações são reconhecidas por lei como órgãos do Estado. Como representantes dos interesses unitários da produção, as corporações podem ditar normas obrigatórias sobre a disciplina das relações de trabalho e também sobre a coordenação da produção, sempre que tenham sido devidamente autorizadas pelas associações coligadas”; Tese 19: “As infrações à disciplina e os atos que perturbem a atividade normal da empresa cometidas pelos empregados, são punidas, conforme a gravidade da falta, com multa, com pena de suspensão, e nos casos mais graves, com a despedida imediata, sem indenização. “Serão especificados os casos em que o empregador pode aplicar a multa, a suspensão, ou a despedida imediata sem indenização”.

¹⁴⁸ C.f. FRESU, 2017, p. 67.

¹⁴⁹ FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017. O pensador Gianni Fresu nos indica que o “[...] corporativismo tem sua origem na teoria da Igreja Católica

península italiana uma alternativa dessemelhante à economia liberal, como também neutralizar os conflitos de classes internos. Ele foi a possibilidade encontrada para a *racionalização* do atrasado aparelho produtivo capitalista italiano. Para Gramsci, o *corporativismo* empregou o caráter de “polícia econômica”¹⁵⁰, ao reprimir as organizações de classes e sindicais que se valiam das “mazelas” do liberalismo. Por outro lado, o *corporativismo* fascista visava através de uma *revolução passiva* manter a economia italiana nas mãos das classes dirigentes tradicionais, simbolizadas nas corporações como “bloco industrial produtivo autônomo”; assim como garantir vivos os elementos *parasitários* da sociedade. Portanto, no *corporativismo* fascista não é o livre mercado que regula a economia, mas o próprio Estado. Nesse quadro, as “classes parasitárias” continuam protegidas, assim como as suas riquezas através de títulos oferecidos pelo Estado¹⁵¹. As modificações são “substanciais” e o processo acumulativo de capital passa a ser intermediado pelo próprio Estado corporativo fascista¹⁵². Retornando a obra de Fresu, cito uma importante passagem:

O corporativismo era a teoria político-social do fascismo, e na concepção de Mussolini deveria ser uma terceira via entre o socialismo e o capitalismo, capaz de superar o conflito de classe desagregador da unidade nacional e contrário aos interesses nacionais. Segundo esta teoria, o liberalismo e o marxismo afirmavam uma concepção da sociedade baseada sobre o domínio de uma classe, a burguesia ou o proletariado, enquanto o corporativismo afirmava a necessidade de superar o conflito entre as classes para alcançar uma conciliação dos interesses através da intermediação do Estado, com instituições parasitárias de empresários e trabalhadores. Com o corporativismo o fascismo abandona a sua abordagem liberal na economia, característica do período de 1921 - 1925, para voltar a uma concepção de Estado forte que participa da economia, com o primado do público sobre o privado. (FRESU, 2017, p. 67).

e em particular na encíclica *Rerum Novarum*, de 1892, do papa Leão XIII, na qual, além da condenação do modernismo e das teorias liberais e socialistas, se afirmava a tarefa da solidariedade social, ou seja, a exigência de juntar, e não dividir, as classes através da criação de corporações das profissões com a simultânea presença de proprietários e operários”. (p. 67).

¹⁵⁰ O termo empregado por Gramsci de “polícia econômica” pode ser compreendido em ampla acepção: o substantivo “polícia” não se refere apenas ao serviço repressor estatal destinado a “combater” a criminalidade. Mas é concedido também como o agrupamento de forças organizadas pelo próprio Estado, visando defender determinadas forças hegemônicas, assim como certos poderes políticos ligados às classes tradicionais. Com a lei de 3 de abril de 1926, o caráter repressivo de “polícia econômica” fica evidente no regime fascista, pois, com ela veio o abolimento dos direitos de greves, bem como a supressão dos sindicatos livres. Os sindicatos poderiam existir, entretanto, inseridos na atual ordem política vigente: administrado pelo Estado corporativo fascista.

¹⁵¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Para Gramsci, a “[...] massa dos poupadores busca se desfazer completamente das ações de todo tipo, altamente desvalorizadas; prefere as obrigações às ações, mas prefere os títulos do Estado a qualquer outra forma de investimento. Pode-se dizer que a massa dos poupadores quer romper toda ligação direta com o conjunto do sistema capitalista privado, mas não recusa sua confiança ao Estado: quer participar da atividade econômica, mas através do Estado, que garanta um juro módico, mas seguro”. (p. 276 - 277).

¹⁵² No *corporativismo* o Estado se transforma em uma empresa concentradora de riquezas. Infere-se que esse novo modelo econômico se fez na Itália como uma *revolução passiva*. Ele efetuou mudanças moleculares na estrutura econômica sem alterar as preexistentes classes plutocráticas. O *corporativismo* visava transformar a economia sem grandes rompimentos com as classes tradicionais.

É preciso pontuar que Gramsci nos *Cadernos do cárcere*, principalmente no *Caderno 22* (1934), certifica que a incumbência do *corporativismo* não visava anular a diferença entre o capitalismo e os proletários, no entanto, se revelava moderativa e conservadora. Na nota 6 proveniente de *Americanismo e fordismo*, denominada *Autarquia financeira da indústria*, o filósofo marxista nos revela essas contradições. O autor italiano inicia suas reflexões por intermédio de um artigo de Carlo Pagni, intitulado *A proposito di un tentativo di teoria pura del corporativismo*¹⁵³, publicado na revista *Riforma Sociale*, nos meses de setembro e outubro de 1929¹⁵⁴. O artigo mencionado examinou dois livros de Nino Massimo Fovel, importantes para Gramsci, sendo eles: *Rendita e salario nello Stato sindacale*¹⁵⁵ (1928); e *Economia e corporativismo* (1929). Gramsci assegura que Carlo Pagni não compreendeu corretamente Fovel, pois, o autor de *Economia e corporativismo* (1929), concebe “[...] o “corporativismo” como premissa para a introdução na Itália dos mais avançados sistemas americanos do modo de produzir e de trabalhar”¹⁵⁶. Na mesma nota supracitada, Gramsci explana algumas curiosidades sobre a trajetória profissional de Fovel, porém, vê como “significativo” na tese do autor, a parte em que ele compreende o *corporativismo* como um “bloco industrial-produtivo autônomo”. Ao *bloco corporativo*, segundo a teoria de Fovel, estava reservada a resolução:

“[...] em sentido moderno e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparelho econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade que se apropriam de uma parcela excessivamente vultosa da mais-valia, contra os chamados “produtores de poupança”. (GRAMSCI, 2020, p. 265).

Outra característica do pensamento de Fovel — que Gramsci irá contrapor adiante — é a defesa do *corporativismo* como iniciativa produtiva lançada a resolver em sentido interno a produção, tencionando o *bloco produtivo* a desenvolver métodos de fabricação a “custos decrescentes”, permitindo, assim, uma quantidade maior de mais-valia aos empresários, como também um retorno saudável para os produtores proletários, na forma de altos salários. Assim, para Fovel, o novo *bloco produtivo industrial* deveria fundamentar suas bases no *componente produtivo capitalista*, isto é, a “[...] a aliança entre capitães da indústria e pequenos burgueses poupadores deveria ser substituída por um bloco de todos os elementos

¹⁵³ *A proposito de uma tentativa de teoria pura do corporativismo.*

¹⁵⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 254.

¹⁵⁵ *Renda e salário no Estado sindical.*

¹⁵⁶ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 255.

diretamente eficazes na produção [...]”¹⁵⁷. Todavia, sabemos, de fato, que isso não ocorreu na península italiana. O corporativismo fascista não só preservou às classes poupadoras a garantia de suas funções organizativas na sociedade italiana, como assegurou a sua permanência.

O autor marxista descredibiliza Fovel ao certificar suas deficientes análises a respeito do *corporativismo*. Ao contrário do que defendia Fovel, Gramsci sublinha a importância para as classes tradicionais do Estado burguês na Itália. Gramsci enxerga o *corporativismo* como o mecanismo moderativo entre os vários interesses em disputa na península. Acentua o autor que a orientação:

[...] corporativa não surgiu das exigências de uma transformação das condições técnicas da indústria nem mesmo daquelas de uma nova política econômica, mas, ao contrário de uma polícia econômica, exigências agravadas pela crise de 1929 e que ainda estão em curso. (GRAMSCI, 2020, p. 257).

Para Gramsci, o *corporativismo* exerceu a função de “polícia econômica”. Assim, seguindo seu pensamento, se faz importante esclarecer, afinal, alguns pontos relacionados ao conceito de “polícia”. Para o autor, o conceito de “polícia” está intrinsecamente associado ao conceito de Estado: à medida que o conceito de Estado se expande, amplia-se, também, o conceito de “polícia”. É correto afirmar que o conceito de Estado sofreu demasiadas modificações desde o final do século XIX até o início do século XX. Com efeito, para Gramsci, a polícia não é entendida apenas como instituição repressiva do Estado burguês, destinada ao combate da marginalidade. Mas, desde as lutas de classes na França (1948)¹⁵⁸, bem como os enfrentamentos das várias forças em disputa, buscando pela força das armas, a conquista hegemônica na nação de Napoleão Bonaparte¹⁵⁹, que o conceito de Estado se aprofundou em mudanças. Em vista disso, a polícia deixou de ser apenas um “serviço” oferecido pelo Estado burguês, tornando-se também um agrupamento destinado a organizar e conservar o domínio econômico e político das classes dirigentes tradicionais. Gramsci concebe, portanto, até mesmo os partidos políticos - a exemplo do fascismo - como organizações afirmativas da função de “polícia” *investigativa e repressiva*. Entretanto, o conceito de “polícia” se expande (ainda mais) na medida em que adentramos a ótica

¹⁵⁷ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 257.

¹⁵⁸ Sobre a luta de classes na França, destacam-se as análises de Marx. Uma série de artigos a respeito foram publicados seguindo o calor do momento, entre eles: *As lutas de classes na França - de 1848 a 1850; O 18 Brumário de Luis Bonaparte; A Guerra Civil na França*.

¹⁵⁹ Napoleão Bonaparte (1769 – 1821) foi um líder político e militar francês, durante os últimos anos da Revolução Francesa.

investigativa do pensador sardo: tornando-se “polícia progressista”, como também “polícia reacionária”.

Como sabemos, as “crises orgânicas” lançam as massas subalternas no epicentro organizativo das lutas de classes, elevando-as progressivamente rumo à tomada de posição na *sociedade civil*. Assim, resulta que a “polícia”, nesses casos, se faz progressivamente ao manter na legalidade da organização as camadas dominadas, estas distanciadas da ordem hegemônica burguesa; ao passo que se torna “reacionária” ao buscar impedir que as forças ativas das classes subalternas se elevem e conquistem a direção hegemônica da sociedade, resgatando, por meio da *força*, as posições arbitrárias das classes dominantes tradicionais. Deste modo, pode-se afirmar, portanto, que o regime soviético, diante da *hegemonia* burguesa, exerceu a função de “polícia progressista” para as classes dominadas; ao passo que o movimento fascista destinou suas energias realizando a função de “polícia reacionária”¹⁶⁰.

Voltemos à nota 6 do *Caderno 22* (1934). O autor sardo sublinha que os *trabalhadores qualificados* italianos em nenhum momento foram contrários às inovações tecnológicas que visavam baixar os custos da produção, bem como “[...] à racionalização do trabalho, à introdução de automatismos mais perfeitos e de mais perfeitas organizações técnicas do conjunto da empresa”¹⁶¹. Gramsci assinala, portanto, que todo empenho de fazer “[...] da fábrica um centro de organização sindical (recordar a questão dos comissários de empresas) foi vigorosamente combatida e resolutamente derrotada”¹⁶². Os operários italianos por meio das ocupações de fábricas no início dos anos 20 foram os portadores de novas e “[...] modernas exigências industriais e que, a seu modo, defenderam-nas implacavelmente [...]”¹⁶³. Todavia, para que as *novas e modernas* inovações delegadas pelos operários industriais se efetivassem na península, uma complexa cadeia de massas improdutivas deveria ser esmagada, aniquilada, como também posta no centro da produção. Por tal motivo, acentua Gramsci a importância do movimento corporativo. Afirma:

[...] o movimento corporativo existe e, sob alguns aspectos, as realizações jurídicas já ocorridas criaram as condições formais nas quais a transformação técnico-econômica pode se verificar em larga escala, já que os operários não podem se opor a tal transformação nem podem lutar para se tornarem eles mesmos seus porta-bandeiras. (GRAMSCI, 2020, p. 258).

¹⁶⁰ C.f. LIGUORI, 2017, p. 629.

¹⁶¹ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 257.

¹⁶² C.f. GRAMSCI, 2020, p. 257 - 258.

¹⁶³ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 258.

Torna-se necessário, em consequência do que foi revelado, elucidar que o elemento negativo de “polícia econômica”, intermediado pelo Estado corporativo, suplantou “[...] o elemento positivo da exigência de uma nova política econômica que renove, modernizando-a, a estrutura econômica social da nação [...]”¹⁶⁴. Assim, o *corporativismo* se apresentou como “polícia econômica” ao reprimir em solo italiano os conflitos de classes, como também as liberdades de organizações políticas. Por isso, é necessário destacar que dentre as pluralidades objetivas defendidas pelo movimento corporativo, a supressão da ordem sindical livre se fez como causa primeira. Vale reconhecer que o *corporativismo* suprimiu as organizações sindicais livres na península italiana, no entanto, consolidou novas organizações sindicais de valor comum, ou seja, subordinadas à política do Estado fascista. Outra característica própria do *corporativismo* fascista foi a de adaptar no país de Gramsci, o modelo norte-americano de “economia programática”. Vale ressaltar que a “[...] americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado”¹⁶⁵. O Estado evidentemente, segundo o autor italiano, é o Estado liberal burguês. Mas, não o modelo liberal que assegura através de valores democráticos — conquistados pelos trabalhadores por meio de suas lutas — que a luta de classes avance e se organize no sentido mais brutal da exploração capitalista. Destarte, Gramsci sublinha:

O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio. (GRAMSCI, 2020, p. 259).

Após “eliminar” os conflitos de classes na península, como também assegurar a nova roupagem do capitalismo na Itália, o *corporativismo* absorveu em seu seio os interesses das classes médias. O Estado corporativo criou “novos rentistas”. Ao contrário do que defendia Fovel, a orientação corporativa atuou para preservar as posições das classes médias ameaçadas pelas lutas de classes, tal como pelo novo modo de produzir importado da América. Deste modo, o movimento corporativo exerceu a função de “[...] conservação do que existe tal como existe e não uma mola propulsora”¹⁶⁶. Assim, o *corporativismo* pode ser:

[...], portanto, o caminho de passagem para uma “economia média”, que substitui o velho mecanismo auto-regulado através do mercado e da livre-concorrência por

¹⁶⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 258.

¹⁶⁵ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 259.

¹⁶⁶ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 259.

“elementos de planos”, isto é, com instrumentos de controle do ciclo e das contradições. Nesse quadro, as classes produtoras de poupança podem continuar a existir como tais e desempenhar o seu papel, porém, no interior de uma modificação substancial em sua relação com a acumulação e o processo produtivo que é agora mediado pelo Estado; o próprio processo da crise leva a massa de poupadores a desfazer-se das ações e encaminhar-se para os títulos do Estado. O Estado é assim investido de uma função essencial no sistema capitalista, torna-se uma empresa que concentra a poupança para colocá-la à disposição da atividade privada, isto é, torna-se “investido a médio e longo prazo”. (BENEDETTO, 2001, p. 13).

O *corporativismo* assume, pois, um caráter “anticatastrofista” sob a etiqueta de uma *revolução passiva*. Como mencionado no texto acima, o pensador marxista não compactua com o caráter determinista da crise do capitalismo, podendo levar ao colapso das relações de produção. Não obstante, enxergam o *americanismo*, assim como o *corporativismo* como mecanismos passivos articulados a superar a crise sem grandes transformações nas estruturas das classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Com efeito, a crise do capitalismo — intensificada pela Primeira Guerra Mundial, tal como pelo “crash” da bolsa de Nova Iorque, em 1929 —, foi vista por Gramsci como passível de administração, impondo ao mundo produtivo, bem como nas relações *superestruturais*, novas e modernas formas de *revoluções passivas*. No quadro exposto, as *revoluções passivas* provocam nas classes dominantes habilidades para controlar as crises, podendo, assim, assimilar novamente seus valores, suprimindo as contradições fundamentais “impostas” pelas classes dominadas “[...] e evitando que as mesmas se tornem protagonistas da crise como “massa”, como conjunto”¹⁶⁷. Através de tais mecanismos passivos, o capitalismo encontra saídas novas:

Continua sempre a existir uma saída: a orientação corporativa, que se origina de uma situação tão delicada, cujo equilíbrio social é preciso manter a todo custo para evitar uma enorme catástrofe, poderia avançar através de lentíssimas etapas, quase imperceptíveis, que modifiquem a estrutura social sem abalos repentinos: até mesmo a criança melhor e mais solidamente enfaixada se desenvolve, apesar disso, e cresce. (GRAMSCI, 2020, p. 259).

O *corporativismo* apresenta-se, portanto, como a “política econômica” para se opor à “crise orgânica” presente nas relações sociais italianas. Assim, o próprio Estado corporativo cria seus próprios elementos de unidade, como “[...] a criação do IRI (Instituto de Reconstrução Industrial), do IMI (Instituto Mobiliário Italiano) e a nacionalização dos maiores bancos lançando as bases da ‘economia mista’”¹⁶⁸. Conceituando a afirmação acima, cito a nota 14 denominada, *Ações, obrigações, títulos de Estado*. Para Gramsci:

¹⁶⁷ C.f. BENEDETTO, 2001, p. 14.

¹⁶⁸ C.f. VACCA, 2012, p. 229-230.

O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (*holding* estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo (criação italiana dos vários Institutos, de crédito mobiliário, de reconstrução industrial, etc.; transformação do Banco Comercial, consolidação das Caixas Econômicas, criação de novas formas na poupança postal, etc.). (GRAMSCI, 2020, p. 277).

Em suma, liga-se ao *corporativismo* a supressão dos conflitos entre as classes antagônicas, como também a desarticulação dos sindicatos livres. Outra característica própria do *corporativismo* foi preservar o *status quo* nas relações das classes fundamentais, garantindo apenas *substanciais* modificações entre elas. O conceito de *corporativismo* está conectado ao fordismo e sua expressão compreendida como *americanismo* ao constituir-se como condição possível para a racionalização da indústria sem grandes abalos para as classes altas nos países industriais periféricos: a exemplo da Itália das primeiras décadas do século XX. Conclui-se, portanto, a breve exposição a respeito do conceito de *corporativismo* com a concisa passagem de Palmiro Togliatti¹⁶⁹ (1893 – 1964), em sua obra, *Lições sobre o fascismo*:

Concluindo, os pontos fundamentais a fixar são os seguintes: 1) o regime corporativo é um regime inseparável da reação política completa, da destruição de todas as liberdades democráticas; 2) o regime corporativo corresponde a um grau avançado da economia e a uma forma com a qual o capitalismo financeiro busca reforçar suas posições na vida econômica do país; 3) a forma do Estado deve ser totalitária, de maneira a poder manter sob seu controle as amplas massas trabalhadoras; 4) as corporações são instrumentos para reprimir qualquer tentativa de nova luta das massas trabalhadoras; 5) as corporações são um instrumento para a propaganda ideológica da colaboração de classe; 6) embora se disfarce sob uma ideologia anticapitalista, as corporações representam a organização mais reacionária do regime capitalista. (TOGLIATTI, 1978, p. 113).

¹⁶⁹ Palmiro Togliatti (1893 - 1964) foi um político e membro do Partido Comunista Italiano (PCI).

3. O FASCISMO COMO RESPOSTA AOS PROBLEMAS DO SÉCULO XX: A REAÇÃO DAS CLASSES DOMINANTES ATRAVÉS DE UMA *REVOLUÇÃO PASSIVA* E A ESTERILIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES POPULARES.

3.1. O espelho do fascismo: “o dilúvio selvagem das paixões, do ódio, dos desejos”.

O advento do fascismo¹⁷⁰ na Itália possui *causas precisas*¹⁷¹. Em meio a vários estudos e pesquisas a respeito do fenômeno coercitivo, o método materialista histórico, formulado por Marx e Engels, usado por Gramsci através de sua “filosofia da práxis”, evidencia-se como categoria interpretativa. O estudo conceitual do regime político instituído na Itália no ano de 1922, não deve limitar-se às bases de outros eventos opressores, mas ser entendido como *expressão política ocidental*, ligado aos interesses das classes dominantes que viram a sua *hegemonia* fragmentada frente à “crise orgânica”. Por isso, Gramsci aponta que as classes dominantes estavam imersas em uma profunda “crise de hegemonia”, levando-as ao resgate da *direção* fragilizada através de vias diretas, isto é, através da violência coercitiva¹⁷². Se *hegemonia* para Gramsci representa “[...] a capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado [...]”¹⁷³, a “crise de hegemonia”, que aparece no pós-guerra (mas já estava viva nas relações sociais), se fez com essa camada proletária lançando-se em posições de sublevação social contra a direção das classes dominantes, bem como pela fraqueza organizativa das classes dirigentes tradicionais.

A “crise”, portanto, se revela por fissuras no interior do *consenso* das classes dominantes, criando, assim, as condições necessárias para aquilo que Marx chamou de “etapa de revolução¹⁷⁴”. Ainda assim, no núcleo dessas contradições do capitalismo, as classes dominantes conduzem uma *revolução passiva* — em quadros diferentes e de acordo com determinadas estruturas sociais — por meio de cooptação e transformações (*transformismo*) de grupos inteiros em processos de emancipação, infertilizando a autonomia política das

¹⁷⁰ PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007. Dentro da cultura historiográfica, Robert O. Paxton, afirma que “[...] se alguma coisa começa quando adquire um nome, podemos datar com precisão o início do fascismo. Ele começou numa manhã de domingo, em 23 de março de 1919, na reunião realizada na Piazza de San Sepolcro, em Milão”. p. 51.

¹⁷¹ C.f. FRESU, 2020, p. 27.

¹⁷² PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007. Segundo Robert O. Paxton, a “[...] crise do capitalismo, segundo os marxistas, deu origem ao fascismo. Incapazes de assegurar a contínua expansão dos mercados, o acesso cada vez mais amplo às matérias-primas e a mão-de-obra sempre barata e obediente, por meio da operação normal dos regimes constitucionais e do livre-mercado, os capitalistas viram-se obrigados, segundo os marxistas, a encontrar novas maneiras de alcançar esses objetivos pela força”. p. 43.

¹⁷³ C.f. GRUPPI, 1978 p. 5.

¹⁷⁴ C.f. MARX, 1978, p. 130.

massas populares. No entanto, Gramsci não aceita a leitura de que o fascismo foi apenas o resultado direto das reações às classes subalternas em processo de libertação. Para o autor sardo, as causas do movimento fascista, logo regime (1922), devem ser buscadas bem antes dos conflitos instaurados na segunda década do século XX.

Diante disso, revelam-se as principais causas que levaram o arbítrio fascista à Itália por mais de vinte anos: a) a crise do liberalismo e a decomposição dos velhos equilíbrios dominantes; b) a consolidação da política de massas e as classes populares; c) a passagem da *guerra de movimento* para a *guerra de posição*; d) a questão *meridional*; e) e a “crise orgânica”. Ou seja, os períodos dramáticos que cercam o desenvolvimento do capitalismo.

Em decorrência disso, devemos adquirir clareza conceitual em relação às condições materiais da época, como também compreendermos as contradições das *relações sociais de produção* que levaram ao comando da Itália, o fascismo de Mussolini. Por isso, ao obtermos o entendimento sobre os fatos, podemos, porventura, diante uma nova ameaça fascista, organizar a luta efetiva contra os novos ceifadores da liberdade. Em função disso, utilizaremos como método interpretativo as análises de Gramsci, partindo de suas reflexões dos anos como líder revolucionário (1910 – 1926), bem como as de “filósofo prático” (1926 – 1937); “praticidade” imposta à força ao pensador comunista nos anos em que esteve encarcerado nos centros prisionais do Duce¹⁷⁵.

Gramsci compreendeu o fascismo como o resultado direto ligado à I Guerra Mundial, tanto quanto relacionado à resposta encontrada pelas classes tradicionais à Revolução de Outubro, de 1917. Dentro desse contexto de profunda instabilidade política e econômica, o autor marxista não considerou a burguesia italiana - fragmentada em posições políticas diferentes -, como um “bloco social” amplo e homogêneo. Por esse motivo, e diante da “crise orgânica” que afetou tanto a *estrutura* quanto a *superestrutura*, a burguesia (italiana) interrompeu seu processo expansivo.

É importante destacarmos que o conceito de “crise”, para Gramsci, possui capacidades interpretativas únicas. As “crises” são circunstâncias geradas nas contradições sociais que podem levar a uma situação de ruptura ou continuidade da ordem sócio-econômica capitalista. Elas indicam, portanto, os cenários de entusiasmos coletivos, na qual as massas antes aprisionadas na ordem das classes dominantes, subitamente, se colocam em movimento, agilizando processos progressivos ou regressivos, antes imperceptíveis e demorados. A “crise” que se inicia no pós-guerra foi o resultado do *estilhaçamento* do aparelho hegemônico

¹⁷⁵ Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883 – 1945).

dominante, pois, segundo Gramsci, após a quebra do dispositivo burguês, o *consenso* ligado à fase expansionista da ideologia dominante, não se formou por meios normais. Some-se a isso que o fenômeno fascista apareceu como a investida na saída da “crise de hegemonia”, marcada, principalmente, pelo desprendimento das massas subalternas na cena política.

Assim, Gramsci afirma que a “crise orgânica” deve ser precisamente compreendida como a fragmentação entre a *estrutura* e a *superestrutura*, ou seja, no processo da não correspondência entre essas relações, no momento em que a *superestrutura* se fortalece em não conformidade com as contradições impostas pela *estrutura* ligada ao mundo burguês. Diante disso, as classes dominantes acostumadas a *dominar* e *dirigir* as classes subalternas, vendo escorrer-lhes das mãos a hegemonia, culpou, ferozmente, a doutrina econômico-política ligada ao liberalismo¹⁷⁶, pois, segundo elas, esta permitiu conciliar posição inconciliável: a emancipação política dos estratos subalternos e os interesses econômicos das classes dominantes. Por consequência, aponta Gramsci, o fascismo se apresenta como o regime “prático”¹⁷⁷ responsável por fazer frente aos problemas do presente, mostrando-se como a “terceira via” entre o liberalismo e o comunismo.

Além do fascismo, assumir a função de restaurar a velha ordem das classes dirigentes pelo uso das armas coube também a ele concretizar a passagem do capitalismo atrasado e extemporâneo para o capitalismo financeiro¹⁷⁸. Na península mediterrânea essas transformações se efetivaram na união entre o Estado fascista e o sistema produtivo, assumindo a forma combativa do *corporativismo*. Uma função inerente ao *corporativismo* foi a de amparar posições periclitantes das classes tradicionais (pequena e média burguesia). O agrupamento profissional de organizações econômicas não ousou eliminar as classes tradicionais fragilizadas pelo grande capital, pela crise, pela revolução, mas, ao contrário, conservá-las. Essa concentração das classes dirigentes em corporações tuteladas pelo Estado (fascista) visou, também, combater as adversidades do liberalismo (doutrina iluminista baseada na liberdade individual, econômica, política e religiosa), pois, compreendeu a ordem liberal como a responsável por permitir no seu interior a organização das classes subalternas, levando a possível vitória do comunismo também à Itália. Em razão disso, as *causas precisas*

¹⁷⁶ C.f. PAXTON. 2007, p. 135.

¹⁷⁷ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 300.

¹⁷⁸ O capitalismo financeiro coincide com a terceira fase do capitalismo surgida nas primeiras décadas do século XX. As evoluções do capitalismo: 1) capitalismo comercial ou mercantil (pré-capitalista), nos séculos XV-XVIII; 2) capitalismo industrial (industrialismo), nos séculos XVIII-XIX; 3) capitalismo financeiro (monopolista), a partir do século XX. As principais características do capitalismo financeiro: a) controle da economia por bancos e corporações; b) grandes empresas transnacionais; c) a força da bolsa de valores nas negociações de capitais; c) modernização das forças produtivas por meio dos avanços tecnológicos e científicos.

inerentes ao fascismo estão na “[...] profundidade da crise europeia antes e depois da I Guerra Mundial, mas a sua influência vai bem além dessa realidade histórica e geográfica”¹⁷⁹.

Por isso, ao conduzirmos estudos em direção ao fascismo, precisamos, necessariamente, concebê-lo como movimento histórico inseparável das relações internacionais que convergiram, após um longo processo de maturação, nos conflitos bélicos e reacionários nas primeiras décadas do século XX. Se o século analisado por Eric Hobsbawm em *A era dos extremos* esteve marcado por desmedidas mudanças nas relações econômicas, políticas e morais, as suas raízes encontram-se profundas, nas transformações precipitadas pela Revolução Industrial, levando às modernas e ainda contraditórias relações sociais; nas conflitantes atividades políticas acumuladas por séculos de desigualdade, bem como na confiança irrefletida no “progresso” industrial¹⁸⁰.

Desta forma, o século XX foi determinado por novas configurações econômicas e geopolíticas na *estrutura* e *superestrutura*, ligadas ao modo de produção capitalista. Gramsci, pensador atento, se fez consciente disso. As notas contidas nos escritos carcerários, em especial, as registradas no ano de 1934, no *Caderno 22*, mostram essas novas relações.

Americanismo e fordismo (1934) do pensador e líder do PCI (Partido Comunista Italiano), não trata apenas das rigorosas análises relacionadas à fase moderna do desenvolvimento do capitalismo na América do Norte, mas, sobretudo, das próprias relações que se afirmavam na Itália. Gramsci desenvolve na sexta nota intitulada *Autarquia financeira da indústria*¹⁸¹, o importante conceito de *corporativismo*. Segundo consta no escrito, Massimo Fovel afirmou que o *corporativismo* visou suprimir as obsoletas relações feudais italianas na medida em que consolidava as modernas forças produtivas, geradas na América, no país de Dante Alighieri¹⁸². Todavia, Gramsci discordou das análises empreendidas pelo autor de *Economia e corporativismo* (1929). Para o filósofo marxista, o *corporativismo* não foi o responsável pela modernização das forças produtivas em nível nacional, mas, ao contrário, exerceu a função de “polícia econômica”. Portanto, indo completamente na contramão do que sustentou Fovel, o *corporativismo*, afirma o autor, não eliminou os depósitos semi-feudais arraigados na península, mas os protegeu por meio dos “títulos¹⁸³” oferecidos pelo Estado fascista, bem como pelo uso da violência. Com efeito, reconhece-se que o *corporativismo*

¹⁷⁹ C.f. FRESU, 2020, p. 27.

¹⁸⁰ C.f. FRESU, 2020, p. 27.

¹⁸¹ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 254.

¹⁸² Dante Alighieri (1265 – 1321) foi um poeta e escritor florentino. Considerado o maior poeta da língua italiana, definido como *il sommo poeta* (o grande poeta).

¹⁸³ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 277.

vestiu-se com a roupagem “passiva” e regressiva do fascismo, em comparação ao “progresso” do *americanismo*, pois, afirmou em terras italianas, os elementos retrógrados e reacionários da “polícia econômica”¹⁸⁴.

Outro ponto importante ligado ao início do fascismo está relacionado à questão imperialista. As classes dominantes no impulso por recursos necessários às indústrias produtoras de *valores de uso*¹⁸⁵ lançaram as potências europeias na busca por colônias, estas subjugadas no continente africano. O resultado: um profundo desequilíbrio nas relações diplomáticas entre as nações europeias, como também a perda das funções político-dirigentes da pequena e média burguesia italiana. A corrida por novas colônias somadas às contradições entre as potências europeias capitalistas, intensificadas pela “crise de hegemonia”, fez emergir das relações contrastantes do sistema capitalista, em 1914, a I Guerra Mundial. A guerra permitiu que as classes médias e a pequena burguesia italiana retomassem a sua influência política na península, defendendo ideologias intervencionistas que logo se converteria em Estado institucionalizado: o Partido Nacional Fascista (PNF). Assim, com o fim do intervencionismo bélico, bem como pela fissura nas relações de comando deixadas pelo imperialismo, a pequena e média burguesia - a principal base de apoio do fascismo - ficou sem a sua função de comando. Sobre isso, Fresu esclarece:

A transformação do capitalismo em imperialismo tem duas consequências fundamentais para o quadro que leva ao nascimento do fascismo: 1) o processo de concentração e centralização dos capitais acaba por destruir a função econômico-produtiva da pequena e média burguesia, que, como escreve depois Gramsci, torna-se essencialmente uma classe política, especializada na intermediação, com características parasitárias; 2) o conflito permanente, para o controle mundial das áreas coloniais sob a influência das nações imperialistas, torna a potência militar o instrumento fundamental do enfrentamento político ao nível internacional e a guerra mesma uma atividade considerada funcional para a evolução social e o progresso, com funções de palingênese na ininterrupta luta entre “civilidade” e “incivilidade”. (FRESU, 2017, p. 34).

Outra característica desses conflitos pode ser investigada nas mudanças políticas próprias do século XIX. Gramsci dedicou extensos estudos a respeito da situação criada no Ocidente. Compreendeu a diferença entre as *sociedades ocidentais* e as *sociedades orientais*. As *sociedades ocidentais*, afirma o autor, são marcadas pela relação entre o Estado e a

¹⁸⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 257.

¹⁸⁵ Marx, em *O Capital*, desmistifica o processo produtivo do sistema capitalista. No capítulo primeiro intitulado *Mercadorias*, na nota os *dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância e quantidade do valor)*, o pensador alemão nos apresenta os conceitos de *valores de uso* e *valores de troca*. Assim, por *valores de uso* Marx define a “utilização ou consumo”, isto é, a utilidade assumida pela mercadoria finalizada pelo processo social produtivo capitalista, visando, em consequência, *valores de troca* para os donos dos meios de produção, ou seja, o lucro.

sociedade civil; o Estado burguês localiza-se dentro de “trincheiras” protegidas por uma vigorosa *sociedade civil*. Ao passo que nas *sociedades orientais* a *sociedade civil* encontra-se rudimentar, sobressaindo a *sociedade política* e a ação direta do Estado. Para Gramsci, no Oriente:

[...] o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2014, p. 266).

No entanto, o autor marxista percebeu essas transformações por meio da passagem da *guerra de movimento* para a *guerra de posição*, passagem esta própria das *sociedades ocidentais*. Para Gramsci, a “crise orgânica” do século XX foi o resultado de vários eventos iniciados a partir de 1870, como a expansão colonial, por exemplo. Neste contexto, destacamos que a *guerra de movimento* (revolução permanente) apareceu antes de 1848, com as experiências jacobinas impressas no campo de batalha da Revolução Francesa. Nesse período, os partidos¹⁸⁶ políticos¹⁸⁷ encontravam-se em estado de gestação, bem como a *sociedade civil* ainda não exercia a sua função de convencimento por meio do *consenso*. Nesse estágio, portanto, os aparatos de *hegemonia* da classe dominante eram insuficientemente desenvolvidos, e os sindicatos não expressavam as necessidades das classes subalternas. No interior desse “bloco histórico” a grande protagonista era a *sociedade civil* com o peso de seus aparelhos militares-estatais.

No entanto, esse período se transformou completamente após 1870. As relações entre os Estados tornaram-se estruturadas e complexas, e a arte militar foi substituída pela *hegemonia* da *sociedade civil*. No seio dessas transformações, a *sociedade civil*, através da ampliação do Estado (*sociedades ocidentais*) passou a exercer maior peso sobre todo o campo social. Esse processo ficou conhecido pelo que Gramsci conceituou por: a passagem da

¹⁸⁶ C.f. NERES, 2012, p. 17.

¹⁸⁷ O partido político é uma invenção moderna. Pode-se afirmar que os partidos são conquistas importantes para as sociedades contemporâneas, pois são mecanismos organizativos de classes. No interior desses mecanismos cada classe social segue suas ambições: a burguesia enxerga o partido como órgão responsável por legitimar e ampliar seus interesses; a classe dominada concebe o partido como instrumento de transformação social. Antes dos partidos políticos, sempre prevaleceu a vontade política de determinadas castas (clero, monarquia, senhores feudais); sem que as frações das classes dominadas - ainda não proletárias - tivessem seus interesses representados. A partir do século XIX, com a ampliação do Estado burguês, os primeiros partidos representativos são criados. Gramsci tem um profundo debate a respeito dos partidos políticos. Para o autor sardo, o “moderno príncipe”, entendido como o partido revolucionário ligado à classe proletária, direciona as classes subalternas rumo à revolução, bem como à criação da “vontade coletiva” desgarrada da hegemonia dominante, necessária para dar homogeneidade às lutas dos subalternos rumo a uma sociedade sem classes.

guerra de movimento para a *guerra de posição*. Nesse contexto de inovações na arte política somada às potências europeias em fibrilação social, buscando *posições* decisivas na corrida por seus interesses, eclodiu o conflito bélico, inaugurando a I Guerra Mundial. No interior das nações beligerantes, as classes subalternas, inconformadas com os valores das classes dominantes, buscaram outras formas de organização social e econômica. Elas se lançaram no epicentro da luta de classes, tomando posições favoráveis aos seus interesses, intensificando a crise que germinou e nasceu no continente¹⁸⁸. O combate no seio das *sociedades ocidentais* e das *guerras de posições* se afasta das formas inadequadas relevadas nas *guerras de movimentos*, mas através de intensos *transformismos* e concentração hegemônica exercida pelas classes dirigentes na retomada do *consenso*. Portanto, na sétima nota do *Caderno 13* (1932 – 1934), intitulada, *Questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social*, Gramsci conceitua essa passagem:

A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massas e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais face das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente” própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra. (GRAMSCI, 2012, p. 24).

Dentro desses conflitos próprios das *sociedades ocidentais*, duas saídas se apresentaram ao capitalismo: o fascismo e o *americanismo*. Um fato importante: cada uma delas estava imersa em conjunturas de classes e econômicas diferentes. O fascismo apareceu como solução retrógrada e regressiva, ou seja, como a “[...] raivosa defesa da ordem estabelecida tradicional, do sistema de privilégios e da estratificação dos arrendatários parasitas que ao longo dos séculos se acumularam na sociedade europeia”¹⁸⁹. Por outro lado, o *americanismo* constituía a “[...] perspectiva programática de abandono do antigo

¹⁸⁸ C.f. BURGIO, 2014, p. 242.

¹⁸⁹ C.f. FRESU, 2020, p. 227.

individualismo econômico, portanto progressivo e racional, embora também marcado por suas íntimas contradições”¹⁹⁰. Em solo estadunidense, o *americanismo* se fez como ação ativa do capitalismo frente à "crise orgânica" impressa na *queda tendencial da taxa de lucro*. O sistema produtivo americano investiu pesado na modernização das forças produtivas necessárias a dar outra roupagem ao sistema capitalista, cujas relações se encontravam obsoletas no continente europeu, construindo, em seu interior, uma crise entre a *estrutura* e a *superestrutura*¹⁹¹.

Some a isso que o *americanismo* exigiu uma moderna composição demográfica, isto é, as condições favoráveis para as modernas formas de produção. Essa composição demográfica saudável destruiria as camadas plutocráticas nos países que viveram as relações feudais e, conseqüentemente, seus antigos modos de produção. Ao contrário do continente europeu, o país anglo-saxão, por não possuir raízes feudais e vários conflitos internos em disputa, conseguiu, sem o uso da coerção extrema, inserir toda a nação na produção¹⁹². Isso para um italiano médio, afirma Gramsci, era surpreendente, pois, se assustava quando ouvia dizer que um “[...] americano multimilionário continua ativo até o último dia de sua vida consciente”¹⁹³. Diante disso, evidenciam-se algumas resistências encontradas no *americanismo*. A Europa, em especial a Itália, estava imersa nessa “camada de chumbo” herdeira dos “patrimônios dos avós”¹⁹⁴ alicerçada em subsistências “parasitárias”.

Chegamos ao ponto central da nossa discussão. Compreender como essas relações americanas afetariam essas camadas da pequena e média burguesia, bem como destruiria o *status quo* parasitário das classes “parasitárias”, caso fosse implementada seguindo a lógica do *americanismo*. Para Gramsci, as tentativas de inserir o *americanismo* na Europa, encontraram “[...] tantas resistências “intelectuais” e “morais” e ocorre sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extremada coerção”¹⁹⁵.

Na ilha mediterrânea, o compromisso de programar os avançados métodos produtivos advindos da América, colidiu diretamente com os interesses das resistentes camadas plutocráticas e “parasitárias” fortemente organizadas, como também com alguns setores da pequena e média burguesia. Como Gramsci mostrou no *Caderno 19* (1934 – 1935), a

¹⁹⁰ C.f. FRESU, 2020, p. 227.

¹⁹¹ C.f. MARX, 1978, p. 130.

¹⁹² C.f. GRAMSCI, 2020, p. 243.

¹⁹³ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 246.

¹⁹⁴ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 243.

¹⁹⁵ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 242.

resistência dessas camadas da sociedade italiana é secular, e mesmo o processo de unificação (o *Risorgimento*) não conseguiu desfazer.

Contudo, em meio a esse processo de resistência se mostrou a contradição dessas camadas da sociedade. As classes tradicionais italianas gostariam de conciliar a riqueza do *americanismo* com os seus interesses, mas sem lhes retirar a direção política da nação e a submissão dos subalternos. Suas vontades eram claras: superar a crise por meio do *americanismo* e rivalizar com as potências capitalistas; mas, no interior da composição demográfica italiana. Gramsci responde a isso na seguinte passagem: a pequena e média burguesia e as classes “parasitárias” gostariam de “[...] conciliar o que, até prova em contrário, parece inconciliável: a velha e anacrônica estrutura social-demográfica europeia com uma forma moderníssima de produção e modo de trabalhar”¹⁹⁶.

Gramsci compreendeu que a composição demográfica italiana era completamente diferente da americana¹⁹⁷. A Itália carregava a divisão secular entre o Norte (desenvolvido) e o Sul (agrário); relação esta estudada pelo filósofo em *A questão meridional*. O Norte do país era o centro financeiro, a metrópole capitalista: a cidade de Roma correspondia ao centro administrativo do Estado burguês; Milão representava o ponto central comercial e financeiro (os bancos); e Turim, concentrava o cerne industrial¹⁹⁸. O Sul, ao contrário, era a Itália dos pés descalços; o *mezzogiorno* agrário; a resistência feudal; a composição demográfica atrasada; a região do país confundida com as suas próprias colônias. E no interior dessa região tão desigual imperava radiante a pequena e média burguesia latifundiária, consumindo as forças dos trabalhadores subalternos em condições semi-feudais de miséria. Mas, no prelúdio do *americanismo* essas classes se organizaram e resistiram mesmo sedentas dos *valores de troca*, elas se estruturaram e se defenderam. Era mais fácil manterem-se improdutivas e viver da exploração dos subalternos do Sul, do que permitirem a modernização do país por completo, mas terem de trabalhar. Conceituando essa relação:

O americanismo, para realizar-se concretamente, precisa de uma condição preliminar de “composição demográfica racional”, ou seja, que não existiam grandes classes sem uma função essencial no mundo produtivo, “classes parasitárias”. Ao contrário, a civilização europeia, e sobretudo a meridional, caracterizou-se pela proliferação de classes similares geradas pela riqueza e complexidade da história passada, que deixaram um amontoado de sedimentos passivos por intermédio dos fenômenos de saturação e fossilização de funcionários e intelectuais estatais, clero e propriedade de terra, comércio de rapina e Exército. (FRESU, 2020, p. 228).

¹⁹⁶ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 242.

¹⁹⁷ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 243.

¹⁹⁸ C.f. GRAMSCI, 2004, p. 387.

Neste contexto de passividade e diante do “perigo” do *americanismo*, a pequena e média burguesia se fascista. O fascismo que nasceu das ideologias de poetas como D’Annunzio¹⁹⁹, bem como do *futurismo* de Marinetti²⁰⁰, ou até mesmo da noção de “nação capitalista” e “nação proletária”, de Corradini²⁰¹, amplia a sua base de apoio nessa pequena parcela das classes dirigentes tradicionais.

Gramsci é um pensador da dialética materialista. Disso resulta que todas as suas investigações filosóficas partem das relações materiais concretas que estruturam toda a experiência humana²⁰². Como sabemos, a história da sociedade está entrelaçada ao movimento da luta de classes, como bem afirmou, décadas antes, Marx e Engels²⁰³. Assim, seguindo a orientação conceitual dos dois pensadores alemães, o comunista sardo constata que o fascismo não foi uma digressão na história, muito menos um acontecimento que irrompeu naturalmente no percurso organizativo da humanidade. Não obstante, o regime teve início nas limitações do mundo burguês, na insuficiência da unificação nacional, como, também, na “[...] debilidade das suas classes dirigentes, na utilização permanente do transformismo como meio de consolidação do poder, e na tendência endêmica à subversão reacionária das classes dirigentes”²⁰⁴.

A era desenvolvimentista de Giolitti não fez mais do que intensificar a distância entre o Norte e o Sul (questão *meridional*), desprezando as necessidades dos povos *meridionais* e as suas contradições de vida fundamentais. Gramsci percebeu que o desenvolvimento econômico da Itália esteve constantemente conectado à questão *meridional*. Giolitti que desfrutou da força de resolver tais quadros econômicos e políticos preferiu continuar a submissão

¹⁹⁹ Gabriele D’annunzio (1863 – 1938) foi um poeta e líder reacionário italiano. O poeta foi um dos principais articuladores da “Marcha sobre Roma”, em 1922. Em meio a um conflito armado, D’Annunzio tomou a cidade de Fiume em 1919, em companhia de seus *Legionários*. Em várias cartas trocadas com Mussolini, a “Marcha sobre Roma” esteve no centro da discussão.

²⁰⁰ Filippo Tommaso Marinetti (1876 – 1944) foi um poeta reacionário, jornalista e ativista político italiano. Marinetti foi criador e articulador do programa político conhecido como *futurista*, em 1919. Seguindo os passos de Cavour, Marinetti propunha um programa político e econômico na Itália de cunho liberal.

²⁰¹ Enrico Corradini (1865 – 1931) foi o fundador da Associação Nacionalista Italiana, em 1910, que, em 1923, juntou-se ao Partido Nacional Fascista (PNF). Gramsci escreveu um texto *não assinado* em 19 de agosto de 1916, publicado no *Avanti!*, intitulado, *Luta de classes e guerra*. No texto, Gramsci refuta o fundador da ANI. Corradini defendeu posições contrárias ao pensamento de Marx, no interior do método marxista. A passagem que o autor comunista aponta para a distorção conceitual feita por Corradini ao pensamento de Marx, está na definição de “nações proletárias” e “nações capitalistas”. Segundo o autor sardo, o campo ideológico defendido por Corradini, serviria, anos depois, como base teórica na sustentação do uso da violência no campo da luta política. Corradini insultou Marx ao conduzir erroneamente o conceito de “classe” para o de “nação”. O nacionalista defende que as “nações proletárias” deveriam estabelecer uma frente bélica contra as “nações capitalistas”. Corradini segue afirmando que a luta se efetiva na guerra, no conflito armado, na subordinação econômica e militar de todas as nações “decrépitais”; ou seja, por meio do sangue, a nação seria escolhida digna.

²⁰² C.f. GIACOIA, 2006, p. 62.

²⁰³ C.f. MARX, 2007, p. 40.

²⁰⁴ C.f. FRESU, 2020, p. 37.

meridional ao Norte. A ação de Giolitti, ao não eliminar as contradições fundamentais da península e inseri-la, de fato, no processo produtivo capitalista como um bloco homogêneo, intensificou as bases estruturais que levou a nação ao fascismo²⁰⁵. O “bloco histórico” manteve-se ligado àquelas retrógradas relações sociais. Com efeito, certifica-se que as confluências de todas essas contradições levaram o país à crise, movimentando as classes tradicionais a buscar saídas bruscas e reacionárias. Assim, relata Fresu:

“[...] as classes dirigentes, em razão de seus limites inatos, e devido à forma assumida pelo processo de unificação nacional e de construção do novo Estado, confrontadas com fases de crises de hegemonia, tendem a buscar atalhos subversivos e autoritários. Mais precisamente, nas fases de crise histórica, essas classes dirigentes se dispõem a subverter as próprias instituições liberais por elas criadas para garantir os antigos equilíbrios. (FRESU, 2020, p. 105).

Como vimos o fascismo italiano foi o resultado direto da crise do capitalismo impresso conceitualmente como “crise orgânica”; na debilidade das classes dirigentes tradicionais intensificadas pela frágil unificação nacional (o *Risorgimento*), como também na resistência das classes médias e “parasitárias” — que sempre exerceu função política na península —, encontrando a fortaleza frente às transformações do presente no fascismo. Para sermos mais exatos: a crise da “[...] pequena e média burguesia que, depois de perder historicamente a função produtiva, foi a principal espinha dorsal da reorganização bélica do país para em seguida ver-se novamente rebaixada com o fim da guerra”²⁰⁶.

Considerando o conceito de pequena e média burguesia, a principal base de apoio do fascismo nos primeiros anos de gestação, dedico-me a esclarecer alguns pontos importantes. O motor da história da sociedade foi, até o momento, a história do enfrentamento das lutas de classes²⁰⁷. No interior desse conflito histórico, duas classes fundamentais se consolidaram, afunilando o antagonismo: a burguesia e o proletariado. Resulta, portanto, que desse estreitamento de classes, uma classe não fundamental encontra-se deslocada dos principais interesses de classes: a pequena e média burguesia. Ela não se sente pertencente à classe

²⁰⁵ FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. São Paulo: Boitempo, 2020. O século XX começou “[...] com a criação de uma nova linha governamental representada por Giovanni Giolitti, que tentou inserir no novo equilíbrio os partidos populares, depurados de qualquer impulso subversivo. O período que se seguiu, a chamada era giolittiana, foi marcada por um notável desenvolvimento econômico e por uma forte modernização do país que, no entanto, deixou todo o *mezzogiorno* de fora. Portanto, uma modernização incapaz de superar algumas das contradições fundamentais do país. Além disso, a nova linha de inclusão nas áreas de governo, que dizia respeito apenas a segmentos limitados do movimento socialista do Norte (o reformista) e depois do mundo católico, não ocorreu de maneira orgânica e politicamente clara, mas por meio de um sistema ramificado de corrupção política, uma prática consolidada de transformismo e de uso da violência no Sul. Mas nem mesmo esse sistema de governo conseguiu impedir o desenvolvimento do conflito no país”. P. 115.

²⁰⁶ C.f. FRESU, 2020, p. 283.

²⁰⁷ C.f. MARX, 2007, p. 40

proletária, mas deseja ser burguesia dominante, ao passo que é esmagada pelo peso do grande capital. Ela não luta ao lado do proletariado, usando de tudo para massacrá-lo, mas deseja a sua própria “revolução”. Ou seja, a pequena e média burguesia, por não ser uma “[...] classe social real, mas uma aglomeração que vive nas margens do processo de produção fundamental para a civilização capitalista, seu horizonte nunca consegue ir além da revolta e da demagogia²⁰⁸”.

A pequena e média burguesia desejou mudanças, mas sem que o sistema produtivo fosse, de fato, transformado²⁰⁹. Por isso, verifica-se “[...] igualmente nela a aspiração a uma “participação” na distribuição” do poder político, sem vontade de transformação radical deste²¹⁰. Acrescente-se a isso, que a pequena e média burguesia teme a “proletarização” da sociedade, ao ver os seus *interesses* ameaçados. Por isso, ela luta contra a ascensão de “baixo para cima” das camadas subalternas, fortalecendo os interesses - que não são os seus - das classes altas. As classes dirigentes através de sua *hegemonia*, ou seja, por possuírem “[...] o consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção [...]”²¹¹, bem como pelas camadas de intelectuais organizadas, que exercem a função de atração nesses estratos não organizados da sociedade, absorvem essas classes sem vontade política definida. Por tal motivo, ela aspira:

[...] a tornar-se burguesia, pela passagem individual, para o topo dos “melhores” e dos “mais capazes”. Este aspecto assume, assim, frequentemente, formas “elitistas”, de uma renovação das elites, de uma substituição “que não cumpre o seu papel”, pela pequena burguesia, sem que a sociedade seja mudada. (POULANTZAS, 1978, p. 255 - 256).

A pequena e média burguesia nutre-se das ideias que as alimentam. Por isso, no caso do fascismo italiano essa classe “[...] foi uma das principais vítimas “econômicas” do fascismo espremidas até a última gota, e a única a, por razões ideológicas, apoiá-lo em massa até o fim”²¹². No entanto, o processo de fascistização não ocorreu naturalmente, mas também por causas próprias. A pequena e média burguesia italiana que estava cimentada por décadas na social-democracia liberal (de Cavour e Giolitti), avança para o reacionarismo quando não conseguiu defender os seus interesses no interior da mesma doutrina político-econômica. Os partidos que deveriam fazer oposição às resoluções violentas e regressivas, afastaram-se dessa

²⁰⁸ C.f. FRESU, 2020,p. 110.

²⁰⁹ C.f. POULANTZAS, 1978, p. 225.

²¹⁰ C.f. POULANTZAS, 1978,p. 225.

²¹¹ C.f. GRAMSCI, 2001, p. 21.

²¹² C.f. POULANTZAS, 1978, p. 260.

camada da sociedade, deixando o caminho aberto para o campo reacionário. Adianto que essa parte será analisada na segunda matéria deste estudo. Apesar disso, antecipando alguns pontos, pode-se afirmar que: a perda ou a falta de influência dos partidos socialistas e comunistas no cenário político — intensificada pela “crise orgânica”, bem como pela política de massas lançando as classes dominadas na corrida pela *hegemonia* —, conduziu a pequena e média burguesia a se distanciar deles, abrindo o caminho favorável para o Partido Nacional Fascista (PNF)²¹³.

3.2. Gramsci e os escritos precedentes aos *Cadernos do cárcere*: notas sobre o fascismo.

É de fundamental importância esclarecer alguns pontos significativos. Os *escritos precedentes* de Gramsci, também conhecidos por *Escritos políticos*, são textos destinados ao dia-a-dia, informativos para a classe proletária. Muitos desses “escritos” não foram assinados pelo autor, mas constam publicados em jornais socialistas e comunistas da época, como, por exemplo: *L’Ordine Nuovo*; *L’Unità e Avanti!*. Ao que tudo indica os artigos publicados por tais jornais eram esclarecimentos políticos ligados ao calor dos acontecimentos, ou seja, nos períodos de ação prática da luta proletária; como, também, no enfrentamento político ligado ao presente, resultando, portanto, em uma análise “desinteressada”²¹⁴.

Resulta desses “escritos” uma continuidade dialética com os escritos posteriores, pois, a originalidade conceitual do autor marxista ao analisar os eventos inerentes ao seu tempo, como, por exemplo, o fascismo, o acompanha até a fase tardia de seu pensamento, a de “filósofo prático”. Por isso, é inegável a convergência de seu pensamento, mesmo que no interior de pequenas transformações — devido ao movimento da história —, visto que os primeiros “escritos” constituíam “[...] basicamente de artigos polêmicos e de críticas culturais publicadas nos jornais do movimento operário, destinado ao combate político imediato [...]”²¹⁵; conforme consta nos *Cadernos do cárcere*, o pensamento do autor adquiriu notas voltadas a um fundo teórico-prático²¹⁶, isto é, *für ewig*²¹⁷. Diante disso, apresenta-se o movimento dialético do pensamento de Gramsci, estudando, sistematicamente, os *Escritos*

²¹³ C.f. POULANTZAS, 1978, p. 260.

²¹⁴ C.f. NERES, 2012, p. 62.

²¹⁵ C.f. NERES, 2012, p. 62.

²¹⁶ C.f. GRAMSCI, 1991, p. 50.

²¹⁷ A expressão *für ewig* (para sempre) aparece na carta destinada à sua cunhada, Tatiana Schucht, em 19 de março de 1927. A expressão demonstra a necessidade do autor em buscar uma escrita sistemática, resultando na confecção dos *Cadernos do cárcere*. Por outro lado, a escrita se apresenta ao autor sardo como resistência à prisão, mas também busca por compreender as causas das derrotas da luta proletária.

políticos (ou escritos de juventude), as *Teses de Lyon*, bem como os *Cadernos do cárcere*. Esses movimentos nunca “[...] sugerem a quebra da unidade orgânica entre *filosofia* (teoria) e *política* (práxis) que marca indelevelmente toda a elaboração de Gramsci e se constitui no *filo rosso* que unifica seus escritos”²¹⁸.

Em meio a tantas reflexões do autor italiano a respeito do fascismo, as análises precedentes presentes nos *Escritos políticos* se revelam ricas, pois, neles, o filósofo analisa as inclinações que levaram as classes inorgânicas a apoiar o regime. Em relação a isso, no artigo *não assinado* de 1921, intitulado *Os partidos e as massas*, publicado no jornal proletário *L’Ordine Nuovo*, Gramsci descreve que a pequena burguesia, outrora simpatizante do socialismo, por meio da crise que a investia, simpatizou-se com o fascismo²¹⁹. Diante de conjunturas políticas e sociais diferentes da pequena e média burguesia latifundiária, a pequena burguesia urbana — devido ao fracasso da organização socialista no direcionamento dessas classes —, ou mesmo pelo processo de *transformismos* que desagregou as bases desses partidos esterilizando a direção política através de uma *revolução passiva*²²⁰, cedeu espaço para essas classes inorgânicas, que procuraram, após anos servindo na guerra, continuar a capacidade organizativa por meio da ação militar²²¹.

Assim, as deficiências do processo histórico que levou ao armistício, em conjunto com a inabilidade dos partidos de esquerda, principalmente, o Partido Socialista — que Gramsci romperia posteriormente fundando o PCI²²², em 21 de janeiro de 1921 —, despertou nessas classes, fortes sentimentos de revolta “anti-governativa”, que, desapossada da “[...] unidade militar dos seus quadros depois do armistício, se dispersou nos vários partidos de massa, levando-lhes fermentos de rebelião, mas também incertezas, oscilações, demagogia”²²³. Neste contexto de desencantos, o fascismo, herdeiro das ideologias intervencionistas, e, vendendo a violência em praça pública a qualquer hora do dia, canalizou e direcionou a desesperança dessas classes. Em tese, Gramsci escreve:

O mesmo fenômeno se verifica no campo do fascismo. A pequena burguesia urbana, reforçada politicamente por todos os trãnsfugas do Partido Socialista, tinha procurado, depois do armistício, aproveitar a capacidade de organização e de ação militar adquirida durante a guerra. A guerra italiana foi dirigida, na ausência de estado-maior

²¹⁸ C.f. NERES, 2012, p. 63

²¹⁹ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 13.

²²⁰ C.f. FRESU, 2020, p. 281.

²²¹ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 13 - 14.

²²² O *Partido Comunista Italiano* (PCI) teve como denominação inicial *Partido Comunista da Itália* (PCd’I). Com o fim da I Guerra Mundial, bem como pela dissolução da III Internacional, o partido comunista adota o nome de PCI.

²²³ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 13 - 14.

eficiente, pela oficialidade subalterna, isto é, pela pequena burguesia. (GRAMSCI, 1977, p. 13 - 14).

Nesta conjuntura de turbulência social, Gramsci aponta para as instituições democráticas, pois, sabia o autor, que a tomada de posições (*guerra de posição*) no campo da luta política, só poderia avançar no interior da democracia liberal. Todavia, muitas das instituições estavam inoperantes no combate ao fascismo, no período em que o autor escrevia o artigo *Os partidos e as massas*. O próprio rei Vítor Emanuel III²²⁴, por medo de mais derramamento de sangue²²⁵, fez de Mussolini, o primeiro-ministro da Itália. A Igreja Católica Romana, aparelhada ao regime autocrático, devida à aproximação do Papa Pio XI²²⁶ ao ditador, buscou, *fingindo* não ver a violência fascista, restaurar posições perdidas²²⁷ décadas antes no processo de unificação da Itália²²⁸. Assim, no texto intitulado *Apoio do Estado*, publicado também no *L'Ordine Nuovo*, em 1921, o filósofo comunista aponta para o perigo da constituição violada. Nesse texto, Gramsci analisa a ameaça das milícias armadas, bem como a ausência do Estado soberano na desarticulação dessa frente combativa, que defenderam, com tiros de revólver, os interesses de uma pequena parcela da sociedade.

Segundo Gramsci, a Constituição Nacional é um juramento de fidelidade entre o povo e o Estado soberano²²⁹. As leis que ela representa são as leis representativas do povo no exercício do poder democrático. Se o povo, afirma o autor, por meio das pessoas dos seus mandatários, se diminui à obrigação de fidelidade; se a nação postula pela abolição do contrato democrático representado pela Constituição Nacional; se a sociedade grita veementemente contra as leis da Constituição, também o “[...] soberano, por direito, acaba por ser desligado dos seus vínculos, também no soberano é reconhecida à liberdade de organização e de atuar o golpe de Estado contra a Constituição”²³⁰. Apesar disso, em muitos casos, o Governo de um país, que não é o Estado soberano, mas a representação de determinados interesses de classes, exerce a sua autoridade contra a Constituição Nacional;

²²⁴ Vítor Emanuel III (1869 – 1947) foi o rei da Itália entre 1900 e 1946.

²²⁵ C.f. KERTZER, 2017, p. 61.

²²⁶ Achille Ratti, o Pio XI (1857 – 1939) foi 259º bispo de Roma e Papa da Igreja Católica entre 1922 e 1939.

²²⁷ KERTZER, David I. *O Papa e Mussolini. A conexão secreta entre Pio XI e a ascensão do fascismo na Europa*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. Na biografia histórica do Papa Pio XI, Kertzer nos mostra a ligação entre o bispo de Roma e Mussolini: “[...] o Tratado de Latrão, o histórico acordo que Pio XI firmara com o ditador da Itália, Mussolini, encerrando uma década de hostilidade entre o governo do país e a Igreja Católica Romana. Com esse tratado, a separação entre a Igreja e o Estado, que marcara a Itália moderna desde a sua fundação, sessenta e oito anos antes, tinha chegado ao fim. Uma nova era começara, com a Igreja como parceira solícita do governo fascista de Mussolini”. P. 26.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos* (1910 - 1920). Volume. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

²²⁸ C.f. KERTZER, 2017, p. 60 - 61.

²²⁹ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 29.

²³⁰ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 30.

este pode ser o responsável, segundo o filósofo, pela destruição dos direitos democráticos de um povo. Por isso, Gramsci nos alerta:

Se o Governo deixa impunemente violar a Constituição, se o Governo permite a formação, no país, de bandos armados, se o governo permite que dezenas de milhares de cidadão privados, armados, enquadrados militarmente, com capacete e arma (depois de terem, imperturbados, percorrido o país), invadam a capital e ostentem abertamente a sua “potência”, o que significa isto senão ter o governo, responsável pelo soberano, violado o juramento de fidelidade à Constituição? O que significa isto senão que se está preparando, por parte dos organismos estatais que se agrupam no poder executivo, um golpe de Estado? O que significa isto senão que em Itália vivemos já no ambiente de que automaticamente deve desabrochar o golpe de Estado? (GRAMSCI, 1977, p 30).

Primeiramente, cada golpe de Estado tem características próprias; cada nação conserva relações sociais e econômicas diferentes; toda nação possui um desenvolvimento histórico incompatível com o de outro país. Não obstante, nos quadros conhecidos no interior das relações sociais do mundo burguês, Gramsci se pergunta: “[...] para quem serve o golpe de Estado?”²³¹. Sua resposta é categórica:

[...] pode servir, com efeito, a estes, aos concussionários, aos prevaricadores, aos poltrões, aos parasitas: frequentemente, aliás quase sempre, o golpe de Estado não é mais do que o instrumento de imundice estatal para manter as posições ocupadas e tornadas mortais para a sociedade; esta gente não tem escrúpulos, está nas tintas para o juramento e para a honra, odeia todos os trabalhadores e, antes de mais, os que trabalham nos seus próprios gabinetes e são a reprovação viva da sua desonestidade e do seu parasitismo. (GRAMSCI, 1977, p. 31).

Segundo Gramsci, não se derrota o fascismo sem uma efetiva organização das classes proletárias, visto que o regime se solidificou como uma *revolução passiva* na retomada do mundo burguês em crise. Por isso, afirma o autor, o fascismo não “[...] será sufocado por unanimidades platônicas: os revólveres e os punhos não serão tornados impotentes com o fato de se lançar um colchão por cima”²³². O marxista italiano tinha clareza que o fascismo poderia não possuir um número grande de seguidores (no início), mas a sua rigidez estava na “[...] organização, unitária e centralizada, e nisso consiste a sua força, integrada na centralização do poder oficial burguês”²³³. Gramsci, percebendo a passagem (*transformismo*) de muitos intelectuais e dirigentes dos partidos socialistas e liberais para a base de apoio do

²³¹ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 31.

²³² C.f. GRAMSCI, 1977, p. 60.

²³³ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 60.

fascismo, afirmou que a frente combativa deveria ser empreendida pelo Partido Comunista²³⁴. Assim, o autor declara que a Aliança do Trabalho²³⁵,

[...] que hoje permitiu agrupar massas imponentes, deve tornar-se capaz de enquadrá-la com disciplina unitária. Aqui reside o papel dos comunistas para conseguir este resultado, em direção ao qual só se deu o primeiro passo. Quando for possível as grandes reuniões contaram com os concursos proletários e, ao mesmo tempo, com uma racional preparação das nossas forças, então o proletariado poderá dominar o seu inimigo. (GRAMSCI, 1977, p. 60).

O fascismo italiano foi o regime político do capitalismo. Em razão disso, Gramsci escreveu em 18 – 10 – 1923, um texto *não assinado* intitulado *Nossa perspectiva sindical*. No escrito, o autor deixa clara essa relação orgânica entre o modo produtivo e o Estado, pois, segundo o filósofo, tanto o capitalismo quanto o fascismo buscaram a mesma coisa: que a classe operária fosse privada da sua incumbência histórica de ser guia das outras classes oprimidas da população, principalmente das classes do Sul, isto é, os camponeses, e os pequenos burgueses urbanos e rurais. Os capitalistas fazendo o uso da violência institucionalizada pelo fascismo buscaram a “[...] destruição externa à fábrica, e concentrada territorialmente (sindicatos e partidos), que exerce um influxo revolucionário em todos os oprimidos e subtrai ao governo a base democrática do poder”²³⁶.

Ainda nesse artigo, Gramsci adianta um conceito que o acompanhará até os textos carcerários, desenvolvido principalmente no *Caderno 13* (1932 – 1934): o conceito de “líder carismático”. Gramsci se pergunta: é possível que existam chefes fora da classe operária, líderes não marxistas tal como Lênin, que não estejam ligados às classes que compõem o desenvolvimento progressivo²³⁷? Em resposta, Gramsci afirma: “[...] temos na Itália um regime fascista, temos como chefe do fascismo Benito Mussolini, temos uma ideologia oficial onde o “chefe” divinizado, é declarado infalível, é preconizado organizador inspirador de um renascido Sagrado Império Romano”²³⁸.

Todavia, esse “chefe divinizado” era o pequeno-burguês enraivecido, beligerante, uma “[...] mistura de todos os detritos deixados no solo nacional pelos vários séculos de domínio dos estrangeiros”²³⁹. Bem como Mussolini, a figura representativa desse “líder”, passou a ser

²³⁴ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 60.

²³⁵ A Aliança do Trabalho foi organizada em 20-02-1922, por meio dos dirigentes da Confederação Geral do Trabalho; como também pela União Sindical Italiana, contando com o apoio da União Italiana do Trabalho, bem como do Sindicato dos Ferroviários e da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Portos.

²³⁶ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 71.

²³⁷ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 79.

²³⁸ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 79.

²³⁹ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 80.

o ditador da burguesia, após tentar ser o intelectual orgânico das classes proletárias; mostrou-se ser a voz feroz, mas balbuciou palavras de ordem frente às faces das classes dirigentes à procura de um comandante²⁴⁰.

A radical crise do regime autocrático se deu no ano de 1924. Esse período foi marcado pelo afunilamento da violência fascista, bem como pela supressão dos partidos políticos ligados aos movimentos operários. Essa nova característica fascista foi analisada por Gramsci no artigo *A crise da pequena burguesia*, publicado em 02 – 07 – 1924, no *L'Unità*. No dia 10 de junho, Giacomo Matteotti²⁴¹ (1885 – 1924) deveria subir à tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar o governo de Mussolini por corrupção. No entanto, antes de chegar à Câmara dos Deputados, perto da Piazza del Popolo, o então deputado é capturado por homens ligados ao regime fascista. Tempos depois, Matteotti é encontrado morto.

A crise política e social determinada pelo assassinato²⁴² do líder socialista lançou o fascismo na sua fase mais violenta. Gramsci, vivendo no seio do conflito, acreditou que a morte de Matteotti enfraqueceria o regime, levando a uma fragmentação das “[...] bases do domínio fascista”²⁴³. No entanto, o que ocorreu foi uma arregimentação da violência empregada pelos *Fasci Italiani di Combattimento*²⁴⁴. Nem mesmo a crise impressa pelo “caso Matteotti”, enfraqueceu as estruturas do regime de Mussolini. A oposição não conseguiu oferecer uma alternativa. Em decorrência disso, Mussolini compreendendo a situação, recupera a confiança. Em 3 de janeiro de 1926, o “líder carismático” proclamou o discurso mais drástico de sua carreira, conduzindo à Itália aos anos de chumbo, levando, quase dois anos depois, à prisão de Gramsci. Ao som de aplausos, Mussolini discursa: “[...] a Itália, senhores, quer paz, quer tranquilidade, quer calma. Dar-lhe-emos essa tranquilidade, essa calma, através do amor, se possível, e pela força, se necessário”²⁴⁵. Assim, após essas palavras, inicia-se o período mais violento da ameaça fascista, eliminando as últimas evidências da democracia italiana²⁴⁶.

Através da violência fascista, somada à completa repressão democrática, a oposição passou a ser omissa em relação à crise italiana. A radical instabilidade do sistema capitalista,

²⁴⁰ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 80.

²⁴¹ Giacomo Matteotti (1885 – 1924) foi filho de um grande proprietário de terras. Matteotti desde cedo abraçou as causas dos camponeses, principalmente da região do Polesine, na época, uma das regiões mais pobres da Itália.

²⁴² O deputado Matteotti foi assassinado pelos fascistas no dia 10 de junho de 1924.

²⁴³ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 110.

²⁴⁴ Em 23 de março de 1921, na cidade de Milão, Mussolini criou os “*Fasci Italiani di Combattimento*” (FIC). O grupo armado era formado por desempregados, jovens da classe média e ex-soldados desmobilizados.

²⁴⁵ C.f. KERTZER, 2017, p. 104.

²⁴⁶ C.f. PAXTON, 2007, p. 185.

intensificada pela guerra, não “[...] foi resolvida pelo fascismo”²⁴⁷. O regime, aponta Gramsci, mediante o recurso coercitivo, impediu as manifestações públicas contra a crise geral do capitalismo, mas “[...] não assinalou, porém, uma passagem desta e muito menos uma subida e um desenvolvimento da economia nacional”²⁴⁸.

A crise, sobretudo, aguçada pela instabilidade das classes médias, foi deletéria porque o sistema capitalista não resolveu suas próprias contradições; deixou de expandir a *hegemonia* dominante. A crise ligada às classes médias não foi resolvida pelo fascismo por estar ligada ao próprio sistema produtivo capitalista, ou seja, ser estrutural. Por isso, dentro desse quadro, o regime capitalista não conseguiu assegurar “[...] à grande massa dos italianos o pão e a casa”²⁴⁹. Principalmente, porque o fascismo nasceu e se desenvolveu no seio dessa crise, mas, especialmente, porque o fascismo “[...] lutou contra o proletariado e chegou ao poder explorando e organizando a inconsciência e o carneirismo da pequena burguesia bêbada de ódio contra a classe operária”²⁵⁰. O fascismo, afirma Gramsci:

Enfraqueceu o ímpeto revolucionário do proletariado, desagregou os sindicatos de classe, diminuiu os salários e aumentou os horários; mas isso não bastava para assegurar uma vitalidade, mesmo pequena, do sistema capitalista; era necessário, por isso, também um abaixamento do nível das classes médias, a espoliação e a pilhagem da economia pequeno-burguesa e, portanto, não só a luta contra os partidos operários mas também, e especialmente, numa fase determinada, contra todos os partidos políticos não fascistas, contra todas as associações não diretamente controladas pelo fascismo oficial. (GRAMSCI, 1977, p. 124).

O resultado dessas ações empreendidas pelo fascismo conduziu uma enorme fatia da população italiana à passividade. Depois de 1920, afirma o intelectual sardo, a “[...] classe operária tinha falido a sua tarefa de criar, com os seus meios, um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana”²⁵¹.

Em resumo, o fascismo se apresentou como a antítese da “revolução ativa”. Neste cenário, os componentes a serem trabalhados são sempre as classes subalternas. Elas são esvaziadas da sua luta revolucionária, são suavizadas na incumbência de conceber um novo Estado, capaz de corresponder às suas necessidades de classes²⁵². Gramsci sublinha que essa esterilização política das classes subalternas ocorre justamente por existirem aparelhos que impedem a sublevação das camadas populares, seja por *transformismos*, exaurindo o

²⁴⁷ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 123.

²⁴⁸ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 123.

²⁴⁹ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 123.

²⁵⁰ C.f. GRAMSCI, 1977, p. 123 - 124.

²⁵¹ C.f. GRAMSCI, 1977, 124.

²⁵² C.f. GRAMSCI, 1977, 124.

conteúdo político revolucionário, bem como pela absorção de várias camadas de intelectuais. Lembrando que no *Risorgimento* essa camada de intelectuais absorvida pelos Moderados, estava ligada à fraqueza de Mazzini, bem como do Partido de Ação. Por outro lado, no fascismo, essa cooptação ocorreu, em grande medida, pelos líderes da oposição socialista, assim como pelos dirigentes liberais ligados à Giolitti.

Assim, ao invés do aparelho do Estado se modernizar através de uma “revolução ativa”, ele retrocede implementando pequenas modificações reformistas. Essas transformações, portanto, ocorrem molecularmente mantendo as classes tradicionais no poder. Sendo assim, é correto afirmar que o fascismo foi uma resposta pelo alto devido à “crise de hegemonia”, aberta pela I Guerra Mundial, bem como pela Revolução de Outubro. O fascismo arquitetou, através da violência institucionalizada, o conformismo passivo, desinteressado e obediente nas camadas dominadas pelo grande capital. Por isso, o regime autocrático necessitou fazer do proletariado ativo, um subalterno.

Para Gramsci, a noção de subalternidade não é nada inerente ao sujeito, uma parte da sua substância, mas algo construído socialmente, contido nas próprias relações de classes. A subalternidade, objeto de trabalho das *revoluções passivas*, é um elemento social, submetido culturalmente, no centro da *hegemonia* dominante. Os proletários, a princípio, são ativos e ligados a luta emancipatória, todavia, por cooptação, *transformismos*, *consensos*, como também pela ação direta dos aparelhos ideológicos (mídia, jornal, escola), são educados a se tornarem passivos frente a desigualdade que os humilha. Consequentemente, essa passividade, a obra-prima das *revoluções passivas*, não é um dado concreto da realidade, podendo, através da organização proletária, ser superada.

Conclui-se, portanto, que toda mudança ocorrida através das *revoluções passivas*, verifica-se para manter a propriedade e a exploração do capital sobre os trabalhadores. Essa transformação pelo alto muda homens e programas, atualizam os métodos de trabalho, mas a exploração, porém, continua. Com efeito, Gramsci afirma que essas *revoluções passivas* não acontecem a qualquer momento. Elas se manifestam sempre quando pode haver uma radical transformação social. Por isso, é correto afirmar que ela existe quando se manifesta na *superestrutura* uma “crise orgânica”, atingindo também o Estado, possibilitando a organização das classes opostas às dominantes, buscando o fim da propriedade privada. No interior dessas crises, a possibilidade das classes subalternas avançarem existe, buscando

novos métodos produtivos, bem como desenvolvendo no interior do processo outra Cultura através de uma *reforma intelectual e moral*²⁵³.

3.3. Gramsci e o fascismo: uma análise conceitual a partir dos *Cadernos do cárcere*.

Imerso na crise de seu tempo, Maquiavel (1469 – 1527), em *O Príncipe*, extraiu do estudo concreto da história, a primeira *teoria social* ligada às condições materiais de vida. Por isso, a obra do pensador florentino, deve ser estudada partindo de um contexto histórico específico: o *Cinquecento*²⁵⁴. O filósofo renascentista desenvolveu a sua teoria, tendo em vista os que “não sabem”, procurando conduzir através da figura do *príncipe*²⁵⁵, a emancipação política e social dos italianos do século XVI. Em razão disso, Gramsci, no *Caderno 13* (1932 – 1934), intitulado, *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, destaca o cerne central da discussão que será desenvolvida na obra carcerária. O processo de formação da “vontade coletiva” de um povo, direcionada a um determinado fim político, não pode ser simbolizada, segundo Gramsci, por tratados metafísicos próprios da escolástica, bem como por utopias futuristas sem bases materiais sólidas²⁵⁶. Desse modo, é evidente que o autor sardo desenvolve essa ordem de pensamento tendo como referência a derrota do fascismo, como, também, a necessidade organizativa necessária para a superação das relações antagônicas de classes, impostas pelo capitalismo. Assim como o *príncipe*, o partido político ligado à classe proletária deve atuar especificamente sobre o povo “[...] disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva”²⁵⁷.

Some-se a isso que o *príncipe* formulado por Maquiavel, conduziria a criação de outro Estado²⁵⁸, em conjunto com novas relações sociais. Essa alteza não tão real quanto aos

²⁵³ C.f. SAID, 2009, p. 86.

²⁵⁴ Maquiavel. *O Príncipe*. São Paulo: Círculo do livro S.A. “Esse século negro e vergonhoso para a Itália — o *Cinquecento* — como que nasce prematuramente, em 1494, quando Carlos VIII da França invade a península, feito vanguardeiro dos novos bárbaros e iniciador de um processo de decomposição para a qual iriam concorrer os próprios príncipes italianos e o próprio pontificado, dando ao mundo as lições mais completas tanto da *virtù* maquiavelica — o engenho e o talento político e a presteza na ação, postos a serviço da conquista, manutenção e acréscimo do Estado —, quanto do amoralismo e do imoralismo que movem com força animal e instintiva e inteligente e preconcebida os atos extremos de rapacidade, traição, violência criminosa, luxúria, crueldade inumana, egoísmo e ódio encarnizado”. p. 7.

²⁵⁵ O príncipe não se apresentava ao povo italiano como uma realidade concreta, criadora de uma “vontade coletiva”. Contudo, através d’*O Príncipe*, Maquiavel desejou torná-lo “vivo”, participativo, emancipador da população italiana da época.

²⁵⁶ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 13.

²⁵⁷ C.f. GRAMSCI, 2014, P. 13 - 14.

²⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. “Maquiavel considera ser tão grande a necessidade do Estado unitário nacional que todos aceitarão, para atingir este elevadíssimo fim, o emprego dos únicos meios adequados. Pode-se, portanto, dizer que Maquiavel propôs-se

príncipes de outrora, aspirava se transformar em "consciência e expressão" de um povo, a se confundir com o próprio povo em processo emancipatório. Por isso, o partido político — o correspondente ao *príncipe* na contemporaneidade —, deve ser o organizador dessas massas subalternas rumo à “vontade coletiva” de um povo liberto. Por outro lado, o partido político, ou o “moderno príncipe”²⁵⁹, como é denominado pelo filósofo nos *Cadernos do cárcere*, representa, sobretudo, o organismo combativo no enfrentamento das modernas relações políticas impostas pela *guerra de posição*²⁶⁰. Portanto, a confluência desses dois fatores resulta na capacidade do “moderno príncipe”²⁶¹ de construir tanto a “vontade coletiva” nas massas dispersas, bem como representar o mecanismo de investigação e enfrentamento de poder nas sociedades de capitalismo avançado. Essa relação dialética, afirma o autor, se fez necessária após a passagem da *guerra de movimento* para a *guerra de posição*²⁶². A presença do “Estado ampliado”²⁶³ nas *sociedades ocidentais*, assim como o predomínio hegemônico da burguesia, impôs à luta revolucionária características novas, ou seja, a utilização de modernas estratégias na ação prática. A substituição do combate na busca pela *hegemonia* exigiu ao partido revolucionário tornar-se dirigente antes mesmo da investida ao poder do Estado, conquistando “[...] o apoio majoritário das classes subalternas e desarticulando as “fortalezas” avançadas da burguesia na “sociedade civil”²⁶⁴

educar o povo, mas não no sentido que habitualmente se dá a esta expressão ou, pelos menos, lhe deram certas correntes democráticas. Para Maquiavel, “educar o povo” pode ter significado apenas torná-lo convencido e consciente de que pode existir uma única política, a realista, para alcançar o fim desejado e que, portanto, é preciso cerrar fileiras e obedecer exatamente àquele príncipe que emprega tais métodos para alcançar o fim, porque só quem almeja o fim almeja os meios adequados para alcançá-los”. p. 311.

²⁵⁹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 16.

²⁶⁰ C.f. NERES, 2012, p. 152.

²⁶¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. Para Gramsci, o “[...] o moderno príncipe deve ter uma parte dedicada ao jacobinismo (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), como exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos, foi criação *ex novo*, original”. p. 17.

²⁶² A principal diferença entre a *guerra de movimento* e a *guerra de posição* está no modo como o combate é travado. Na *guerra de movimento* a vitória das forças dominantes impõe ao derrotado, a subjugação do território e a sujeição das classes dominadas. Ao passo que na *guerra de posição*, a vitória não leva à cessação do conflito, mas à sua continuidade nas “trincheiras” e “casamatas” da *sociedade civil*.

²⁶³ Para Gramsci, o “Estado integral”, ou “Estado ampliado”, como foi denominado pela pensadora francesa Buci-Glucksmann, é a forma “assumida” pelo Estado burguês nas primeiras décadas do século XX. O “Estado integral” não pode ser caracterizado apenas como aparelho coercitivo das sociedades capitalistas, ordenado a assegurar sob a força das armas os interesses das classes dominantes, como era próprio nas *guerras de movimento*. Todavia, no “Estado integral” prevalece o “equilíbrio” de interesses das classes antagonicas, sob a direção das classes dominantes-dirigentes. Deste modo, esse modelo de Estado próprio das *sociedades ocidentais*, resulta, portanto, do nexos dialético entre a *coerção (sociedade política)*, e o *consenso (sociedade civil)*. No “Estado integral”, a *sociedade civil* se expande, pois, além de indicar a estrutura econômica, solidifica uma série de conjuntos privados de *hegemonia*. Quer dizer, a articulação entre a *sociedade civil* e a *sociedade política* é uma característica do “Estado integral”.

²⁶⁴ C.f. NERES, 2012, p. 183.

Nesse sentido, o “[...] “príncipe” está para o “moderno príncipe” assim como a fundação do “principado inteiramente novo” em Maquiavel está para a fundação do “novo Estado” em Gramsci²⁶⁵”. Além disso, o autor comunista preconiza que a função a ser exercida pelo “moderno príncipe”, é a de ser o organismo coletivo da sociedade moderna, ligado aos interesses dos subalternos; sendo a instituição capaz de modificar, de baixo para cima, as correlações de forças entre as duas camadas fundamentais: as classes dominadas e as classes dominantes. Com efeito, essa nova “vontade coletiva” está inextricavelmente ligada à *reforma intelectual e moral*. Em relação a isso, vejamos o que disse o revolucionário sardo:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2014, p. 16).

Gramsci, por outro lado, destaca que o desequilíbrio histórico-político iniciado com a “crise orgânica”, responsável por fragmentar a *hegemonia* das classes dominantes, direcionou na península mediterrânea, uma ação “restaurativa e reorganizadora” frente aos interesses das classes altas, assumindo traços característicos de uma *revolução passiva*. Essa atividade restaurativa, sublinha o autor, se manifestou na defesa dos rendimentos das classes dirigentes tradicionais. Assim, na Itália do século XX, essa “revolução sem revolução” ocorreu na forma do regime fascista, bem como na figura “mítica” do indivíduo divinizado, caracterizado na figura de Mussolini. Com efeito, o filósofo escreve:

No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode se encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico. (GRAMSCI, 2014, p. 16).

Na mesma nota, o autor conclui:

Mas uma ação imediata desse tipo, por sua natureza, não pode ser ampla e de caráter orgânico: mas será quase sempre de tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais. (GRAMSCI, 2014, p. 16).

Como vimos nos capítulos anteriores, no centro da luta de classes, manifesta-se as ambições das classes dominantes: impedir que uma “vontade coletiva” se concretize nas classes subalternas. Por isso, o conceito de *revolução passiva* como categoria interpretativa,

²⁶⁵ C.f. NERES, 2012, p. 153.

nos oferece as ferramentas necessárias para a orientação conceitual. Podemos afirmar, seguindo o pensamento de Gramsci, que para compreendermos o processo de formação do Estado italiano, bem como a sua própria economia, devemos buscar no conceito de *revolução passiva*, respostas satisfatórias.

As classes dirigentes tradicionais predominam na trajetória de ser classe dominante-dirigente, justamente pelo fato histórico de não existir nas classes populares, uma determinação popular e unitária. Não obstante, sempre que a iniciativa se apresenta nas classes subalternas, o movimento “restaurador” se manifesta como reação das classes dirigentes, frente ao “[...] subversivismo esporádico, elementar, não orgânico das massas populares”²⁶⁶. Segundo Gramsci, toda a história da Itália depois de 1815, mostrou o esforço das classes dominantes para evitar a formação dessa “vontade coletiva”, aceitando as exigências fundamentais vindas das classes baixas²⁶⁷. Portanto, o cerne político das “[...] revoluções passivas não é o acolhimento de uma parte das reivindicações nascidas da dialética social, mas a esterilização política das grandes massas populares”²⁶⁸.

Gramsci, no *Caderno 13* (1932 – 1934), investiga as causas do fracasso no processo de formação dessa “vontade coletiva”. Para esse fim indagativo, afirma o autor, os fundamentos inerentes às falhas devem partir do estudo histórico e econômico “[...] da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos”²⁶⁹. Por outro lado, no caso italiano, deve-se ir mais além: compreender a relação entre o Norte e o Sul, presente na análise a respeito da questão *meridional*. Qualquer formação, afirma o filósofo, de uma “[...] vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política”²⁷⁰. Por isso, no artigo intitulado *Alguns temas da questão meridional*²⁷¹, o autor sardo sublinha que a libertação das camadas semi-feudais sulistas, cuja maior expressão seriam os camponeses cultivadores, deveria ser libertada pelos proletários urbanos do Norte setentrional, mais avançados na luta de classes. O

²⁶⁶ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 319.

²⁶⁷ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 18.

²⁶⁸ C.f. FRESU, 2020, p. 281.

²⁶⁹ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 17.

²⁷⁰ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 18.

²⁷¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci. org. Carlos Nelson Coutinho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020. “O título original do manuscrito de Gramsci — encontrado por Camila Ravera entre os papéis de nosso autor, logo após sua prisão — é “Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialista e dos democratas”. Esse título foi riscado e substituído, com grafia que não é de Gramsci, por “Alguns temas da questão meridional”, com o qual o ensaio se tornou conhecido desde sua primeira publicação, ocorrida no número de janeiro de 1930 de *Lo Stato operaio*, revista teórica do PCI editada em Paris”. p. 354.

proletariado nortista deveria tornar-se a expressão dirigente e dominante na medida em que criaria “[...] um sistema de alianças de classes, que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população da classe trabalhadora”²⁷². Assim, os proletários do Norte exerceriam a função histórica de conduzir, mas, o “anunciador e organizador” deveria ser o “moderno príncipe”, ordenando uma *reforma intelectual e moral*. Essa *reforma intelectual e moral* conduziria a sociedade a desenvolver outra “vontade coletiva” nacional-popular, superando a civilização moderna e, conseqüentemente, o próprio capitalismo, cuja *estrutura* produtiva concede espaços para possíveis Estados autoritários (fascistas), em momento de “crises orgânicas”.

Com efeito, ultrapassar a civilização moderna ligada ao mundo burguês, é superar, portanto, a própria cultura burguesa: os modos de ser, de viver, pensamentos de uma época e valores. Entretanto, essa superação não é mecânica. Por isso, para haver uma reforma cultural, isto é, a ascensão das camadas mais baixas da sociedade, deve haver, anteriormente, uma profunda reforma econômica e uma modificação na posição social das classes dominadas ²⁷³. É por isso:

[...] que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolve-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume. (GRAMSCI, 2020, p. 19).

A *reforma intelectual e moral* na acepção de Gramsci implica elevar, de baixo para cima, a consciência das massas populares, formando uma “vontade coletiva” que refaça a relação entre a *estrutura* e a *superestrutura*, criando outro “bloco histórico”. Em outras palavras, a *reforma intelectual e moral* apresenta-se para Gramsci como o “[...] único veículo de elevação cultural de massa, o único expediente capaz de promover a elevação do “senso comum” partilhado pelas classes subalternas em nível teórico da “filosofia da práxis”²⁷⁴.

Gramsci afirma, inclusive, que o Estado Burguês, no interior dessas relações, exerce o poder político-econômico das classes dirigentes, através de determinadas combinações de instituições políticas e militares. Pode-se afirmar, portanto, que o Estado burguês, no processo

²⁷² C.f. GRAMSCI, 2020, p. 112.

²⁷³ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 19.

²⁷⁴ C.f. NERES, 2012, p. 161.

de desenvolvimento da *hegemonia* burguesa, modificou-se no interior de vários movimentos políticos, diante das condições históricas específicas de cada época; a saber: o Estado liberal; o Estado ditatorial; o Estado corporativo fascista; o Estado totalitário nazista. Na verdade, o Estado, além de garantir, por meio da *coerção* ou do *consenso*, a perpetuação do modo de produção capitalista, adquire a tarefa educativa e formativa da sociedade dominada, adicionando e criando ulteriores categorias de civilização no seio desse processo. Assim, a incumbência do Estado burguês é adequar a “[...] “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade”²⁷⁵. Por consequência, se o Estado inclina-se a fabricar ou preservar uma dada forma de civilização, bem como de cidadão, tende, também, a suprimir certos hábitos e disseminar outros²⁷⁶.

De acordo com Gramsci, o Estado precisa ser concebido como “educador”, uma vez que se inclina a criar um ulterior tipo de civilização. No centro das forças econômicas da classe burguesa, o Estado reorganiza e desenvolve o aparelho de produção, mas também constrange e pune as forças insurgentes em momentos de sublevação social. Assim, o Estado, em períodos de fragmentação da *hegemonia* dominante, combate as forças sociais, antes passivas, porém, que se colocaram em movimento, desarticulando — de cima para baixo —, e corrompendo a formação da “vontade coletiva” vindas das classes baixas. Além disso, o Estado é concebido como o instrumento de “racionalização” e de implementação de novos métodos produtivos em determinados países — como ocorreu na Itália com a *americanização* e o Estado corporativo —, entretanto, sem grandes abalos no tecido sócio-econômico, conservando as relações de classes sem grandes atritos. Sobre isso, Gramsci escreve:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. (GRAMSCI, 2020, p. 28).

²⁷⁵ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 23.

²⁷⁶ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 28.

Concretamente, na Itália, esse Estado assumiu a forma do Estado fascista. Na verdade, o Estado fascista se solidificou como o resultado da história capitalista nacional e internacional, na península mediterrânea. O regime, portanto, foi o resultado da fraqueza das classes dirigentes tradicionais no processo de unificação (o *Risorgimento*), bem como o produto direto da I Guerra Mundial; conflito encadeado pelas transformações do capitalismo e do processo de bolchevização. Além disso, o Estado fascista manifestou-se como coerção destinada a moldar e direcionar — de cima para baixo —, as massas populares segundo o tipo de produção econômica proveniente dos Estados Unidos (o *americanismo*). Para tal resultado, além do uso da violência, o regime autocrático cooptou (*transformismo*) as lideranças do movimento operário, bem como as ligadas aos liberais, imprimindo em solo italiano, uma *revolução passiva* assegurada pelo Estado corporativo. Ademais, o regime de Mussolini resolveu militarmente o desequilíbrio interno, determinado pelo confronto direto entre as classes fundamentais (*Conselhos de fábricas de Turim*). O fascismo esteve ligado ao processo produtivo internacional, porém, agiu nacionalmente, sendo o instrumento de apoio das classes médias e “parasitárias”, sem função social. Por isso, o Estado fascista assumiu a roupagem de uma *revolução passiva* própria do século XX, diante das limitações expansivas do mundo burguês. Disso, resulta, portanto, que o processo de fascistização esteve concretamente ligado às necessidades da burguesia frente aos problemas *estruturais* e *superestruturais* do presente: a *crise de hegemonia* das classes dominantes.

Diante disso, precisamos concluir o estudo do conceito de *hegemonia*²⁷⁷, em Gramsci. O conceito refere-se à direção das camadas dominadas e a sua dominação. A *hegemonia* de uma classe tende a construir um “bloco histórico”, isto é, efetivar uma unicidade de forças sociais e políticas discrepantes, conservando-as unidas. Portanto, a luta pela *hegemonia* envolve todas as esferas da sociedade: a base econômica, a *superestrutura*, a política e a ideologia. Mas, o processo de formação da *hegemonia* é demorado e carregado de intervenções.

Por isso, Gramsci, no *Caderno 13* (1932 – 1934), na nota intitulada, *Análise das situações: relações de força* aponta quatro etapas necessárias até a solidificação da *hegemonia* de uma classe. De acordo com o filósofo, a primeira etapa é a “econômico-corporativa”, isto é, dentro do processo produtivo, um comerciante de sapatos manifesta a sua solidariedade com outro comerciante de sapatos, porém, não se assemelha ao fabricante de cadeiras; nesta fase, sente-se “[...] a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas

²⁷⁷ O termo “hegemonia” provém do grego *eghestal*, que significa “ser guia”, “conduzir”, “ser líder”. Por *eghemonia*, no antigo grego, entende-se a “direção suprema”.

não ainda a unidade do grupo social mais amplo”²⁷⁸. Já na segunda etapa, afirma o pensador, manifesta-se a consciência da solidariedade de interesses entre todos os integrantes do grupo social, mas apenas no campo econômico. O terceiro momento é aquele em “[...] que se adquire consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”²⁷⁹. Para Gramsci, esta fase é a mais política, pois ultrapassa a *estrutura* produtiva para as *superestruturas*. Neste contexto, a *hegemonia* da classe produtora começa a se consolidar, visto que as ideologias começam a se transformar em “partido”, entrando em confronto até que uma venha a prevalecer, a “[...] se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral”²⁸⁰. Por fim, na quarta etapa, o Estado é inaugurado como instituição própria do grupo hegemônico, tornando-se expressão dos interesses desse grupo. O Estado, portanto, é destinado:

[...] a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2014, p. 42).

Gramsci é reconhecido por desenvolver a teoria da *hegemonia* cultural. Segundo o autor, o conceito descreve como os Estados burgueses modernos utilizam, nas *sociedades ocidentais*, as instituições culturais, ou os aparelhos privados de *hegemonia*, visando a conservar o poder por meio do *consenso*. Essa relação, em tempos normais, prevalece em equilíbrio: caracteriza-se pela combinação da *força* e do *consenso*. A *força* não suplanta o *consenso*, mas ela parece apoiada no *consenso* da maioria, alicerçada nos chamados “órgãos da opinião pública”²⁸¹. O filósofo marxista compreende essas associações como os jornais, as revistas, as escolas, as igrejas, assim como os partidos políticos. Esse corpo coletivo exerce a função de expandir a *hegemonia* dominante, incorporando o modo de vida burguês, bem como os seus valores, nas classes dominadas. É por isso que Gramsci afirma que nas *sociedades ocidentais*, nas “trincheiras” da *guerra de posição*, a *força* exerce menos função

²⁷⁸ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 40.

²⁷⁹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 41.

²⁸⁰ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 41.

²⁸¹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 96.

no exercício da *hegemonia*, porém, ela não desaparece completamente. No século XX, portanto, diante das crises do capitalismo e da fraca “direção” burguesa, as *revoluções passivas*, na forma do *americanismo* e do fascismo, asseguraram a retomada da taxa de lucro no âmbito do capitalismo (*americanismo*), e do *consenso* burguês (fascismo). Com efeito, Gramsci escreve:

O aspecto da crise moderna se lamenta como “onda de materialismo” está ligado ao que se chama de “crise de autoridade”. Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2014, p. 187).

Verifica-se que em determinados momentos de desenvolvimento dessa *hegemonia*, os grupos sociais se desprendem de seus partidos convencionais, ou seja, os “[...] partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe”²⁸². Gramsci aponta o perigo da situação, pois, quando se confirmam essas crises, a conjuntura sócio-política torna-se frágil e perigosa, abrindo espaços para “solução de força”, simbolizadas por figuras “[...] ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”²⁸³. O pensador marxista aponta que o processo é distinto em cada país — devido às diferentes formas de desenvolvimento —, porém, o “conteúdo” é sempre o mesmo: a crise relacionada ao processo expansivo do mundo burguês. Segundo o autor, essa crise ocorre:

[...] porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra) ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2014, p. 61).

Neste contexto de “crise orgânica”, o embate entre os dois partidos tradicionais — um ligado aos interesses dos grandes capitalistas, o outro aos desejos das classes dominadas —, não avançam na *guerra de posição*, muito menos solucionam as contradições das classes tradicionais. Nessa fissura hegemônica, os partidos burgueses não conseguem mais dirigir as massas populares, muito menos conformar o mundo burguês — ainda dominante, porém, com

²⁸² C.f. GRAMSCI, 2014, p. 60.

²⁸³ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 60.

a direção fragilizada — nas classes baixas. Por isso, Gramsci afirma que nesse momento de profundo abalo no *consenso* das classes dirigentes, abrem-se as portas para os líderes “carismáticos”²⁸⁴; sujeitos dispostos a tudo, não evitando em utilizar a força contra os adversários políticos, seja através de milícias armadas, bem como pela própria estrutura coercitiva do Estado (*sociedade civil*)²⁸⁵. Na compreensão do autor italiano, a “crise de hegemonia”, faz com que as classes dominantes abduquem da sua direção por determinado tempo, isto é, períodos necessários até a reorganização da sociedade sob a sua égide. Assim, as classes dominantes cedem espaços para potências que representam forças ocultas, até “[...] a recuperação do consenso, mantendo, porém, a hegemonia”²⁸⁶.

A preocupação do autor marxista o direciona a pensar na real base de apoio dos regimes autocráticos. O fascismo foi uma nova forma de fazer política no Ocidente, utilizando as grandes massas sedentas pelo exercício político, porém, de modo desordenado, no centro dos interesses dominantes. A base de apoio desses líderes “carismáticos” é sempre a humanidade residual, não absorvida pelos partidos de esquerda, ausentes de uma “vontade coletiva”. Esse material decadente e inorgânico foi apontado por Marx como os gatunos, os trapaceiros, os funileiros, os batedores de carteiras, ou seja, toda massa “[...] indefinida, desestruturada e jogada de um lado para o outro”²⁸⁷. O resultado — no sistema produtivo burguês — é sempre o mesmo: desarticular todo um povo, que na busca revolucionária, acreditou ter obtido a força motriz necessária para os avanços históricos, bem como na criação de melhores e mais justas relações produtivas²⁸⁸. Por isso, Gramsci percebeu a necessidade de definir essa relação conceitualmente. No *Caderno 12* (1932), o autor sublinha:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo

²⁸⁴ A característica central dos líderes “carismáticos” é a de exercer uma influência sobre os seus seguidores por qualidades “elevadas” que parecem ser sobrenaturais, mostrando-se como o salvador da humanidade em decadência, aparecendo como o mito divinizado restaurador dos valores, que, nesse momento, se mostram aos olhos da sociedade civil, como agonizantes.

²⁸⁵ C.f. SAID, 2014, p. 605.

²⁸⁶ C.f. SAID, 2014, p. 610.

²⁸⁷ C.f. MARX, 2018, p. 91.

²⁸⁸ C.f. MARX, 2018, p. 91

dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 18).

Evidencia-se, portanto, na nota intitulada, *Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica*, presente no *Caderno 13* (1932 – 1934), a importante definição de Gramsci, a respeito do fascismo como *revolução passiva*. A “crise orgânica” desenvolveu episódios iminentes e perigosos, já que os “[...] diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo”²⁸⁹. Por outro lado, as classes dominantes, possuindo um numeroso grupo bem treinado, assim como intelectuais orgânicos devidamente organizados, “[...] muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas”²⁹⁰. Nesta conjuntura, as classes dirigentes, ao sacrificarem a sua função de comando, lançam toda a sociedade no obscurantismo imposto pelas relações fascistas, porém, resgatam o poder; reforçando-o “[...] momentaneamente e dele se servem para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados”²⁹¹. No entanto, quando a “crise orgânica”, ou “crise de autoridade”, não encontra uma solução orgânica, afirma o autor, necessita de um chefe “carismático”, significa que existe uma estabilidade entre as forças; que o enfrentamento contínuo pode levar à destruição de ambos os grupos. Quer dizer, a força A (progressista) não avança na disputa hegemônica, pois, é impedida pela força B (regressiva); ao passo que a força B (regressiva) se vê impossibilitada de se expandir diante da resistência efetiva da força A (progressista). Essa relação dialética é conceituada por Gramsci, como “equilíbrio estático”. Assim, no centro do “equilíbrio estático”, uma terceira força se apresenta, a força C (no caso italiano, o fascismo). Essa força militar-reacionária, porém, subserviente aos interesses dominantes, subordina o que resta da força A (progressista), bem como da força B (repressiva). Gramsci definiu esse enfrentamento de concepções de mundo, na famosa frase: “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”²⁹². Diante disso, o filósofo afirma que a “crise” impõe até mesmo às classes dominantes a necessidade de um senhor²⁹³. Sobre isso, Gramsci aduz:

²⁸⁹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 61.

²⁹⁰ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 61.

²⁹¹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 61.

²⁹² C.f. GRAMSCI, 2014, p. 187.

²⁹³ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 62.

Quando a força progressista A luta contra a força regressiva B, não só pode ocorrer que A vença B ou B vença A, mas também pode suceder que nem A nem B vençam, porém se debilizem mutuamente, e uma terceira força C, intervenha de fora, submetendo o que resta de A e de B. (GRAMSCI, 2014, p. 77).

Sobre isso, Gramsci descreve no *Caderno 13* (1932 – 1934), na nota denominada por *Cesarismo*, os eventos históricos que canalizaram a figura de um “líder carismático”, assim como a sua expressão no regime fascista²⁹⁴. Pode-se afirmar que o *cesarismo* exprime uma situação na qual as forças em disputa se nivelam de modo catastrófico, onde a “[...] continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca”²⁹⁵. Gramsci, portanto, nos assegura que o *cesarismo*, apesar de expressar sempre uma solução arbitrária, creditada a uma grande personalidade, nem sempre possui o mesmo significado histórico²⁹⁶. Com efeito, Gramsci escreve que pode existir um *cesarismo* progressista, como também um *cesarismo* regressivo, e, a análise dessas duas formas políticas, só pode ser reconstruída “[...] a partir da história concreta e não de um esquema sociológico”²⁹⁷. Apresenta-se como *cesarismo* progressista quando a sua interferência faz avançar as forças progressistas. O autor identifica César (100 a.C – 44 a.C)²⁹⁸ e Napoleão I (1769 – 1821)²⁹⁹, como exemplos de *cesarismo* progressista.

Napoleão I, por exemplo, continuou o processo de expansão do mundo burguês, mesmo com o fim do Termidor. A energia que a Revolução Francesa liberou, arrasou os “[...] exércitos dos velhos regimes da Europa como se fossem feitos de palha”³⁰⁰. A rebelião impôs ao mundo novas possibilidades políticas e econômicas, solidificadas nas bases do programa liberal, elaborado pelas filosofias iluministas. Napoleão I, portanto, apresenta-se como *cesarismo* progressista, pois triunfou gloriosamente no exterior expandindo e alicerçando a *hegemonia* da nova classe: a burguesia. Sobre esse período e Napoleão I, Hobsbawm escreve:

O líder político estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas ideias — talvez todas — foram previstas pela Revolução e o Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas seus predecessores apenas previram; ele realizou. Os Grandes monumentos de lucidez do direito francês,

²⁹⁴ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 77.

²⁹⁵ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 77.

²⁹⁶ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 77.

²⁹⁷ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 77.

²⁹⁸ Caio Júlio César (100 a.C – 44 a.C) foi um líder militar de Roma. Desempenhou a função de transformar a República Romana em Império Romano.

²⁹⁹ Napoleão Bonaparte (1769 – 1821) foi um líder político e militar durante os estágios finais da Revolução Francesa (1789 – 1799). Assumindo o nome de Napoleão I, exerceu a função de Imperador entre 1804 – 1814, posição que ocupou novamente por poucos meses em 1815.

³⁰⁰ C.f. HOBBSAWM, 2019, p. 126.

os Códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários — a partir dos prefeitos, para baixo —, das cortes, das universidades e escolas foi sua obra. As grandes “carreiras” da vida pública francesa, o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito ainda têm formas napoleônicas. Ele trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto para os 250 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória. (HOBSBAWM, 2019, p. 131).

No que tange ao *cesarismo* regressivo, o autor italiano preconiza essa intervenção política como a responsável por ajudar a triunfar as potências retrógradas da sociedade, em momentos de turbulência social. Gramsci qualificou como *cesarismos* regressivos figuras políticas como Otto Eduard von Bismarck (1815 – 1898)³⁰¹ e Luis Bonaparte III (1808 – 1873)³⁰². A característica principal desses modelos de *cesarismos* regressivos manifesta-se na categoria interpretativa de *revolução passiva*. Ou seja, eles impedem em momentos de crises que as forças progressistas da sociedade avancem na luta de classes. Sobre essas duas formas de *cesarismos*, vejamos o que escreveu o revolucionário italiano:

O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck, de cesarismo regressivo. Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina. (GRAMSCI, 2014, p. 77).

Nesse sentido, o *cesarismo* simbolizado por César e por Napoleão I, representou o período histórico da passagem de um modelo de Estado para outro. Por isso, pode ser caracterizado como *cesarismo* progressivo, ou seja, houve, de fato, um avanço nas relações históricas. Ao contrário do que foi efetivado pelos dois líderes políticos “progressistas”, com Bismarck e Napoleão III, o *cesarismo* exerceu a função de conservar, ou seja, não houve a “[...] passagem de um tipo de Estado para outro, mas só “evolução” dentro do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta”³⁰³.

De acordo com essa teoria, no século XX, o conceito de *cesarismo* regressivo adquire novas características, porém, mantendo o conteúdo restaurativo incólume. Para Gramsci, na época do parlamentarismo, dos grandes partidos políticos, das “trincheiras” das *guerras de posições*, as soluções cesaristas podem ocorrer sem as grandes figuras do passado, a exemplo de Bismarck e Napoleão III. A verdade é que o *cesarismo* regressivo passa a ser mais policial

³⁰¹ Otto Eduard von Bismarck (1815 – 1898), ou Príncipe de Bismarck, foi um nobre, diplomata e político prussiano.

³⁰² Napoleão III (1808 – 1873), foi o 1º Presidente da Segunda República Francesa e, depois, Imperador dos Franceses do Segundo Império Francês.

³⁰³ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 78.

do que militar; ele se moderniza. O conceito de polícia deixa de ser apenas o órgão de repressão do Estado, passando a atuar também nos conjuntos das instituições organizadas do próprio Estado, como os partidos políticos e as organizações econômicas. O autor afirma que o *cesarismo*:

[...] é uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica. Pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade “heróica” e representativa. Também o sistema parlamentar criou um mecanismo para tais soluções de compromisso. Os governos “trabalhistas” de Mac Donald eram, num certo grau, soluções dessa natureza; o grau de cesarismo elevou-se quando foi formado o governo com Mac Donald primeiro-ministro e a maioria conservadora. Da mesma forma, na Itália, em outubro de 1922, até o afastamento dos “populares” e depois, gradualmente, até 3 de janeiro de 1925, e ainda até 8 de novembro de 1926, verificou-se um movimento político-histórico em que diversas gradações de cesarismo se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente, embora também esta não imóvel e estática. (GRAMSCI, 2014, p. 77 - 78).

É evidente que o fascismo foi na prática uma ação cesarista regressiva. Podemos afirmar historicamente que em 1922, o fenômeno deixa de ser movimento miliciano e passa a ser regime político institucionalizado pelo Estado. Esta data marca a Marcha Sobre Roma, o que levou, posteriormente, a vários outros eventos. O episódio registrado em 23 de abril de 1923 refere-se à demissão dos ministros ligados ao Partido Popular, de orientação católica, comandado por Dom Luigi Sturzo (1871 – 1959)³⁰⁴. Assim, como, no dia 3 de janeiro de 1925, Mussolini eliminou os últimos resquícios da democracia italiana, após a repercussão negativa do assassinato do socialista, Giacomo Matteotti. O dia 8 de novembro de 1926, data citada por Gramsci na nota acima, refere-se ao período em que o partido fascista decreta as leis mais duras do regime: as “leis para a defesa do Estado”. Como resultado, essas legislações foram as responsáveis por eliminar formalmente as organizações resistentes que faziam oposição ao regime autocrático. Gramsci, inclusive, é preso ao promulgar-se esses novos termos de exceção³⁰⁵. Nesse sentido, o *cesarismo* moderno [...] seria mais policialesco do que militar, precisamente por utilizar todos os instrumentos preventivos e investigativos necessários para manter as forças hostis em condição de inferioridade”³⁰⁶.

Outra advertência importante a respeito do fascismo está presente no *Caderno 3* (1930), na nota designada como, *Passado e presente. Espontaneidade e direção consciente*. No escrito, podemos observar a maturidade do pensador italiano ao investigar os movimentos anunciados como “espontâneos”. Os movimentos “espontâneos” devem ser acompanhados e organizados por partidos ligados às classes proletárias. No entanto, não foi o que ocorreu na

³⁰⁴ Dom Luigi Sturzo (1871 – 1959) exerceu a função de sacerdote católico e político italiano.

³⁰⁵ C.f. COUTINHO, 2014, p. 380.

³⁰⁶ C.f. FRESU, 2014, p. 283.

Itália nas primeiras décadas do século XX. O autor sublinha que as organizações de esquerda ao desprezarem os movimentos proferidos como “espontâneos”, ou seja, declinar-lhes uma direção consciente, deixando de inseri-los no plano superior da luta política, frequentemente, geram consequências graves e sérias a esses grupos³⁰⁷. Por isso, Gramsci afirma que quase sempre “[...] um movimento “espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante”³⁰⁸.

Uma crise econômica, por exemplo, não determina esses agrupamentos “espontâneos”, porém, agiliza a turbulência social que leva as condições de nascimento desses grupos. As crises econômicas são definitivas para o descontentamento das classes subalternas, lançando-as desorganizadas na luta política, onde complôs são ordenados pelos “[...] grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado”³⁰⁹. Outra matéria que também refletiu sobre essa questão dos movimentos “espontâneos”, refere-se a sua não continuidade histórica. Assim, Gramsci afirma no *Caderno II* (1832 – 1933), que as construções arbitrárias são “[...] mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas, consigam gozar de certa popularidade”³¹⁰.

Recordemos que a *revolução passiva* enquanto reação fascista foi a resposta das classes dirigentes tradicionais italianas ao impacto deixado na *hegemonia* burguesa causada, principalmente, pela I Guerra Mundial (1914 – 1918), e pela Revolução de Outubro, bem como pela “crise de autoridade” que esses dois eventos desencadearam. Mas não apenas: essa revolução-restauração representou a resistência das classes médias e “tradicionais” da Itália, frente à modernização do capitalismo — no enfrentamento da “queda tendencial da taxa de lucro” —, imposto pelo *americanismo*, este exigindo outra “composição demográfica”. Assim, seguindo o pensamento de Gramsci, pode-se afirmar que a *revolução passiva*, no caso do fascismo, foi a *guerra de posição* conduzida pelas classes dominantes contra as classes subalternas em processo de emancipação política, como a adequação do enfrentamento político ligado à *guerra de posição*, visto que as classes subalternas não poderiam sair vitoriosas no confronto direto (ataque frontal) — a exemplo dos eventos travados no processo de consolidação do mundo burguês, nas décadas anteriores. Por isso, com o fim das *guerras de movimento*, tal como pela impossibilidade da revolução ativa, paralisada pelo que Gramsci

³⁰⁷ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 200.

³⁰⁸ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 200.

³⁰⁹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 200.

³¹⁰ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 111.

chamou de “equilíbrio catastrófico”, abriu-se espaço para as revoluções-restaurações — sob a direção das classes dominantes —, que viram seus projetos de classes paralisados. Portanto, Gramsci afirma que a *guerra de posição* exige, nesses momentos de agitação social, enormes sacrifícios de massas imensas de população:

[...] por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo o tipo, político, administrativos, etc., reforço das posições hegemônicas do grupo dominante. (GRAMSCI, 2014, p. 259).

No caso “intervencionista”, na Itália, isso se deu “praticamente” com o fascismo; na “tomada ofensiva”, organizada, efetivamente, na forma de uma *revolução passiva*; sendo o “controle político”, executado na configuração política do *cesarismo* moderno regressivo.

O partido fascista se efetivou, de fato, nas bases dos elementos dispersos da sociedade, atraídos para a sua órbita por sua retórica nacionalista, sonora e marcial. Segundo essa perspectiva, Gramsci desenvolveu alguns temas centrais a respeito do partido político que executa a função de polícia. Segundo ele, todo partido político pode e deve exercer a função de polícia, porém, existem os partidos que desempenham a função de polícia progressivamente, ao passo que outros partidos, regressivamente. O fato é que alguns partidos — a exemplo do Partido Nacional Fascista (PNF) —, representam a função de polícia, para conservar a ordem existente, extrínseca, atuando como o freio das forças vivas da história. O partido é reacionário, pois atua no núcleo de uma *revolução passiva*, pois, aspira reprimir as classes baixas, e manter na legalidade as classes ultrapassadas, anti-históricas, e em crise. Por outro lado, existem os partidos (ou deveriam existir) que conduzem o povo a outro nível de civilização, onde a função de polícia é entendida como progressista — a título de exemplo, o “moderno príncipe”³¹¹. Portanto, quando o partido é “[...] progressista, funciona “democraticamente” (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona “burocraticamente” (no sentido de um centralismo burocrático)”³¹². Desta forma, o partido regressista é também *cesarista* (moderno), pois não ordena a sociedade subalternizada ao “novo” mundo, assim como não permite a organização social rumo a outro Estado — que tende a desaparecer³¹³ —, porém, conserva o velho, o retrógrado, os valores ultrapassados. Seguindo essa perspectiva, Gramsci esclarece:

³¹¹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 311 - 312.

³¹² C.f. GRAMSCI, 2014, p. 312.

³¹³ Gramsci afirma que o partido revolucionário conduzirá a sociedade a anular a divisão de classes. A finalidade do partido revolucionário é ultrapassar a “necessidade para uma vida de liberdade”; assim, nessa relação de

Ocorre sempre que os indivíduos pertencem a mais de uma sociedade particular e muitas vezes as sociedades que estão essencialmente (objetivamente) em contraste entre si. Uma política totalitária tende precisamente: 1) a fazer com que os membros de um determinado partido encontrem neste único partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, isto é, a romper todos os fios que ligam estes membros e organismos culturais estranhos; 2) a destruir todas as outras organizações ou a incorporá-las num sistema cujo único regulador seja o partido. Isto ocorre: 1) quando um determinado partido é portador de uma nova cultura e se verifica: uma fase progressista; 2) quando um determinado partido quer impedir que outra força, portadora de uma nova cultura, torna-se “totalitária”; verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure aparecer como portadora de uma nova cultura. (GRAMSCI, 2014, p. 257).

Combinado com o fato que os partidos políticos estão imersos na organização do Estado burguês (Estado integral), sendo correto definir Estado como *sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia encorajada de coerção*³¹⁴, pode-se afirmar que o Estado burguês — sendo a expressão das classes dominantes — atua na afirmação estrutural do capitalismo: relação entre dirigidos e dirigentes. O Estado burguês pode vir a desempenhar funções coercitivas quando elementos de uma “sociedade regulada” (Estado ético) se fizerem presentes. A expressão definida por Gramsci de “sociedade regulada” informa a possibilidade de um “Estado sem Estado”, ou seja, onde as relações entre indivíduos são igualitárias, passíveis de aceitarem as leis livremente, e não através da coerção de uma classe³¹⁵. Gramsci, porém, tem clareza que a relação entre dirigidos e dirigentes não passa de uma construção histórica. Segundo o filósofo, essa divisão não é algo perpétuo na história humana, mas o resultado da narrativa histórica humana. Portanto, a separação entre as duas classes fundamentais — no capitalismo — é a afirmação da vida pela divisão não coletiva e igualitária do trabalho. Essa relação sócio-econômica é a base estrutural do mundo burguês, o tecido social que as classes dirigentes tradicionais esforçam-se para conservar. Por isso, o autor escreve categoricamente que os partidos políticos regressivos — atuando de forma cesarista —, conservam o princípio básico do mundo burguês: a correlação hegemônica entre governantes e governados. Assim, a partir dessa definição, Gramsci escreve que os partidos políticos são “[...] até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção”³¹⁶. Pois, na verdade:

“liberdade”, o partido perderá a sua função, desaparecendo. As classes, bem como as suas contradições — cerne onde o partido revolucionário atua —, deixariam de existir.

³¹⁴ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 247.

³¹⁵ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 247 - 248.

³¹⁶ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 331.

[...] os “partidos” podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartidos e de “negação dos partidos”; na realidade, até os chamados “individualistas” são homens de partido, só que gostariam de ser “chefes de partido”, pela graça de Deus ou da imbecilidade dos que os seguem. (GRAMSCI, 2014, p. 331).

No *Caderno 15* (1933), Gramsci escreve uma nota significativa para expressar a formação e a desagregação dos movimentos de massas; como esses agrupamentos são utilizados por líderes demagógicos em períodos da vida social de um país. Por isso, no escrito intitulado, *Passado e presente. História dos 45 cavaleiros húngaros*, o filósofo relembra a afirmação de Ettore Ciccotti³¹⁷ (1863 – 1939), ao relatar o episódio ocorrido na Guerra dos Trinta Anos³¹⁸. De acordo com a narrativa resgatada por Gramsci, os 45 cavaleiros húngaros se fixaram na região de Flandres, no norte da Bélgica. A população de Flandres estava arrasada pelo dispêndio de forças nas guerras, bem como pela falta de armamentos para se protegerem, somada à desmoralização deixada pelo conflito. Assim, os 45 cavaleiros húngaros, que na região se estabeleceram, tiranizaram a população por mais de seis meses, sem que a resistência se organizasse.

Gramsci traduz a história para a contemporaneidade, certificando que em todos os períodos da vida política (até o momento), podem aparecer cavaleiros tiranos, submetendo as massas subalternizadas e fragilizadas de sistemas que as protejam. Essas aglomerações uniformes, dispersas, desprotegidas, podem ser investidas por depredações, como, também, lançadas a aceitarem “golpes de mão”, executados “[...] com certo espírito de sistema e um mínimo de previsão “estratégica”³¹⁹. Deste modo, o autor de *Americanismo e fordismo*, revela que toda situação política atual está inserida em uma lógica simples: a parte ativa politicamente é sempre uma minoria. Portanto, essa minoria ativa, muitas vezes, seguidas por multidões, devem organizá-las politicamente, construindo, de baixo para cima, uma “vontade coletiva” libertária, que dê forma e significado a essas massas inorgânicas. No entanto, ocorre que ao não organizar estavelmente essas massas e, com isso, elas se dispersarem em várias outras “massas”, todo o aparelho que antes lhes davam forma, se desagrega, concedendo espaços para o “novo”, em “[...] que as velhas multidões nada contam e não mais podem se mover e operar”³²⁰. Aquilo que se compreendia por “massas” rumo a um movimento libertário, afirma Gramsci, se dispersam em vários átomos sem vontade, opinião e orientação

³¹⁷ Ettore Ciccotti (1863 – 1939) foi um historiador e político italiano.

³¹⁸ A Guerra dos Trinta Anos é a denominação de uma série de guerras ocorridas entre as nações europeias travadas a partir de 1618.

³¹⁹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 340.

³²⁰ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 340.

política. Essa fragmentação, culmina na fase mais perigosa desses eventos, pois, as novas “massas” se aglutinam, ainda que de volume inferior à primeira, entretanto, mais enérgicas e maciças: um bloco sólido.

Essa pequena categoria de “massa”, porém, compacta e resistente, executa a função de impedir que a primeira forma de massa — aberta à formação de uma “vontade coletiva” progressista —, se restabeleça e se torne eficiente³²¹. Essa “massa” compacta se converte em impulso reacionário e anti-histórico, auxilia forças obscuras, impede que as energias vivas da história avancem. Por isso, Gramsci aponta para o perigo iminente dos 45 cavaleiros húngaros aparecerem na história, lançando as massas inorgânicas na luta política, na defesa de interesses não coletivos. O autor é lúcido quanto a isso, pois, sabe que o “[...] político realista que conhece as dificuldades de organizar uma vontade coletiva, não é levado a crer facilmente que ela se reconstitua automaticamente depois que se desagrega”³²². Sobre isso, Gramsci escreve:

Apresentam-se, portanto, duas formas de “partidos” que, como tais, ao que parece, fazem abstração da ação política imediata: o partido constituído de uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (que são, na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e, no período mais recente, o partido não de elite, mas de massas, que como massas não têm outra função política senão a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (frequentemente, o centro visível é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se sob plena luz, mas apenas operar indiretamente por interposta pessoa e por “interposta ideologia”). A massa é simplesmente de “manobra” e é “ocupada” com pregações morais, inventivos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de épocas fabulosas nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas (GRAMSCI, 2014, p. 355 - 356).

Por outro lado, Gramsci destaca no *Caderno 11* (1932 – 1933) a função organizativa de um partido político, impedindo que as massas se dispersem e sejam utilizadas apenas como massa de “manobra”, servindo interesses obscuros. Com efeito, Gramsci escreve:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação da teoria e prática entendida como processo histórico real; e compreende-se, assim, como seja necessária que sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo “laborista”, já que — se se trata de dirigir organicamente “toda a massa

³²¹ C.f. GRAMSCI, 2014, p. 340.

³²² C.f. GRAMSCI, 2014, p. 340.

economicamente ativa” — deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já tenha se tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (GRAMSCI, 2011, p. 105).

Concretamente, Gramsci conceitua o fascismo como *revolução passiva*, no *Caderno 10* (1932 – 1935), nomeado por: *A filosofia de Benedetto Croce*. O *Caderno* contém a nota intitulada, *Paradigmas de história ético-política*, onde o pensador afirma que a história europeia, após a insurreição iniciada na Revolução Francesa (1789), responsável por estremecer os velhos regimes, se condensou, no final, em “fragmentos passivos”³²³. É sabido que a Revolução Francesa foi a portadora de uma explosão poderosa “jacobino-napoleônica”, porém, em grande parte do continente europeu, inclusive na Itália, as pretensões burguesas foram satisfeitas com pequenas porções de uma “revolução-restauração”. Essa “revolução inativa” ocorreu legalmente, tendo o apoio das classes altas, dirigida por ela, de modo reformista, conseguindo salvar posições periclitantes das velhas classes política e econômica feudais, evitando “[...] a reforma agrária e, notadamente, evitar que as massas atravessassem um período de experiências políticas similares às da França nos anos do jacobinismo, em 1831, em 1848”³²⁴. Gramsci, portanto, compreende que na modernidade, o fascismo foi o responsável por executar a função de passivização das massas subalternas, como, também, manter no comando as classes dirigentes tradicionais. As reformas pelo alto empregado pelo regime coercitivo efetivou na estrutura econômico-social pequenos abalos, frente a necessidade exigida pela modernização imposta pelo *americanismo*. Mais notadamente, o filósofo italiano, assegura-nos que os “[...] primeiros anos de seu desenvolvimento, o fascismo afirmou-se ligado à tradição da velha direita ou da direita histórica”³²⁵. Assim, a hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos³²⁶:

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro). No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais. (GRAMSCI, 2011, p. 299).

³²³ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 298.

³²⁴ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 298 - 299.

³²⁵ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 299.

³²⁶ C.f. GRAMSCI, 2011, p. 299.

Neste sentido, Gramsci avança em sua análise demonstrando que o fascismo, na “prática”, desencadeou na península mediterrânea, pequenos ajustes na economia, mas, também, atuou coercitivamente na esterilização política das massas subalternas. Por isso, o regime comandado por Mussolini, serviu:

[...] para criar um período de expectativas e de esperanças notadamente em certos grupos italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais (GRAMSCI, 2011, p. 299 - 300).

Em virtude dos fatos apresentados, podemos afirmar que o fascismo foi a adequação às necessidades dos novos tempos. O regime autocrático adaptou-se ao elemento político moderno de uma “guerra de posição” no enfrentamento ligado ao campo econômico, assim como atuou na forma de uma *revolução passiva* no terreno ideológico. Conclui-se, portanto, que:

Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo. (GRAMSCI, 2011, p. 300).

Por todos esses aspectos apresentados, as *revoluções passivas* são armadilhas desenvolvidas pela classe burguesa, visando manter o seu poder de classe dominante e dirigente. As *revoluções passivas*, portanto, são estratégias para manter a *hegemonia* das classes dirigentes fragilizadas, podendo criar as condições para aquilo que Marx chamou de “etapa de revolução”. Nesse processo, as classes dominantes fazem sacrifícios temporários, submetendo a sua direção a governos totalitários, como foi o caso da burguesia italiana, apoiando o fascismo no momento em que viu a sua “autoridade” vulnerável. Por isso, as *revoluções passivas* são “revoluções” inativas precisamente porque não superam um modo de produção por outro, mas mantêm as bases produtivas do mundo burguês. Assim, como afirmado no texto dissertativo aqui apresentado, as classes dominantes — após engendraram essas “revoluções restaurações” —, recuperaram vertiginosamente a direção fragmentada, seja no caso do *americanismo* modernizando os meios de produção; bem como depois da queda dos regimes totalitários, como no caso do fascismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lermos os escritos deixados por Antonio Gramsci, além de adquirirmos todo arcabouço conceitual desenvolvido pelo filósofo sardo, conhecemos, também, outra forma de resistência. A resistência a qual eu me refiro, é aquela diante do “mundo errado”, como sublinhou o poeta, Carlos Drummond de Andrade³²⁷ (1902 – 1987), no seu poema, *Consolo na praia*³²⁸ é a resistência em não aceitarmos o passado, o velho, o retrógrado, o feio, como as únicas possibilidades organizativas de vida. Assim como a resistência em não aprovarmos para nossas vidas, qualquer coisa que venha de fora, pensada pelas classes dominantes e, direcionada para as classes dominadas, como se algo de bom e positivo pudesse acontecer aos subalternos, em um mundo dividido em profundas relações de classes. Por isso, acredito, que Gramsci deixou de ser apenas um nome, um filósofo, tornando-se, na prática, sinônimo de resistência. Temos hoje a confiança na obra do pensador sardo por milhares de desamparados frente ao “mundo errado”. Essa resistência, porém, vem carregada de diferenças; distinção

³²⁷ Carlos Drummond de Andrade (1902 – 1987) foi um poeta, contista e cronista brasileiro.

³²⁸ DRUMMOND, Carlos de Andrade. *Antologia poética*. 67. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2011. No poema *Consolo na Praia*, Carlos Drummond de Andrade, escreve:

“Vamos, não chores...
A infância está perdida.
A mocidade está perdida.
Mas a vida não se perdeu.

O primeiro amor passou.
O segundo amor passou.
O terceiro amor passou.
Mas o coração continua.

Perdeste o melhor amigo.
Não tentaste qualquer viagem.
Não possuis casa, navio, terra.
Mas tens cão.

Algumas palavras duras,
em voz mansa, te golpearam.
Nunca, nunca cicatrizam.
Mas, e o *humour*?

A injustiça não se resolve.
À sombra do mundo errado
murmuraste um protesto tímido.
Mas virão outros.

Tudo somado, devias
precipitar-se, de vez, nas águas.
Estás nu na areia, no vento...
Dorme, meu filho”. p. 38.

entre o que é certo e o que é errado; em tomarmos partido no campo das lutas de classes, ou não; bem como possuímos um lado na história e defendê-lo, concretamente. Por isso, quando o autor italiano afirma no escrito de 11 de fevereiro de 1917, intitulado, *Indiferentes*, que “[...] viver significa tomar partido”³²⁹, compreendemos que a *tomada de partido* já é um processo de resistência, de atuar ativamente no campo da luta política, agindo “praticamente”.

Sabemos que a “indiferença” sempre operou com força na história³³⁰. E foi essa “indiferença” a responsável — visto que a “indiferença” analisada por Gramsci, também é uma construção histórica do mundo burguês —, pelos momentos mais cruéis da narrativa inerente à vida humana, desde a “aceitação” de campos de concentrações, pensados e aplicados na prática pelos membros do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães³³¹, como as bárbaras manifestações de ódio dos fascistas italianos. Por isso, a “indiferença” deve ceder lugar para a resistência; sendo que resistir significa não aceitarmos que as forças obscuras do passado retornem outra vez, subjugando e cobrindo o presente com o seu manto de horror e egocentrismo. Deste modo, resistir significa estar vivo politicamente, poder fazer escolhas livremente, sentir na “[...] virilidade da minha consciência pulsar a atividade da cidade futura que estou ajudando a construir. Nela a cadeia social não pesa sobre poucos, cada acontecimento não é devido ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos cidadãos”³³².

Assim, diante da barbárie, do descaso perante as dores humanas cada vez mais evidentes, dos sofrimentos migratórios de populações de países inteiros, mais uma vez causadas pela ganância na busca pelo lucro imediato das classes dominantes, a leitura da obra gramsciana demonstra a sua força transformadora. Por isso, no centro do “mundo errado”, a “resistência” apresenta-se como “intransigência”; quer dizer, não permitir o uso de meios inadequados, bem como de natureza diversa na busca do fim que se quer atingir. O marxismo de Gramsci nos ensina que não é possível sermos tolerantes quando se está convencido de que alguém, ou partido político, insiste no erro e foge da discussão, quando se recusa a debater e sustentar causas obscuras, afirmando que todos têm o direito de pensar como quiserem³³³. Por isso, escreve Gramsci:

³²⁹ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 31

³³⁰ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 31.

³³¹ O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista ou Nazi, foi fundado em 24 de fevereiro de 1920, por Anton Drexler (1884 – 1942), que esteve ativo até o ano de 1945.

³³² C.f. GRAMSCI, 2020, p. 33.

³³³ C.f. GRAMSCI, 2020, p. 95

Liberdade de pensamento não significa liberdade de errar e vacilar. Não somos contra a intolerância que é combinação de autoritarismo e idolatria, pois ela impede qualquer acordo durável, impede que sejam fixadas as regras para a ação moralmente obrigatória, as quais só podem existir com a participação livre de todos. Essa forma de intolerância leva, necessariamente, à transigência, à incerteza, à dissolução dos organismos sociais. Quem não pode ser convencido de uma verdade, quem não pode se libertar de uma imagem falsa, quem não recebeu ajuda para compreender a necessidade de uma ação cederá diante da primeira dificuldade brusca para realizar seus deveres, a disciplina não será mantida e a ação fracassará. Por isso fizemos estas aproximações intransigência-tolerância, intolerância-transigência. (GRAMSCI, 2020, p. 95).

No exame dos problemas deixados pela “crise orgânica” do sistema capitalista, Gramsci percebeu que a “indiferença” das classes dominantes, frente aos sofrimentos das classes dominadas, imperou de forma aguda, pois, elas, as classes dirigentes, além de resistirem assegurando o “velho” mundo, esteriliza toda vontade coletiva na busca do “novo”, ou seja, as “resistências” das classes subalternas. Por isso, Gramsci buscou compreender as raízes dessas relações, investigando o modo de produção capitalista, desde as suas formas *estruturais* e *superestruturais*, de onde parte e fundamenta a sua concepção de *Filosofia da práxis*. O pensador sardo procedeu em suas investigações, buscando analisar as relações em vários níveis, partindo do quadro que transcende as relações nacionais, compreendendo o resultado da crise do capitalismo em terras italianas, interconectadas materialmente nas relações produtivas internacionais.

Essa relação analisada por Gramsci — nacional-internacional —, acompanhou as investigações do autor, desde o processo de formação do Estado burguês italiano, assumindo a forma do *Risorgimento*. Gramsci compreendeu que as classes dirigentes tradicionais na era do *Risorgimento*, sob a sua *hegemonia*, manteve as relações antagônicas de classes na Itália, ao invés de dissolvê-las como fez a França na Revolução Francesa (1789 – 1799). Por outro lado, décadas depois, o mundo burguês nos apresentou o *americanismo* e o fascismo, como elementos de uma “guerra de posição”, sendo a resposta aos movimentos revolucionários das classes subalternas na Rússia, com a Revolução Bolchevique (1917). Esses movimentos “passivos” buscaram, afirma o autor, desorganizar as classes subalternas, obstruindo o seu protagonismo histórico na luta de classes. Por isso, Gramsci conceitua esses movimentos — em conjunturas diferentes —, como *revoluções passivas*, concebendo, assim, a concepção de que estes fenômenos estavam sendo utilizados como estratégias que reforçaram o poder das classes dominantes.

O pensador marxista propõe que as classes subalternas necessitam de organização e, por esse motivo, elaborou a categoria estratégica conhecida como “guerra de posição”. Mas

essa organização é uma tarefa demorada, pois exige muito planejamento, como também dispêndio de forças intelectuais, buscando, no fim, construir outra “vontade coletiva”. Diante disso, a história nos mostrou que na luta pela “guerra de posição”, a classe trabalhadora segue perdendo seus espaços conquistados a duras penas; porém, as forças reacionárias seguem vivas e ativas contra os interesses das classes subalternas, impondo, constantemente, o “velho” mundo, no lugar em que deveria estar o “novo”. Persistem impondo seus valores às classes trabalhadoras; seguem destruindo o planeta na busca incessante por *valores de troca*, sempre maiores. E nessa relação onde uma classe domina a outra, os regimes autoritários visam manter-se “eternos”, mas, felizmente, não o são. Pois, a possibilidade do fascismo ser eterno é determinada pelas relações capitalistas; só será perpétuo se o capitalismo for infundável. No entanto, se superadas as relações do modo de produção capitalista, ultrapassaremos, evidentemente, toda e qualquer possibilidade de retorno dos regimes autocráticos burgueses, dos quais o fascismo é a raiz. Assim, vale lembrar a passagem didática expressa por Kafka (1883 – 1924), em *A Colônia Penal*, onde países permitem a reorganização dos regimes autoritários, quando as condições forem favoráveis, e na ocasião em que os adeptos forem numerosos³³⁴. O possível retorno ao fascismo, como afirmado pelo romancista — se analisado conceitualmente no *materialismo histórico dialético* — só se faz possível se as relações de classes no capitalismo continuarem as mesmas, suplantando a liberdade pela vida de necessidades. E nessa relação entre o “novo” (progressista) e o “velho” (reacionário), o mundo burguês segue liberando energias, seja por meio da *coerção*; golpes de estados; ou *revoluções passivas*. Energias estas demonstradas por Gramsci, na era do *Risorgimento*, *americanismo*, bem como no fascismo.

Levando-se em conta o que foi observado, a sociedade de massas criada pela classe burguesa, não permitiu que a humanidade se desenvolvesse amplamente, conduzindo a liberdade para todos os humanos. Neste contexto, uma parcela da população se desenvolve, possui o acesso à produção humana, seja ela, econômica, artística, bem como dos valores morais que guiam a sociedade para um caminho de liberdade; diante disso, a minoria que sucumbe perante a fome, a falta de moradia, o desemprego e o constante medo do futuro. O que impera no mundo burguês é o egocentrismo, a divisão entre as pessoas, o caminho seguido rumo aos valores bárbaros, a divisão no interior de uma mesma nação. A atividade de pensar e adquirir cidadania ampla pautada em ideias cosmopolitas, como aquelas sugeridas por Kant (1724 - 1804), estão cada vez mais distantes no seio das relações de produção

³³⁴ KONDER, 2009, p. 179.

capitalista — mesmo que este sistema produtivo tenha criado tanta riqueza, porém, concentrado essa produção humana nas mãos de poucos. O que pretendemos demonstrar neste estudo é que a obra gramsciana é um potencial instrumento teórico que visa construir outra possibilidade histórica; um material educativo para que as classes subalternas possam elaborar um conformismo próprio, que não seja naturalizado apenas no *consenso* das classes dominantes, responsáveis, ainda hoje, pelas maiores barbáries já registrada pela história humana.

REFERÊNCIAS

BARATA, Giorgio. *As Rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DPeA Editora. 2004.

BRAGA, Ruy. *Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização*. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. (Org). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

BUCCI – GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria marxista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BURGIO, Alberto. *Gramsci. Il sistema in movimento*. Roma: Derive Approdi, 2014.

DANTAS, Dallys. *A questão meridional e o conceito de Estado em Gramsci*. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1290>. Acesso em 02 jan. 2020.

DE FELICE, Antonio. *Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci*. In: Ferri, Franco (Org) *Política e História em Gramsci*. Tradução de Luiz Mário Gazzeneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. P. 189 – 257.

DRUMMOND, Carlos de Andrade. *Antologia poética*. 67. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2011.

FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRESU, Gianni. *Nas Trincheiras do Ocidente*. Lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, 30).

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford: as obras de Henry Ford; Minha vida e minha obra; Hoje e amanhã; Minha filosofia da indústria*. Tradução de Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Odeio os indiferentes. Escritos de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. 1.ed. São Paulo. Martins Fontes, 1978. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. 5.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. V.1.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa. Seara Nova, 1976. V.1.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa. Seara Nova, 1977. V.2.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa. Seara Nova, 1977. V.3.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Tradução de Manuel Simões. Lisboa. Seara Nova, 1978. V.4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. V. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. V.2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014. V. 3

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. V.4

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2015. V. 5

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011. V.6.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *A situação italiana e as tarefas do PCI - Teses de Lyon*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33633>. Acesso em 20 de jun. 2020.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções. 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 41. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos. O breve século XX 1914 - 1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das impérios. 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 25. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora UNESP, 2004.

MANN, Michael. *Fascistas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens dos fascismo: textos de José Carlos Mariátegui*. Organização e tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. *Crítica do nacionalismo econômico*. Lisboa: Antígona, 2009.

MARX, Karl. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Prefácio de 1859. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 127-132. (Os Pensadores).

NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o “moderno príncipe”*. A teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MELLO, Alex Fiuza de. *A mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

PAXTON, Robert, O. *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. *Organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RICARDO, Antunes. *A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo. Expressão Popular, 2004. VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci*. Contraponto, 2012.

SAID, Ana Maria. *Pensar a sociedade contemporânea: a atualidade do pensamento de Marx e Gramsci*. Uberlândia, Edufu, 2014.

SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de Democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: Edufu, 2009.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1971.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1978.

VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926 – 1937*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.